

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

**Campus de São Carlos- SP**

**Marco Aurélio Monteiro**

**CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO: AS COMUNIDADES  
VIRTUAIS EM DEBATE**



SÃO CARLOS – SÃO PAULO.  
2013

MARCO AURÉLIO MONTEIRO

# **CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO: AS COMUNIDADES VIRTUAIS EM DEBATE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/São Carlos, como requisito para obtenção do título de doutor em Ciência Política.

**Linha de pesquisa:** Partidos Políticos, Eleições e Mídia

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Teresa Miceli Kerbauy

SÃO CARLOS – SÃO PAULO.  
2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

M775cp Monteiro, Marco Aurélio.  
Cultura política e participação : as comunidades virtuais em debate / Marco Aurélio Monteiro. -- São Carlos : UFSCar, 2013.  
159 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

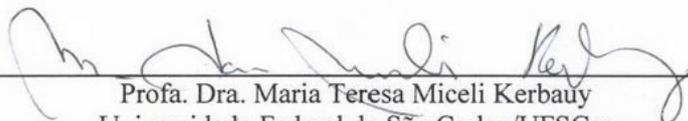
1. Ciência política. 2. Novas tecnologias da comunicação. 3. Comunidade virtual. 4. Cultura política. 5. Democracia. 6. Participação. I. Título.

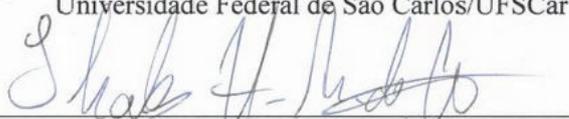
CDD: 320 (20<sup>a</sup>)

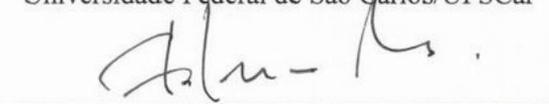
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

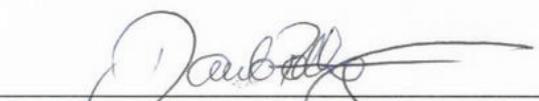
**BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE  
Março Aurélio Monteiro**

**21/08/2013**

  
Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

  
Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

  
Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

  
Prof. Dr. Danilo Rothberg  
Universidade do Estado de São Paulo/UNESP

  
Prof. Dra. Vera Lucia Michalany Chaia  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP

Submetida à defesa em sessão pública  
Realizada às 14:00h no dia 21/08/2013.

Banca Examinadora:  
Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy  
Prof. Dr. Thales Addad Novaes de Andrade  
Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo  
Prof. Dr. Danilo Rothberg  
Prof. Dra. Vera Lucia Michalany Chaia

Homologado na CPG-PPGPOL na  
29ª Reunião no dia 04/09/2013.

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade  
Coordenador do PPGPOL

**A você mãe querida que em sonho revelou sua  
presença neste momento de minha vida.**

## AGRADECIMENTOS

São inúmeras as pessoas que acreditaram e contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço aos *Amigos* José Henrique Benedette, Andrezza Fernanda e Andrea Carla, Eliane Silva. Pelo apoio incondicional dedicado de várias maneiras.

Agradeço a minha *Família*, meu Pai em especial, por se orgulhar de mim, tamanho orgulho que vive aumentando os meus feitos. Ao Mário, Maíza, Fernanda e Dade, pelo amor recebido. Ao Mário Jr. pela força e incentivo constante.

Agradeço a sempre disposta *Secretária* Claudinha pela prestação de serviços e pela amizade.

Aos *Professores(as)* Milton Lahuerta, Márcia Teixeira, Fernando Azevedo, Anita Simis, Marco Aurélio Nogueira e ao José Vaidergorn que em muito participaram de minha formação acadêmica. Suas orientações me conduziram com segurança, força e sabedoria serviram como estímulo a seguir a carreira acadêmica.

A minha *Orientadora*, a querida Prof.<sup>a</sup> Maria Tereza, que tão bem me orientou no mestrado. Com uma sabedoria admirável, me conduziu a difícil tarefa de confecção uma tese de doutorado. Como amiga, soube lidar com a minha ansiedade, meus medos, dificuldades e limitações de saúde e como profissional me induziu ao contínuo aprimoramento intelectual.

Enfim, muito obrigado a todos os que me deram condições para eu concluir esse trabalho.

## RESUMO

O objeto desta pesquisa é o Orkut como um meio de socialização política. O objetivo é analisar o papel das novas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo as comunidades “Governo e Política” do Orkut, no sentido de perceber se há uma contribuição para a expansão e fortalecimento de uma cultura política democrática. A nossa hipótese é de que o Orkut, diante da possibilidade de criação de comunidades virtuais e de discussões em referência a assuntos políticos, acaba por criar um espaço público que corrobora como um agente de socialização política, contribuindo, assim, para uma ampliação das discussões políticas e para a consolidação de uma cultura política democrática. O critério de seleção das comunidades relacionadas a assuntos políticos no Orkut foi realizado tendo em vista a diversidade de posicionamentos frente às questões políticas, como exemplo, o apoio, o repúdio e as avaliações a respeito da política e da democracia. A metodologia para a análise em questão corresponde ao “critério DAIA”, uma vez que tal critério não se limita apenas em pensar a comunicação em termos de instrumentalização e técnica, mas sim como um processo de relação social. Neste sentido, procuramos através desse estudo do Orkut, sobretudo de suas comunidades, investigar o papel das NTIC’s na consolidação de uma cultura política democrática e contribuir para a análise sobre a democracia digital nos processos democráticos.

**Palavras-Chaves:** Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, Orkut, Comunidade virtual, Cultura Política, Democracia, Mídia, Socialização Política, Participação.

## **ABSTRACT**

The object of this work is the Orkut as a mean of politic socialization. The goal is to analyze the role of new communication and information technologies, specially the Orkut communities “Government and Politic”, to identify if there are any contribution for expansion and strengthening of a democratic political culture. Our hypothesis is that the Orkut, faced with the possibility of virtual communities creation and discussion referring to political issues, end out creating a public space which corroborates as an agent of political socialization, contributing to amplify politic discussions and for democratic politic culture consolidation. The criterion for selection of communities related to political issues in the Orkut was realized focusing in the diversity of political issues positioning, such as support, rejection and evaluation about politic and democracy. The methodology for this analyze correspond to “DAIA criterion”, once this criterion is not limited only in thinking communication in terms of instrumentalization and technique, but as a process of social relationship. In this way, we aimed trough this Orkut study, mainly of its communities, to investigate the role of NTCI’s in the consolidation of a democratic politic culture and to contribute for the investigation about digital democracy in democratic process.

**Keywords:** New Technologies of Information and Communication, Orkut, Virtual Community, Cultural Politic, Democracy, Media, Political Socialization, Participation.

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Distribuição do número de membros da comunidade “Eleições? Vota Brasil!” ao longo de 12 meses.....p.84
- Gráfico 2 – Distribuição do número de membros da comunidade “PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ!” ao longo de 12 meses.....p.92
- Gráfico 3 – Distribuição do número de membros da comunidade “Eu converso sobre política” ao longo de 12 meses.....p.96
- Gráfico 4 - Distribuição do número de membros da comunidade “Fiscaliza Brasil” ao longo de 12 meses.....p.105
- Gráfico 5 - Distribuição do número de membros da comunidade “Eu odeio a política do Brasil” ao longo de 12 meses.....p.111
- Gráfico 6 - Distribuição do número de membros da comunidade “Repúdio à ignorância política” ao longo de 12 meses.....p.121
- Gráfico 7- Distribuição do número de membros da comunidade “Eu gosto de Política!!!” ao longo de 12 meses.....p.130
- Gráfico 8 - Distribuição do número de membros da comunidade “a Justiça é cega, eu NÃO!!!” ao longo de 12 meses.....p.137
- Gráfico 9 - Comparativo do número de membros das comunidades de avaliação.....p.146
- Gráfico 10 - Comparativo do número de membros das comunidades de avaliação a repúdio..p.148
- Gráfico 11- Comparativo do número de membros das comunidades de avaliação e apoio.....p.149

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Acesso ao Orkut.....	p.16
Figura 2. Como criar um perfil do Orkut.....	p.17
Figura 3. Exemplos de redes emergentes mapeadas.....	p.66
Figura 4. Exemplos de redes associativas a partir de conexões recíprocas.....	p.67
Figura 5. O que mudou no novo Orkut.....	p.71
Figura 6: Número de membros do Orkut.....	p.74
Figura 7: <i>Home</i> do Orkut.....	p.76
Figura 8: Posicionamento do fórum da comunidade “Eleições? Vota Brasil” .....	p.85
Figura 9: Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade da comunidade “Eleições? Vota Brasil” .....	p.87
Figura 10: Posicionamento do fórum em relação à interatividade da comunidade “Eleições? Vota Brasil” .....	p.89
Figura 11: Posicionamento do fórum em relação à alteridade da comunidade “Eleições? Vota Brasil” .....	p.90
Figura 12: Posicionamento do fórum da comunidade “PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ!” ...	p.93
Figura 13: Posicionamento do fórum em relação a acessibilidade da comunidade “PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ!” .....	p.94

Figura 14: Posicionamento do fórum em relação à interatividade da comunidade “PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ” .....	p.95
Figura 15: Posicionamento do fórum em relação à alteridade da comunidade “PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ!” .....	p.96
Figura 16: Posicionamento do fórum em relação à posicionamento da comunidade “Eu converso sobre política” .....	p.99
Figura 17: Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade da comunidade “Eu converso sobre política” .....	p.101
Figura 18: Posicionamento do fórum em relação à interatividade “Eu converso sobre política” .....	p.102
Figura 19: Posicionamento do fórum em relação à alteridade da comunidade “Eu converso sobre política” .....	p.103
Figura 20: Posicionamento do fórum em relação ao posicionamento da comunidade “Fiscaliza Brasil” .....	p.106
Figura 21: Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade da comunidade “Fiscaliza Brasil” .....	p.107
Figura 22: Posicionamento do fórum em relação à interatividade da comunidade “Fiscaliza Brasil” .....	p.108
Figura 23: Posicionamento do fórum em relação à alteridade da comunidade “Fiscaliza Brasil” .....	p.109
Figura 24: Posicionamento do fórum em relação ao posicionamento da comunidade “Eu Odeio a Política do Brasil” .....	p.112
Figura 25: Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade da comunidade “Eu odeio a política do Brasil” .....	p.115

Figura 26: Posicionamento do fórum em relação à interatividade da comunidade “Eu odeio a política do Brasil” .....	p.116
Figura 27: Posicionamento do fórum em relação à alteridade da comunidade “Eu odeio a política do Brasil” .....	p.119
Figura 28: Posicionamento do fórum em relação ao posicionamento da comunidade “Repúdio a ignorância política” .....	p.122
Figura 29: Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade da comunidade “Repúdio a ignorância política” .....	p.123
Figura 30: Posicionamento do fórum em relação à interatividade da comunidade “Repúdio a ignorância política” .....	p.128
Figura 31: Posicionamento do fórum em relação a alteridade da comunidade “Repúdio a ignorância política” .....	p.128
Figura 32: Posicionamento do fórum em relação ao posicionamento da comunidade “Eu gosto de Política!!!” .....	p.131
Figura 33: Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade comunidade “Eu gosto de Política!!!” .....	p.132
Figura 34: Posicionamento do fórum em relação à interatividade comunidade “Eu gosto de Política!!!” .....	p.134
Figura 35: Posicionamento do fórum em relação à alteridade comunidade “Eu gosto de Política!!!” .....	p.136
Figura 36: Posicionamento do fórum em relação ao posicionamento da comunidade “a Justiça é cega, eu NÃO!!!” .....	p.138
Figura 37: Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade da comunidade “a Justiça é cega, eu NÃO!!!” .....	p.140

Figura 38: Posicionamento do fórum em relação à interatividade da comunidade “a Justiça é cega, eu NÃO!!!” .....p.142

Figura 39: Posicionamento do fórum em relação à alteridade da comunidade “a Justiça é cega, eu NÃO!!!” .....p.144

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comunidades selecionados para análise.....p.19

Quadro 2: Categorias referenciais do critério Daia.....p.84

## Sumário

1	Introdução.....	p.14
2	Democracia, participação e ciberpecpções.....	p.25
2.1	O modelo cultural e estrutural: o papel da confiança.....	p.25
2.2	O modelo contemporâneo e o participativo.....	p.34
2.3	As ciberpercepções.....	p.41
3	Mídia e Política: da comunicação tradicional às novas tecnologias de comunicação..	p.47
3.1	Para além da comunicação tradicional: Internet e Política.....	p.47
3.2	A ciberdemocracia.....	p.56
3.3	As comunidades virtuais.....	p.62
3.4	O Orkut: a primeira grande rede social virtual.....	p.68
3.5	A estrutura da página do Orkut.....	p.75
4	As comunidades “Governo e Política” do Orkut.....	p.80
4.1	Comunidades de avaliação.....	p.82
4.2	Comunidade de avaliação e repúdio.....	p.110
4.3	Comunidade de avaliação e apoio.....	p.129
5	Conclusões.....	p.145
6	Referências.....	p.151

## 1 Introdução

O objeto desta pesquisa é o Orkut, entendido como um meio de socialização política. O objetivo é analisar as novas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo as comunidades sobre assuntos políticos presentes nessa mídia social, no sentido de perceber como vem ocorrendo à participação online dos internautas e se esta participação esta contribuindo para a expansão e fortalecimento de uma cultura política democrática.

A nossa hipótese é de que o Orkut, diante de criação de comunidades virtuais e de discussões em referência a assuntos políticos, pode vir a ser um agente de socialização política, contribuindo para uma ampliação das discussões políticas, assim como para a consolidação de uma cultura política democrática.

Neste sentido, procuramos através do estudo do Orkut, sobretudo de suas comunidades “Governo e Política”, investigar o papel das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC’s) na consolidação de uma cultura política democrática. Almejamos também contribuir para uma análise da democracia digital<sup>1</sup> nos processos democráticos. Destacamos que o Orkut é uma rede social de comunicação existente em vários países, no entanto, é o “Orkut no Brasil” o foco de nossa pesquisa.

O nosso problema de pesquisa consiste em averiguar se o Orkut, através das comunidades e debates existentes em relação à política, vem contribuindo como um agente socializador, bem como para uma consolidação de uma cultura política democrática. Pois, “(...) ainda não se conhece o grau de sociabilidade existente em tais

---

<sup>1</sup> “As expressões democracia eletrônica, ciberdemocracia, democracia digital, e-democracy, referem-se em geral às possibilidades de extensão das oportunidades democráticas instauradas pela infraestrutura tecnológica das redes de computadores” (GOMES, 2006, p.218).

redes eletrônicas [comunidades virtuais] nem quais são os efeitos culturais dessa nova forma de sociabilidades” (CASTELLS, 1999, p.385).

Um dos autores que instigou o desenvolvimento dessa pesquisa foi Castells. Esse autor antecipa sua hipótese em relação às comunidades virtuais, afirmando que:

nessas comunidades virtuais ‘vivem’ duas populações muito diferentes: uma pequena minoria de aldeões eletrônicos ‘residindo na fronteira eletrônica’, e uma multidão transitória para qual suas incursões causais nas várias redes equivalem à exploração de várias existências na modalidade do efêmero. (CASTELLS, 1999, p.386).

Entretanto, nosso interesse consiste em analisar as comunidades que discutem as questões de caráter político. Assim, procuramos averiguar as comunidades existentes no Orkut, tendo em mente as orientações de objetos e credos políticos precisos ou não, as orientações voltadas à questão afetiva, seja de ligação ou rejeição aos objetos políticos, como também as avaliações e os julgamentos de valor. Ou seja, analisar a dimensão das discussões postas nessas comunidades pelos seus usuários e averiguar se houve desdobramentos em prol do fortalecimento de uma cultura política democrática.

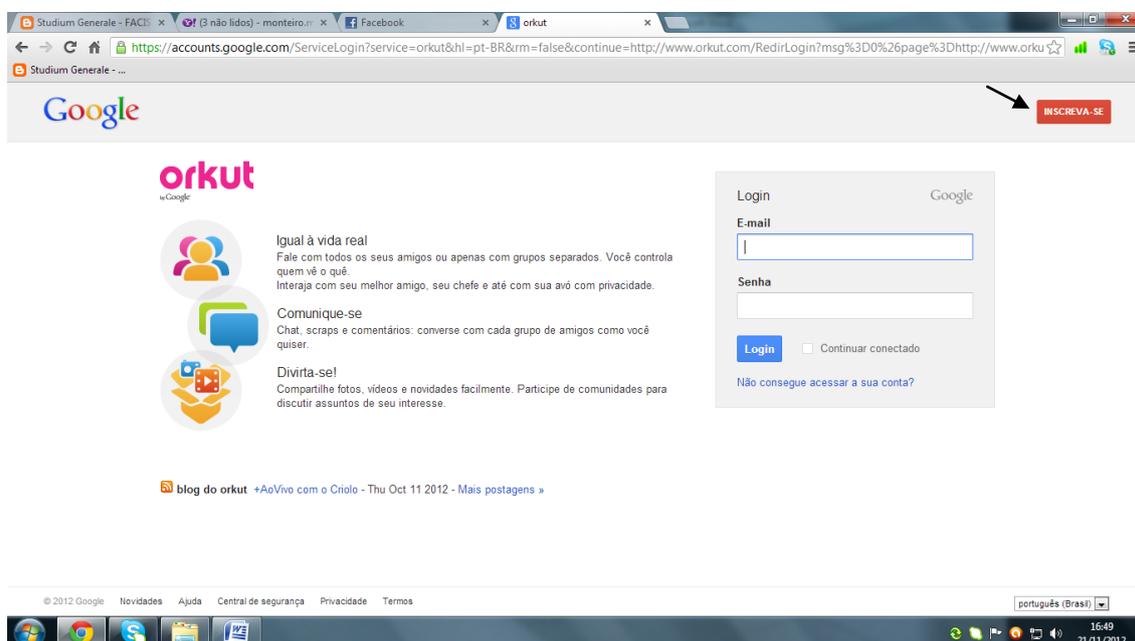
Diante deste contexto, ao centrarmos-nos nas questões de valor, atitudes, orientações compartilhadas e credos políticos demarcamos o nosso referencial teórico, fazendo uso de conceitos sobre cultura política, socialização política, democracia e participação. (ALMOND& VERBA, 1963; DAHL, 1997, SCHUMPETER, 1984, MOISÉS, 1995, PATEMAN, 1992).

Para o desenvolvimento do trabalho e análise dos resultados, a questão metodológica foi imprescindível. Desta maneira, pautamos pelo olhar qualitativo já que “(...) o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, têm ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo”. (TRIVINÕS, 1987, p.133). Com esta perspectiva buscamos nos autores que trabalham com o comportamento político,

Almond, Azevedo, Moisés, Dahl, entre outros, fundamentos teóricos para o bom aprofundamento do trabalho.

Posto o referencial teórico, os primeiros passos para a viabilização da pesquisa foi estabelecer um contanto com o Orkut. O link que dá acesso à página desta mídia social é o [www.orkut.com](http://www.orkut.com).

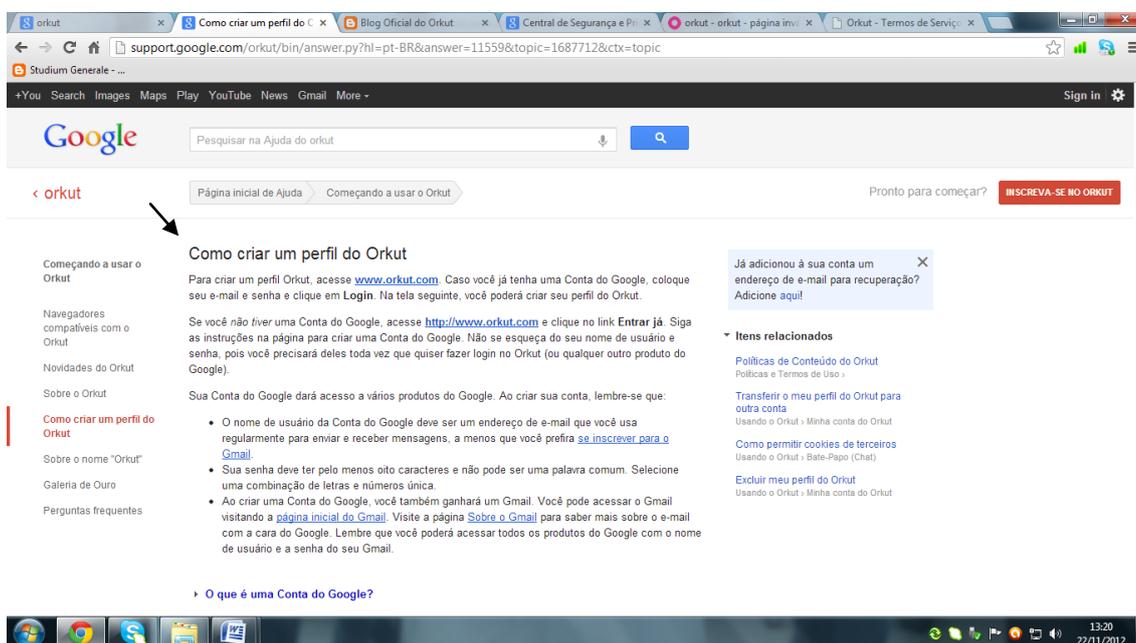
Figura 1: Acesso ao Orkut



Fonte: Google Brasil, 2012.

No início, para a instrumentalização de tal comunidade on-line, era necessário receber um convite de um dos membros. Hoje o acesso se dá de uma maneira mais fácil, basta ir até a página do Orkut e inscrever-se. Como podemos perceber na figura a seguir.

Figura 2: Como criar um perfil do Orkut



Fonte: Google Brasil, 2012.

Ao ingressarmos no Orkut, procuramos preservar a nossa imagem, construindo um personagem, com um nome fictício, sem descrição da idade e imagem, ou seja, construímos um *fake*<sup>2</sup>, o que nos possibilitou transitarmos em diferentes perfis de usuários e comunidades, como também obtermos informações e posicionamentos políticos, sem sermos identificados.

Um levantamento geral das comunidades relacionadas aos assuntos políticos, titulado no Orkut como “Governo e Política” foi realizado, posteriormente, selecionamos algumas comunidades que foram acompanhadas, de maneira qualitativa<sup>3</sup>. O critério de seleção das comunidades relacionadas a assuntos políticos no Orkut foi

<sup>2</sup> Traduzido do inglês *fake* remete a algo “falso” ou “falsificado”. É usado para denominar perfis ou contas utilizadas na internet ocultando a identificação real do usuário.

<sup>3</sup> Foram encontradas na categoria “Governo e Política” 185 comunidades, dessas 8 foram selecionadas: “Eu gosto de política”; “Eu converso sobre política”; “Eu odeio a Política do Brasil”; “Repúdio à ignorância política”; “Fiscaliza Brasil”; “JUSTIÇA é cega, eu NÃO!!!”; “Vota Brasil 2 Eleições 2010”; “PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ!”.

realizado tendo em vista a diversidade de posicionamentos frente às questões políticas, como exemplo, o apoio ou repúdio à política, às discussões a respeito da democracia, às discussões sobre corrupção e ética na política brasileira, à importância das campanhas eleitorais e do voto. Outro critério de escolha foi o elevado número de membros em cada comunidade, o que pressupunha uma dinâmica maior nos “fóruns”, “enquetes” e discussões<sup>4</sup>. Assim, o tema, o número de adeptos e o tempo de comunidade foram às variáveis para a seleção das comunidades a serem acompanhadas. Vale ressaltar que todas as comunidades selecionadas possuíam um tempo expressivo de existência e que foram criadas em entre os anos de 2004, 2005 e 2006.

O período de observação das comunidades foi de maio de 2010 ao final de abril de 2011, acompanhamento este que passou pelas eleições presidenciais de 2010. A escolha de tal período se deve às possibilidades de examinar o comportamento das comunidades antes e durante o pleito, bem como averiguar os assuntos em pauta e como se dá a participação de seus membros e se assim as comunidades em questão contribuem para o fortalecimento de uma cultura política democrática.

As comunidades selecionadas estão em destaque no quadro a seguir.

---

<sup>4</sup> Mesmo a comunidade “Fiscaliza Brasil”, com menor número de membros, possui mais de 1.000 internautas na comunidade.

Quadro 1: Comunidades selecionados para análise

<b>Comunidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Categoria</b>	<b>Criação</b>	<b>Número de membros</b>
<b>Eu gosto de Política!!!</b>	Você assiste Horário eleitoral gratuito? Quando você discute sobre política com alguém a discussão leva horas? Então você realmente gosta de política, e aqui você está em casa, pois essa é uma comunidade para quem simplesmente gosta de política, é fanático <sup>5</sup> ou só faz sua parte...	Governo e Política	29 de outubro de 2004	13.899
<b>Eu converso sobre política</b>	MAIS DE 8000 PESSOAS!! Valeu galera!! Se você é jovem, gosta e conversa sobre política, economia e acontecimentos globais, <b>**SEM RADICALISMO**</b> , está é sua comunidade! Para jovens que conversam com os amigos, pais, tios, etc, sobre o que acontece no mundo... <b>***PROCURE SEMPRE CITAR AS FONTES***</b>	Governo e Política	17 de janeiro de 2005	8.544
<b>Eu Odeio a Política do Brasil</b>	Eu protesto sim, organizando uma comunidade para que as pessoas possam protestar participando!!!	Governo e Política	11 de março de 2005	15.282
<b>Repúdio à ignorância política</b>	O pior analfabeto é o analfabeto político	Governo e Política	13 de maio de 2005	60.517
<b>Fiscaliza Brasil</b>	Um outro mundo é possível!! Discutindo idéias... Moldando nosso meio	Governo e Política	26 de outubro de 2005	1.066
<b>A JUSTIÇA é cega, eu NÃO!!!</b>	“A injustiça que se faz a um é ameaça que se faz a todos” (Montesquieu)	Governo e Política	22 de agosto de 2005	62.929
<b>Vota Brasil ;Eleições 2010?</b>	ARENA é um espaço de debates políticos e discussões de idéias sobre as Eleições de 2010.	Governo e Política	09 de novembro de 2006	25.905
<b>PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ!</b>	Somente com uma ampla reforma política, tirando dos parlamentares o poder de decidir sobre seus próprios direitos e deveres, é que esse país poderá caminhar para a frente.	Governo e Política	31 de agosto de 2005	32.577

FONTE: [www.orkut.com](http://www.orkut.com), acessado em 19 de maio de 2010.

<sup>5</sup> (Sic)

Essas comunidades foram visitadas semanalmente, e o armazenamento das informações foi realizado em um banco de dados, o qual nos permitiu obter o ritmo das atualizações, dos conteúdos, dos discursos que foi sendo apresentados pelos internautas nas comunidades virtuais. Através do levantamento bibliográfico e do uso de conceitos como cultura política, socialização política, participação, democracia, Internet, política e comunicação política foi possível operacionalizar a análise dos dados.

Foram vários os caminhos metodológicos para análise em questão. Signates (2002, p.07) nos apresentou uma sugestão para a avaliação da democracia na comunicação com o “critério DAIA” que “(...) corresponde a um conjunto de referenciais progressivos de avaliação das condições em que uma tecnologia qualquer pode ser avaliada em termos de seu uso democrático”.

O critério de Signates deve ser levado em consideração, pois não se limita apenas em pensar a comunicação em termos de instrumentalização e técnica, mas sim como um processo de relação social. A avaliação da democratização do uso de uma tecnologia deve ser evidenciada na perspectiva do gradiente qualitativo, assim a “disponibilidade” e a “acessibilidade” constituem em categorias básicas, instrumentais de acesso e domínio. Essas categorias permitem avaliar os critérios econômicos, culturais e sociais dos membros das comunidades, no que se refere aos gastos necessários para se ter acesso à tecnologia, ao grau de escolaridade, à idade e (ou) à religião, entre outros.

No entanto, as categorias “interatividade” e “alteridade” são significativas, no sentido de superação das questões de suporte tecnológicas, uma vez que apresenta “(...) critérios, de natureza mais sociológica e ética, [que] são exigíveis para a avaliação da democracia” (SIGNATES, 2002, p. 07). Esses critérios são determinados por questões culturais, políticas e econômicas.

Assim sendo, utilizamos o “critério DAIA” como uma das ferramentas para o desenvolvimento metodológico de análise, já que “(...) os ambientes virtuais, produzidos pela internet, oferecem grandes oportunidades de estudo dessas condições” (SIGNATES, 2002, p.8).

Outra ferramenta de análise foi a netnografia, um recurso metodológico aplicado, sobretudo em estudos antropológicos e sociológicos, mas que nos apresentou boas perspectivas para a análise em questão. Uma vez que “(...) a idéia [sic] de ‘netnografia’ pode muito bem ser apropriada para pesquisas que contemplem os estudos comportamentais de usuários de informação em ambientes virtuais” (PINTO, NETO, COSTA, BEZERRA, SOBRINHO, CYSNE, 2007, p.2).

A etnografia virtual, outra nomeação dada à netnografia, foi cunhada da década de oitenta por Kozinets (1998), que objetivou tal modelo de análise para a compreensão das características de determinadas culturas estruturalmente constituídas. Para ele, essa junção de técnicas vinda da etnografia, adaptado aos estudos das comunidades virtuais, propicia experiências significativas na sociabilidade digital.

Algumas etapas metodológicas são apresentadas por Kozinets (2002). A primeira delas é a consciência do tema a ser estudado para assim obter seu “ingresso” na investigação, bem como a escolha das comunidades *on-line* para a “coleta de dados”; esta podendo ser uma cópia fiel das discussões dos membros das comunidades como também as observações e significados dado por nós, ou seja, um olhar mais pontual ao objetivo da pesquisa.

A “confiabilidade nas interpretações” é mais uma etapa que deve ser atingida. Esta se constitui para além da análise pessoal do usuário da tecnologia, ao abranger o comportamento como um todo. A ética na pesquisa deve ser levada a sério, assim

Kozinets (2002) argumenta sobre a importância do “consentimento informado”, em outras palavras, os dados devem ser apresentados poupando a imagem do usuário.

A “checagem dos participantes” nesta perspectiva é a última etapa metodológica, para Kozinets (2002), pelo menos um dos participantes da pesquisa deveria entrar em contato com os resultados apresentados pelo pesquisador, o que permitira *insights* adicionais que contribuiriam para o refinamento da pesquisa, como também serviriam de *feedback* para os envolvidos na pesquisa.

Diante das comunidades, apresentadas anteriormente podemos perceber a importância do papel da cultura política, ou seja, dos valores, das crenças e das identidades dos grupos existentes na sociedade, para a realização de uma leitura dos acontecimentos políticos. A preocupação em averiguar o grau de adesão à democracia e a contribuição dessas NTIC's perpassa pela compreensão das comunidades políticas, geradas por membros do Orkut.

Neste sentido, utilizamos além dos recursos apresentados, uma importante ferramenta de análise: os conceitos e classificações postuladas por Almond e Verba (1963) e Almond e Powell Jr. (1980) no que diz respeito à cultura política. Esta deve ser entendida como um “(...) padrão de atitudes e orientações individuais com a política compartilhadas por membros de um sistema político” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p.17), em que “o reino pessoal é a base das ações políticas e o que lhes confere significação” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p.17).

Neste contexto, podemos perceber o conceito de cultura política no recrutamento, na participação e nas funções dos papéis empreendidos pelos membros do sistema político, em nosso caso, as comunidades virtuais. Tal classificação da cultura política, nesta perspectiva, se deve ao processo de *inputs* e *outputs*, ora sendo classificado como atores “paroquiais”, ora como “sujeitos” e também como

“participantes”. Ou seja, apresentamos esses critérios nas manifestações que ocorreram pelos cibernautas dentro das comunidades on-line.

Os indivíduos paroquiais são as “pessoas que demonstram pouca ou nenhuma consciência do sistema político nacional” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 38). Já em relação aos cidadãos que têm consciência do sistema nacional, Almond (1972) os classifica como sujeitos e participantes. Assim, “Sujeitos são os indivíduos que têm consciência do sistema político e do efeito que seus *outputs*, tais como assistência social, leis etc., possam ter sobre suas vidas, mas que não estão dispostos a participar das estruturas de *inputs*” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 39).

Os participantes “são os indivíduos que têm consciência das estruturas e processos de *inputs* e que, além disso, se engajam, ou se consideram potencialmente engajados, na articulação ou expressão de demandas e na elaboração de decisões” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 40).

É importante ressaltar que quando falamos em atores e estes fazendo parte das redes sociais da internet estamos falando de “(...) representações dos atores sociais, ou [...] construções identitárias do ciberespaço. Um ator, assim, pode ser representado por um Weblog, por um Fotolog, por um Twitter ou mesmo por um perfil do Orkut” (RECUERO, 2009, p.25).

Na segunda seção discutimos o conceito de democracia, apresentando um arcabouço teórico que a envolve nos ditames das diferentes abordagens, tais como a do modelo cultural e estrutural, bem como o modelo contemporâneo e participativo valorizando, sobretudo, o papel da participação e as ciberpecepções envolta nas novas configurações da participação política na Internet.

Na seção posterior intitulada de “Mídia e Política: da comunicação tradicional às novas tecnologias de comunicação” discutimos o papel da Internet como uma nova

ferramenta para se fazer leituras sobre o sistema político. Essa relação entre a Internet com a Política vem sendo chamado de Ciberdemocracia, onde a preocupação com a relação entre Internet e política se centra na possibilidade da Internet trazer elementos novos à democracia, na ampliação da participação dos cidadãos e no fortalecimento da democracia contemporânea.

Apresentamos também nessa seção uma descrição detalhada sobre o nosso objeto de estudo: o Orkut, momento oportuno onde discutimos o surgimento das comunidades virtuais.

Na quarta seção, pautados pelo referencial culturalista e orientados pela hipótese das mesmas comunidades virtuais serem possíveis “agências de socialização política”, construímos categorias de análise. Essas categorizações foram realizadas com relação a valores e crenças das comunidades frente às suas percepções do sistema político, como o apoio, o repúdio e a avaliação. Assim como ao processo de *inputs* e *outputs* categorizando-as de “paroquiais”, “sujeitos” e/ou “participativos”.

Por fim, apontamos algumas considerações sobre o papel das comunidades do Orkut, pelos seus posicionamentos e pelas participações de seus membros, como uma agência de socialização política, colaborando para a discussão e o entendimento das questões políticas frente as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

## **2 Democracia, participação e ciberpercepções**

Para entendermos se o papel das NTIC's e se as iniciativas digitais na Internet corroboram para uma maior participação online e para um maior fortalecimento democrático é necessário apreendermos os modelos teóricos sobre democracia. Afinal “(...) a preocupação com a participação política online acaba herdando automatismos conceituais, vieses e lacunas do debate tradicional” (GOMES, 2011, p. 22).

São vários modelos teóricos os quais nos permitem empregar o termo democracia. Os repertórios políticos de participação se ampliaram para além do momento eleitoral. No entanto, o conceito de confiança e participação ainda encampa as agendas de pesquisa sobre a democracia. Neste sentido é importante revermos esses modelos fazendo inferências a possíveis relações com as NTIC's e suas ciberpercepções.

### **2.1 O modelo cultural e estrutural: o papel da confiança**

Robert Dahl (2001) afirma que a democracia é permeada por uma confusão por referir-se, ao mesmo tempo, a um ideal e a uma realidade, a julgamentos de valor e julgamentos empíricos. O que permite uma lacuna entre a democracia ideal e a democracia real<sup>6</sup>.

A democracia, no sentido clássico da palavra, é para Dahl um sistema ideal. O que temos hoje nos regimes políticos existentes são formas de democracia, que o autor denomina de poliarquia.

---

<sup>6</sup> Os ideais gregos de participação direta e política para o bem comum ainda hoje estão muito impregnados em nossa concepção de democracia, entretanto, vivemos outra realidade em que a aplicação literal de tais ideais, dado toda a expansão geográfica e o crescimento populacional, não permite mais a aplicação de tal modelo.

As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizadas, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública (DAHL, 1997, p.31).

Desta forma, “a estratégia básica de Dahl é preservar a palavra democracia para o ‘sistema ideal’ e usar a palavra ‘poliarquia’ como sua aproximação no mundo real” (SARTORI, 1994, p. 211).

Para uma poliarquia existir é preciso, segundo Dahl, de um sistema político dotado de instituições democráticas. Dentre as inúmeras condições levantadas pelo autor para obtermos uma poliarquia, pois para ele é um método político e daí a necessidade de arranjos institucionais para mantê-la, destacamos a importância nas “crenças” e a “confiança nos outros”, o que nos leva a pensar em instituições legítimas, soluções de problemas, relações políticas altamente competitivas e cooperativas. Todas essas condições são provenientes de uma cultura política relevante para a sustentação da democracia, para a formação de pessoas e grupos comprometidos em uma ação política democrática.

A participação para Dahl acontece tendo como foco central as eleições e tudo que as envolve, ou seja, a representação dos eleitos, a liberdade de expressão, as autonomias para as associações, as informações alternativas, como também as redes de comunicação interativa, uma multiplicação de canais ampliando a pluralidade de informações.

A dificuldade de manter a participação está relacionada à questão territorial, pois, quanto menor a unidade territorial maior é a potencialidade de participação do cidadão. Por outro lado, quanto maior a unidade territorial maior é a necessidade dos cidadãos delegarem as decisões a representantes. Não resta dúvida que esta última é a realidade da política contemporânea, tanto que Dahl chega a afirmar que “a única

solução viável, embora bastante imperfeita, é que os cidadãos elejam seus funcionários mais importantes e os mantenham mais ou menos responsáveis por meio das eleições, descartando-os nas eleições seguintes” (DAHL, 2001, p.107).

Dahl entende a participação do homem comum de forma deliberativa como perigosa à estabilidade do sistema democrático, pois para ele a tendência do povo é ter uma personalidade autoritária cabendo à deliberação do poder a uma minoria, à elite política. Entretanto, nos deixa claro quais os caminhos para obter uma formação propícia à participação, seja ela através dos períodos de receptividade, da educação ou da condição socioeconômica. Para ele,

[...] sempre que o corpo de cidadãos for grande, as chances de uma participação extensiva e de um alto grau de contestação pública dependem, em certa medida, da disseminação de leituras, escritura, alfabetização, educação e jornais ou equivalentes. (DAHL, 1997, p.85).

A ideia de ampliação da participação presente no próprio conceito de poliarquia de Dahl é a possibilidade de mudança na composição de lideranças políticas através das eleições. E é bom nos atentarmos para o uso das NTIC's como atrativa a democracia pluralista, afinal, as NTIC's multiplicaram os canais de comunicação entre o Estado e os indivíduos, favorecendo a pluralidade de informações e as discussões políticas. Como aponta Van Dijk (2000, p.44)

However, the most favourite instruments to a pluralist model of democracy are conversation systems inside or between organisations, associations and individual citizens: electronic mail, discussion list, teleconferencing and decision support systems for the most complex problems.

Corroborando até mesmo como uma alternativa importante diante da possibilidade de tal ferramenta suprir os problemas espaciais e geográficos anteriormente apontados.

No sistema atual, os valores da democracia só podem estar presentes através de uma cultura política democrática, uma vez que ela, fazendo parte da vida dos cidadãos, leva-os a uma transformação dos valores políticos tradicionais. Para isso, é importante a formação de uma cultura democrática, isto é, o “(...) desenvolvimento de crenças e valores de adesão, lealdade e valorização do sistema democrático” (BAQUERO, 1997, p. 10), a fim de que os valores se estabilizem, como a igualdade diante da lei, o respeito ao pensamento diferente, a oportunidade de intervenção das ações dos governos etc. Porém, como afirma Fernandes (1999, p.24),

Construir uma democracia é um processo extremamente difícil, pois a pluralidade de objetivos presentes na sociedade faz com que necessariamente as contradições entre as práticas e os discursos venham à tona, colocando muitas vezes em dúvida os próprios valores democráticos.

Desta forma, percebemos o quanto é difícil estabelecer valores dentro da cultura política e o quanto esta é dinâmica.

O capital social é um conceito que corrobora para o desenvolvimento da análise culturalista uma vez que mensura a participação política, sendo esta o engajamento na vida cívica possibilitando uma identificação com a estrutura política e a ligação entre os indivíduos com o espaço público. Assim sendo, Putnam (2006) define capital social com características que diz respeito a “(...) organização social, como a confiança, normas e sistemas, que contribuíram para aumentar a eficiência na sociedade” (p.177). Essas relações acontecem no plano de um associativismo horizontal, onde se espera

uma relativa igualdade e uma ausência de hierarquia entre seus participantes. O que colabora para um quadro de confiança institucional.

Nesse modelo cultural há uma associação da “(...) confiança social com a existência de cultura cívica capaz de assegurar a estabilidade do regime democrático” (MOISÉS, 2010, p.62).

Contudo, para que a crença sustente um regime democrático é preciso interiorização de algumas premissas, tais como a crença na legitimidade das instituições democráticas, o papel da eficácia, da confiança e da cooperação.

Instituições que proporcionem e protejam oportunidades e direitos democráticos essenciais são necessárias à democracia: não simplesmente na qualidade de condição logicamente necessária, mas de condição empiricamente necessária para a democracia existir. (DAHL, 2001, p.63).

Dessa forma, o autor sustenta a importância de se ater na validade das instituições. No limite, o funcionamento das mesmas faz com que a democracia ganhe força.

A crença na eficácia governamental é fruto de uma socialização política, além de ser derivada de uma percepção do andamento do regime vigente. Conforme a direção em que está caminhando, o governo busca a eficácia e com ela o prestígio dos padrões de autoridade. Caso o governo não alcance tal eficácia, o desprestígio se faz presente, afetando os padrões de autoridade. O papel da confiança, como já foi posto, é fundamental para o andamento da democracia e para a contestação pública. A confiança deve acontecer de maneira mútua, com um fluxo de comunicação viável, de forma que promova uma certeza entre os seus partícipes. Caso contrário, a hegemonia tende a prevalecer. O papel da cooperação está ligado à questão do conflito, da competição e estas questões são produtivas para a aquisição de crenças e, por conseguinte, para

fortalecimento do regime democrático, pois o funcionamento da democracia exige a visibilidade de eleições, partidos e parlamentos, e esses sempre estão em cooperação e competição. O conflito passa a cooperar para o funcionamento do regime.

Assim, “fatores determinantes das crenças” têm como consequência “crenças políticas”, estas, por sua vez, levam a “ações políticas” que afetam a probabilidade dos “regimes”. A análise de Dahl (1997) valoriza grandemente a importância da crença para uma ação política, afetando diretamente o regime estabelecido, pois o tipo de crença que possuímos, influenciará no tipo de ação a ser defendida.

O papel da confiança é indispensável para a sustentação de um regime democrático. Afinal a confiança “(...) predispõe à aceitação de padrões e valores ao surgimento das atitudes em relação àquele (a) em quem se confia” (NAZZARI, 2006, p.105). Daí a importância da confiança pra se pensar em uma sociedade cada vez mais democratizada. E um dos seus grandes valores é que a confiança gera uma previsão de comportamento tão cara e importante para o entendimento do sistema político democrático. Pois, “(...) a confiança afeta a qualidade de democracia” (MOISÉS, 2010, p.12).

Outro modelo de análise da democracia vem a ser o modelo institucional.

Os estudiosos adeptos da teoria da escolha racional, a qual ganhou força, sobretudo na década de 70, atêm-se à questão econômica como o principal meio para se obter uma estabilidade política. Para eles, é através da economia que se faz um balanço preciso do patamar da democracia. Dessa forma, afirmam que os “(...) fatores econômicos e institucionais são suficientes para gerar uma explicação convincente da dinâmica das democracias sem que seja necessário recorrer à cultura” (PRZEWORSKI, 2003, p.10).

Essas abordagens são mais voltadas para o desempenho da economia na política em que o apoio ao regime acontece justamente pelo desempenho, e o indivíduo apoia ou não o governo se achar que para ele vale a pena. A instituição política é central nesta perspectiva não os atores políticos. Assim, do ponto de vista da escolha racional “(...) a democracia emergiria e se manteria de modo independente da cultura” (PRZEWORSKI, 2003, p. 20).

No presente modelo, a confiança acontece pela avaliação das expectativas dos eleitores frente ao pleito. Sendo a “(...) confiança uma função do desempenho governamental” (MOISÉS, 2010, p.63). No mais

o fator determinante das atitudes de confiança seria a qualidade do desenho institucional: instituições cuja estrutura e funcionamento sejam compatíveis com a expectativa suscitada por sua missão tenderiam a gerar a confiança dos cidadãos (MOISÉS, 2010, p.64).

Figueiredo (1991) na busca de uma compreensão do que leva as pessoas a participarem da esfera da política, sobretudo nas eleições com a participação dos cidadãos através de seus votos, elabora um quadro teórico o qual perpassa questões do comportamento dos eleitores tendo em vista as teorias sociológicas e psicológicas. No entanto, a visão econômica em conjunto com a teoria da Escolha Racional, é para o autor, fundamental para se entender esse comportamento. Assim, afirma que

[...] as condições da luta política eleitoral são suficientes para explicar os resultados eleitorais, não sendo, pois, necessário apelar para nenhuma teoria acerca do estado social ou mental dos indivíduos para explicar suas decisões de participar ou não desse processo. (FIGUEIREDO, 1991, p.191).

O ato de votar estaria ligado essencialmente a um cálculo de custo e benefício, a um incentivo econômico compensatório. A questão econômica é para o autor a

motivação para ação política. Porém, na construção de seus argumentos em relação à instrumentalidade do voto, uma prévia formação da preferência eleitoral é consentida como um ponto de explicação ao comportamento do eleitor, já que as preferências são constituídas antes do voto, assim, “após estabelecer suas preferências, os eleitores procederão a um ‘cálculo’ e decidirão se participam e em quem votam” (FIGUEIREDO, 1991, p.153). Essas preferências, estando ligadas a questões subjetivas e à formação de identidades sociais e políticas, acabam por atribuir às questões culturais uma relevância que não deve ser descartada.

Os valores econômicos são relevantes para a ação política, pois sabemos que apresentam uma probabilidade para a manutenção da poliarquia, bem como para uma maior política competitiva. Assim

as chances de um país desenvolver-se e manter um regime político competitivo (e, mais ainda, uma poliarquia) dependem da medida com que a sociedade e a economia do país (a) fornecem alfabetização, educação e comunicação; (b) criem uma ordem social mais pluralista do que centralmente dominada; (c) impeçam desigualdades extremas entre as camadas politicamente relevantes do país. (DAHL, 1997, p.85).

Porém, podemos perceber que a questão da economia não é algo que se sustente independentemente de seu corpo de cidadãos, da percepção da sociedade, seja pela educação, seja pela cultura. Portanto, a visão da teoria da escolha racional apresenta apenas parte do fenômeno.

Rose (2002), em busca de uma ampliação para uma perspectiva de análise mais abrangente sobre cultura e política, afirma que, as teorias de socialização e a do desempenho não são antagônicas, mas, sim, complementares. E que “embora os pontos de vista da socialização e do desempenho sejam defendidos com tenacidade, a distinção teórica entre eles é exagerada” (p. 25). Assim, o autor apresenta um modelo que reúne

tais complementaridades entre a visão cultural e o desempenho. Sendo este, o modelo de “aprendizagem em toda a vida”. A integração das teorias anteriores é sistematizada no modelo de aprendizagem em toda a vida

[...] no qual o apoio ao regime é formado inicialmente pelas primeiras experiências e depois evolui continuamente ao longo da vida adulta, enquanto as crenças iniciais são reforçadas ou contestadas por experiências posteriores. Os valores e as atitudes políticas podem ser relativamente estáveis no curto prazo e determinadas inicialmente pelas experiências de formação. Porém, a longo prazo, as atitudes em relação às instituições políticas e sociais podem mudar consideravelmente em reação a experiências mais recentes e avaliações de desempenho. (ROSE, 2002, p.26).

A contribuição de tal modelo analítico é válida por não se fechar em apenas uma única causa explicativa como capaz de sustentar o regime político, mas por se abrir a uma multiplicidade de influências, sejam essas sociais, econômicas e/ou políticas.

O próprio Putman (2006) conclui uma análise “convergente” entre o modelo cultural e o estrutural afirmando que:

Os cientistas sociais há muito discutem o que causa o que: a cultura ou estrutura. No contexto de nossa argumentação, esse debate diz respeito ao complicado nexos causal entre normas e atitudes culturais e as estruturas sociais e os padrões de comportamento que configuram a comunidade cívica. Afora, a ambigüidade de ‘cultura’ e ‘estrutura’, porém, tal debate parece estar mal colocado. A maioria dos estudiosos isentos reconhece que as atitudes e as práticas constituem um equilíbrio de mútuo reforço. As instituições de cunho cooperativo requerem aptidões e confiança interpessoais, mas essas aptidões e essa confiança são igualmente inculcadas e reforçadas pela colaboração organizada. As normas e os sistemas de participação cívica contribuem para a prosperidade econômica e são por sua vez reforçados por essa prosperidade. Todavia as questões de causalidade linear não devem excluir a análise de equilíbrio. Nesse contexto, o debate do tipo ‘o ovo ou a galinha’ sobre cultura versus estrutura é essencialmente infrutífero (PUTNAM, 2006, p.190).

Com as discussões envolvendo a confiança apresentadas, cabe-nos agora compreender qual o papel da participação no conceito de democracia contemporâneo e no modelo participativo.

## 2.2 O Modelo contemporâneo e o participativo

Houve, segundo Sartori (1994), uma bifurcação das teorias democráticas nos anos 40; essa divisão ocorreu entre as chamadas teorias contemporâneas da democracia e a democracia participativa. A primeira, de caráter empírico, traz definições descritivas da democracia, ao passo que a segunda, de caráter normativo, faz referências aos ideais e valores da democracia. Nesse sentido, a questão da participação é vista de diferentes percepções pelas teorias democráticas.

Almond (1972), na breve tipologia apresentada na seção anterior sobre orientação para ação política, tais como sujeito político, participante, paroquial etc., além dos processos de *outputs* e *inputs*, colaborou para o entendimento prévio de participação, que, para ele, acontece tendo em vista o entendimento individual da estrutura política, sobretudo a partir de experiências do processo de socialização.

A seguir apresentamos outras divisões sobre a participação nas teorias democráticas. Tais divisões ficaram claras a partir do momento em que Schumpeter (1984) postulou o conceito da teoria clássica de democracia para assim formular sua teoria democrática. Seu intuito era examinar as deficiências existentes na teoria clássica e esta aponta justamente para a questão da participação.

Schumpeter define sua teoria democrática como um método democrático sendo este o “(...) acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população” (SCHUMPETER, 1984, p. 336). Percebe-se assim, que o autor não tem a democracia como um bem comum, como uma “vontade de todos os indivíduos razoáveis” de opinar de maneira racional, mas sim, que esta se compõe de uma presença de líderes altamente

capacitados que disputam eleitoralmente o poder. Seu método democrático visa à disputa entre os líderes pelo voto dos eleitores.

[...] democracia não significa e não pode significar que o povo realmente governe, em qualquer sentido mais óbvio dos termos ‘povo’ e ‘governo’. Democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo [...] cabendo [...] a livre competição entre líderes potencias pelo voto do eleitorado. (SCHUMPETER, 1984, p.355).

Assim, a participação do povo está relacionada com a escolha de seus líderes através do voto para manter a máquina eleitoral, sendo que para Schumpeter, a vontade do povo não deixa de ser baseada em sua própria realidade, em sua família, em seus interesses particulares. O âmbito político não é a esfera de interesses reais do cidadão comum. Daí a necessidade de se obter líderes. Pateman (1992, p.13) aponta que o vital na participação para Schumpeter “(. . .) é a competição dos que potencialmente tomam as decisões pelo voto do povo”. Sendo assim, a competição é o elemento democrático essencial em seu método político.

Este tipo de democracia é também definido por Sartori (1994) como “democracia eleitoral” em que “(...) o povo não governa a si mesmo, mas elege representantes que o governa” (p.156).

O uso das NTIC's neste modelo centra-se nos informes das campanhas eleitorais. O Estado em busca de uma eficiência para chegar aos eleitores faz uso das novas tecnologias. O público por sua vez, poderá ter acesso aos diferentes pontos de vista de seus representantes.

Tanto Dahl como Schumpeter têm a democracia como um método político. Dahl (1997) levanta uma lista de arranjos institucionais para o bom funcionamento da democracia, sendo um desses arranjos o processo eleitoral, conseqüentemente a competição é também para ele um de seus elementos democráticos. Embora Dahl

defenda a teoria competitiva, procura promover a democracia, já Schumpeter quer somente entender o seu funcionamento.

Dessa forma, podemos perceber que igualdade política é diferente de poder ou controle político. A primeira diz respeito à existência do sufrágio universal e a segunda à oportunidade nos processos “intereleitorais”, diferentemente da teoria participativa, em que a igualdade política refere-se à igualdade de poder político nas decisões tomadas.

Dahl, ao buscar sustentação para o sistema poliárquico, estabelece pré-requisitos sociais como o consenso e respeito às normas políticas, sobretudo dos líderes. Sabendo que, para obter esse consenso é preciso um treinamento social e este se efetivaria quando “(...) desenvolvesse atitudes individuais para apoiar as normas democráticas” (PATEMAN, 1992, p.20). Esse treinamento acontece através das instituições de socialização, como a família, a escola, a igreja, os meios de comunicação etc.

Sartori (1994), defensor da mesma linha de pensamento da teoria contemporânea da democracia, defende Schumpeter e Dahl das críticas de que são elitistas, dada as suas referências de participação, afirmando que “o defeito letal do construto participativista não percebeu que a democracia dos antigos não é a democracia dos modernos” (SARTORI, 1994, p.216).

Fica evidente que, em contrapartida à teoria contemporânea da democracia está a teoria participativa. Rousseau é a expressão máxima desta corrente por ser um teórico, por excelência, da participação. A participação para Rousseau equivale a decisões, deliberações do povo “(...) quando o povo, suficientemente informado, delibera. Não tivessem os cidadãos qualquer comunicação entre si, do grande número de pequenas diferenças resultaria sempre a vontade geral e a deliberação seria sempre boa”

(ROUSSEAU, 1983, p.47). As deliberações vêm ao encontro da proteção dos interesses privados, sobretudo com a intenção de se obter um bom governo.

Para Rousseau, o sistema político participativo equivaleria a um equilíbrio econômico entre os membros que o compõem, os grupos não seriam organizados. No entanto, estes deveriam ser numerosos e de igual poder político. A participação possui um caráter de controle, além de ser amplamente educativa. Os homens criam a suas próprias leis e lógicas de serem governados. Assim, “(...) o povo submetido às leis, deve ser o seu autor” (ROUSSEAU, 1983, p. 55).

Nesta mesma linha de pensamento, encontramos Cole (1920) que afirma que o indivíduo é “(...) mais livre onde ele coopera com seus iguais na feitura das leis” (COLE, 1920, p.12 apud PATEMAN, 1992, p.53). Assim, percebemos que a participação, também para este autor, está ligada à regulamentação de suas próprias associações. Para Cole, a presença do governo representativo nessas associações é problemática, pois...

[...] cometeu o engano de se pressupor que o indivíduo pode ser representado como um todo e para todos os propósitos, em vez de ser representado em relação a algumas funções bem definidas (...) [e que] ao escolher seu representante, o homem comum, de acordo com esta teoria, não tem outra opção exceto deixar que outros o governem.” (COLE, 1920, p.114 apud PATEMAN, 1992, p.54).

Muitos são os seguidores desses pensamentos de Rousseau, porém há variações em relação a suas formas de ponderar, como, por exemplo, Mill (1981) que entende a participação relacionada com a questão da representação. Uma elite instruída estaria apta a representar o povo, cabendo a este interessar-se pela discussão política de seus representantes. A participação seria um auxílio no acolhimento das decisões, já que, uma condição para obter a participação é que o “(...) povo tenha vontade e a capacidade

de cumprir os deveres e exercer as funções que lhe impõe este governo” (MILL, 1981, p.39).

Na teoria participativa há uma visão consensual da participação enquanto uma função educativa, o que garantiria dinâmica à política.

No que refere ao uso das NTIC's, as listas de discussão online e as videoconferências seriam ferramentas importantes tanto para a função educativa da participação quanto para reduzir as lacunas existentes entre os que detêm e os que não detêm informações. De acordo com Iasulaitis (2012, p.111)

o uso das NTIC's se dirige à consecução dos objetivos de formação de cidadãos informados, ativos e participativos mediante campanhas informativas nas quais o uso das novas tecnologias como veículos para fazer chegar os conteúdos consistem em meio fundamental.

Todavia, são as indústrias que centralizam as preocupações desses autores, como lugares especiais de preparação para a participação política. Nas indústrias acontece o treinamento social, pois esta é a “(...) área onde o indivíduo poderia ganhar experiências na administração dos assuntos da coletividade, exatamente como ele poderia fazer no governo local” (PATEMAN, 1992, p.49).

Para que haja essa socialização é necessário que os funcionários tenham conhecimento, informações e experiências necessárias para fundamentar suas decisões. Dessa forma, postulamos que para atuar de forma democrática no sistema é preciso ter conhecimento e crenças no sistema político.

A ideia de preparação de indivíduos participantes dentro das indústrias para uma atuação política posterior está centrada na organização dos mesmos, sobretudo nos comandos de decisão. Os funcionários com oportunidade de igualdade de decisão estão mais propícios a serem participantes de forma “plena”. Essa forma de participação

consiste “(...) num processo no qual cada membro isolado do corpo deliberativo tem igual poder de determinar o resultado final das decisões” (PATEMAN, 1992, p.98). Já aqueles que não possuem o poder de decisão, têm sua participação considerada “parcial”.

De maneira geral, podemos perceber as diferenças existentes entre as teorias democráticas, sobretudo em relação à participação, pois na teoria participativa, o termo “participação” refere-se à “(...) igualdade na tomada de decisões, e ‘igualdade política’ refere-se à igualdade de poder na determinação das consequências das decisões. Uma definição bastante diferente daquela fornecida pela teoria contemporânea”. (PATEMAN, 1992, p.62). Já na teoria contemporânea a “(...) participação, no que diz respeito à maioria, constitui a participação na escolha daqueles que tomam as decisões” (PATEMAN, 1992, p.25).

Pateman se posiciona em relação às teorias democráticas, tanto a participativa quanto a contemporânea e tece críticas aos teóricos da democracia contemporânea por terem como positivo a apatia, a não participação do homem comum. A autora vai contra a corrente que diz que a participação do povo é perigosa. Ela acredita que “(...) ainda podemos dispor de uma teoria da democracia moderna, viável, que conserve como ponto central a noção de participação”. (PATEMAN, 1992, p.147).

Porém, é importante entendermos a questão da participação centrando-nos nas ideias de apatia e alienação para superarmos o saudosismo de ideais. Postulamos também que a participação é algo que dá vigor à manutenção da democracia, contudo, a participação efetiva do povo em geral é algo distante da realidade. Sartori (1994) vai dizer que “(...) pecamos por confundir fato com legitimidade e, em princípio, por termos tirado o conteúdo valorativo de uma questão valorativa” (p.230).

A revisão da literatura sobre apatia e participação política feita por Kerstenetzky (2003) em muito contribuiu para o tratamento sobre participação que demos à participação.

Nos anos 60 e 70, a apatia política era tanto por Dahl como por Almond e Verba, uma “benigna irracionalidade” que contribuía em muito para o benefício da democracia, pois “(...) estaria paralisada se todos os cidadãos fossem acometidos de compulsão participatória” (KERSTENETZKY, 2003, p.133).

Com um caráter normativo, a reflexão dos anos 80 e 90 vê a apatia política como uma razão desigual de oportunidade de participação, não como uma reação peculiar a cada pessoa, mas sim pelas condições objetivas da sociedade contemporânea. Um dos exemplos apresentados por Kerstenetzky, diz respeito a um trabalho empírico de Bennett (1986) que certifica que

enquanto o comparecimento para votar – indicador convencional de participação política – cai, o mesmo não acontece com ‘atenção a assuntos públicos’, medida por uma série de indicadores engenhosos, reforçando a tese de que haverá alienação não apatia. Trata-se, portanto, de ‘exclusão’ política não desinteresse. (KERSTENETZKY, 2003, p.133).

Essa nova visão sobre apatia política faz com que o conceito seja percebido de dois ângulos, assim Kerstenetzky ressalta a diferenciação entre “apatia de responsabilidade individual” e “apatia de responsabilidade não individual”. A primeira trata da livre escolha dos cidadãos, principalmente dos bens informados, em relação à segunda, em que a responsabilidade é das práticas institucionais, da estrutura social etc. Dessa forma, a apatia aparece como uma responsabilidade pessoal e a alienação como “(...) ‘responsabilidade’ de estruturas e práticas, e relações de poder” (KERSTENETZKY, 2003, p.133).

A literatura dos anos 90 tem a apatia política como um erro de percepção do discurso sobre participação, pois a apatia seria uma “escolha libertária”, um direito, ainda que apolítico, seria, sobretudo uma opção. A não participação seria assim uma resposta ao sistema político e não deixaria de ser democrática.

Kerstenetzky trabalha com a hipótese de que os processos decisórios estão de fato alienando cidadãos interessados em assuntos públicos e de governo ao subtrair-lhes o acesso às oportunidades efetivas de participação, nesse caso haveria alienação e não apatia. Trata-se da exclusão política e não do desinteresse.

### **2.3 As ciberpercepções**

Como vimos, a forma de participação depende do modelo de democracia desejado e diante do uso das NTIC's cabe-nos atermos de maneira macro, as duas posições em relação aos efeitos da Internet no sistema político<sup>7</sup>, pois esses ciberparadigmas apresentam percepções díspares do mesmo fenômeno. Gomes (2011, p.21) nos incita a perceber tais efeitos questionando se “o uso da internet para a participação e o engajamento cívico trouxe alguma novidade ao panorama ou se trata simplesmente de vinho velho em barris novos?”

Assim sendo, o debate pode ser iniciado tendo em mente as posições dos ciberotimistas e dos cibercéticos.

Os ciberotimistas postulam que o uso que se faz da Internet corrobora para as possibilidades de ampliação da participação dos cidadãos e para um aprimoramento do sistema democrático. Já os cibercéticos enxergam os limites da participação pela

---

<sup>7</sup> O sistema político democrático atual é composto por uma estrutura política especializada, da qual fazem parte os partidos políticos, os meios de comunicação de massa, as instituições etc. (MONTEIRO, 2007, p.40).

Internet para além dos entraves técnicos e socioeconômico, valorizando assim o ponto de vista da cultura política (CHAIA, 2006).

A preocupação da relação entre Internet e política se centra na possibilidade da Internet trazer elementos novos à democracia participativa, na ampliação da participação dos cidadãos e no fortalecimento da democracia contemporânea.

A mudança sensível apresentada por meio das NTIC's, neste caso a Internet, vem a ser a mudança na comunicação política. O uso da Internet na política possibilita a diminuição entre as distâncias dos representantes políticos e de seu eleitorado, como também pode permitir um aprimoramento do sistema democrático, dado o acesso e a necessidade da transparência e interação acerca do sistema político.

São muitos os ciberparadigmas que norteiam esses novos tipos de tecnologia de informação e comunicação, como o ciberespaço sendo um

(...) novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999, p.17).

Assim sendo, Landtsheer, Krasnoboka e Neuner (2000) apontam que os espaços virtuais, realmente, tendem a ampliar as discussões e comunicações políticas, por se constituir em um instrumento capaz, pelo menos em parte, de devolver o poder novamente aos cidadãos.

A interatividade, a acessibilidade e a possibilidade de deliberação como uma noção de construção de uma esfera pública virtual capaz de fortalecer e expandir a democracia são características primordiais defendidas pelos ciberotimistas.

Buchstein (1997) chega a afirmar que a internet é um meio de comunicação tão importante que permite uma imunização contra o autoritarismo. As ciberfacilidades

otimizadas por esta vertente apontam dentre tantas operacionalidades o baixo custo ao acesso à participação, o rompimento de barreias espaciais e temporais, o anonimato, a customização do conteúdo, a convergência tecnológica, a interatividade bem como a liberdade de expressão.

Para Lévy (2003), a interatividade permite ao cidadão uma participação ativa, uma comunicação sincrônica, simultânea e real. Já que “(...) a internet é muito mais inclusiva do que todos os meios de comunicação anteriores, pois permite a expressão pública a todos os indivíduos, grupos, instituições e comunidades” (LÉVY, 2003. p.66). Signates (2002, p.8) corrobora com os argumentos dos autores acima apresentados afirmando que, a interatividade “indica a superação das formas monológicas e autoritárias pelas formas dialogais e conflitivas de circulação da informação e de relação social mediada”.

Porém, Mazzoleni (2000) e Davis (2000) divergem dessa opinião afirmando que, com o uso da Internet na política não, necessariamente, ocorre um aprofundamento da democracia participativa, já que a ampliação da informação não leva automaticamente cidadãos informados a cidadãos politicamente engajados. Essas novas tecnologias não afetariam a natureza do processo político, mas sim as mediações da política. A interatividade está posta, mas não necessariamente uma comunicação dialógica. (MAZZOLENI, 2000; DAVIS, 2000).

Para Castells (1999) embora o uso da Internet “(...) se expanda em ritmo fenomenal, a comunicação mediada por computadores ainda excluirá a maior parte da humanidade por um longo tempo, ao contrário da televisão e outros meio de comunicação de massas” (CASTELLS,1999, p.382) O problema da acessibilidade perpassa pela questão prática de se possuir o instrumento de acesso à rede e ao domínio

de navegação, como também a questão de como fazer uso das informações disponíveis por esta.

A discussão embora transcorra pela questão técnica, como a necessidade de se ter acesso aos equipamentos (computadores, notebooks, smartphones, celulares, iPods etc) e o manuseio da conexão tecnológica é posto em pauta por Lévy não como um empecilho ao acesso à rede.

Acesso para todos, sim! Mas não se deve entender por isso um ‘acesso de equipamento’, a simples conexão técnica que, em pouco tempo, estará de toda forma muito barata, nem mesmo um ‘acesso ao conteúdo’ (consumo de informações ou de conhecimentos difundidos por especialistas) (LÉVY, 1999, p.200).

Mas sim, um acesso ao “(...) sistema aberto de autocartografia do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes” (LÉVY, 1999, p.201).

Os argumentos previamente apontados pelos cibercéticos, como a carência de acesso a ferramentas que proporciona uma participação efetiva aos novos meios de comunicação, gerando uma exclusão social, ou mesmo uma estratificação social, não são os únicos utilizados para pensar a internet como um espaço novo para desenvolver uma ciberdemocracia imparcial. A colonização do ciberespaço, pelas corporações econômicas que detém grandes portais de notícias e os provedores de ferramentas, como o e-mail, como também a existência de controle dos conteúdos na rede através da propriedade privada, fazem com que os ciberpessimistas percebam o ciberespaço distante do que poderia ser a nova esfera pública. Pois

(...) há de se considerar que à oferta de informação política deve corresponder a existência de um real e significativo interesse político pela esfera civil. Há informações políticas disponíveis, mas há um interesse significativo do usuário da internet em informação política?

Temos poucos indícios empíricos de haver suficiente vontade e interesse no jogo político, no processo político e no estado dos negócios públicos para superar o senso de apatia predominante na cultura política contemporânea. E é difícil imaginar que apenas a mudança do meio de informação e de envolvimento político possa alterar a cultura política predominante (GOMES, 2005, p.24).

Há também questionamentos problematizando a participação dos internautas nas comunidades virtuais. Um deles é a efemeridade da participação nessas comunidades virtuais, já que “(...) a maior parte das contribuições para a interação é esporádica, com a maioria das pessoas entrando e saindo das redes para atender às mudanças de interesses e expectativas não-satisfeitas”. (CASTELLS, 1999, p. 386). Porém, segundo Lévy (2003) mesmo que essa efemeridade aconteça às informações continuarão a ser disseminadas não permitindo que o fluxo de informações perca seu valor.

Outro questionamento é de que se a participação desses internautas nos espaços proporcionados pela comunidade virtual, como exemplo o fórum, venha ser uma participação ativa, com discussões, posicionamento de opiniões etc.. Porém, por esta esfera possuir informações, comentários e discussões deixados pelos demais membros da comunidade, o simples fato de ter acesso a essas informações já o faz sentir um membro atuante. Costa (2008, p.27) aponta que

mesmo na Internet, que é conhecida por suas possibilidades interativas, os participantes ativos nos fóruns representam não mais do que 10% da audiência; os outros 90% passam seu tempo apenas acompanhando as discussões. O crucial, no entanto, é que esses 90% se sentem plenamente incluídos na comunidade!

O fato é que o número de usuários da internet no Brasil continua sendo expressivo, dados apresentados recentemente por um grupo de pesquisadores, (Marcelo Santos, Cláudio Penteado, Rafael Araújo - 2009) apontam que, por ano cresce 50% o número de navegadores com internet fixa nas residências. Já são 39 milhões de

internautas acima de 16 anos e que costumam navegar em média 24 horas por mês. Este crescimento também é apontado por Costa e Bianchini (2008) que projetando um aumento da população de internautas no Brasil, sinaliza também um aumento expressivo de conectividade em média de horas.

Neste momento do trabalho levamos em consideração as percepções apresentadas por esses grandes paradigmas, não cabendo um posicionamento defensivo. Até porque, há várias pesquisas recentes que relativizam as apostas otimistas e os diagnósticos pessimistas (ROTHBERG, 2008). O mesmo surgirá com as análises das comunidades do Orkut que procederão nas seções posteriores. No entanto, vale lembrar que “o uso generalizado do teclado constitui uma forma de cultura que atravessa os países, as línguas e as classes sociais” (WOLTON, 2001, p.25). Postulado interessante que ao mesmo tempo passa pela compreensão e uso da técnica como pelo surgimento de uma forma de cultura consequente dessa ferramenta.

### **3 Mídia e Política: da comunicação tradicional às novas tecnologias de comunicação**

#### **3.1 Para além da comunicação tradicional: Internet e Política**

Temos como intuito nesta seção analisar como acontece a inter-relação entre os meios de comunicação e a política, sobretudo em regimes democráticos representativos, bem como entender quais as suas conseqüências e seus limites na construção de uma cultura política democrática.

São várias as mudanças com as quais a política tem lidado ao estar em contato com a mídia. Há autores que percebem essas mudanças como algo negativo ao andamento da política, outros têm essas mudanças como um processo irremediável, cabendo a política usufruir dos benefícios dos meios de comunicação.

Habermas (1984) fundamentado nos ideais deliberacionistas, afirma inicialmente<sup>8</sup> que a esfera pública está intrinsecamente ligada à opinião pública, o que permite um debate político mais exaustivo e democrático para a tomada de decisões. A analogia à *Ágora Grega*, como um espaço público de discussão política, permeia sua visão em relação a maneira como deve ser conduzida a política.

No entanto, ao analisar de modo racional a presença da mídia na política, o autor afirma que houve uma mudança estrutural na esfera pública. No lugar da Assembleia política, espaço de excelência da esfera pública, temos hoje os meios de comunicação de massa (*mass media*). Com uma visão um tanto determinista, afirma que houve uma colonização da esfera pública, perdendo seu *locus* para o mercado, sofrendo assim uma despolitização. Consequentemente houve uma transformação da cultura em bens de

---

<sup>8</sup> Vale lembrar que tal discussão está na obra “Mudança estrutural da esfera pública” e que o autor revisitou o conceito de esfera pública posteriormente reformulando suas ideias originais. No entanto, sua discussão inicial é de grande importância, pois, o sentido contemporâneo de esfera pública mais utilizado ainda encontra-se nesta obra.

consumo, logo, o controle da opinião pública estaria sendo agendado segundo os interesses dos meios de comunicação de massa.

A ação comunicativa que deveria ocorrer dentro do Estado, entre os atores políticos, através de argumentos e discussões racionais, perderia espaço para um racionalismo instrumental, ou seja, um falso racionalismo preocupado com os meios e não com os fins, o que para Habermas acaba por distanciar os representantes dos representados. Pela estratégia comunicativa a ação comunicativa soa como uma forma artificial, deixando aos espectadores a idéia de que a política é desinteressante.

Adorno, em sua célebre obra *Dialética do Esclarecimento* (1985), lança críticas à sociedade moderna, ao pensamento iluminista e à ciência pela falsa promessa de trazer esclarecimento e liberdade ao homem moderno. Porém, com uma percepção endurecida, acaba por se deparar com um esclarecimento nominalista, positivista, fundamentado sobretudo em uma razão instrumental. Neste sentido, cunha o conceito Indústria Cultural onde a cultura de massa, produzida em escala industrial, configura em uma mercadoria do sistema capitalista. As notícias e as propagandas políticas também acabam transformando-se em mercadorias.

As novas tecnologias acabam por massificar as notícias que deveriam servir para colocar em evidência as discussões dos temas públicos. Como as notícias passam a possuir valor econômico, é preciso fazer com que elas sejam agradáveis ou chamem a atenção do espectador, pois o que está em voga para os meios de comunicação de massa é a audiência. Assim, o debate público muitas vezes é enquadrado segundo a percepção de espetáculo, rotulando os discursos políticos para se ter audiência, corroborando para uma perda substantiva do conteúdo e dos valores da política.

Adorno (1995), preocupado com a centralidade dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão como uma forma de compreensão da realidade, em nosso caso a realidade política, afirma que

(...) é possível referir-se a televisão enquanto ela se coloca diretamente a serviço da formação cultural, ou seja, enquanto por seu intermédio se objetivam fins pedagógicos [porém] existe uma espécie de função formativa ou deformativa operada pela televisão como um tal em relação à consciência das pessoas (ADORNO, 1995, p. 76).

Para Adorno, a ideia de deformação e divulgação de ideologias como um ocultamento da realidade, está presente quando se trata dos conteúdos transmitidos pela televisão. Pois, mesmo parecendo algo real, os programas apresentados pela tevê, não deixam de ser técnicos e produzidos. Há sempre a presença dos bastidores, o que quer dizer que as propagandas políticas, bem como os discursos e tudo mais que é apresentado pela televisão são construções ideológicas. A resistência, para Adorno, diante de tais enquadramentos realizados pela mídia, é justamente perceber a irrealidade apresentada, desmistificando, assim, a ideologia, já que tem os espectadores em sua maior parte como consumidores passivos de informações.

Já para Thompson (1995), a recepção dessas informações transmitidas pelos meios de comunicação de massa não acontece de maneira passiva, embora acredite que a mídia, por não ser um canal neutro, acaba afetando as percepções de seu público. Porém, afetar não significa determinar. Neste sentido, o autor entende a audiência de maneira ativa, onde o receptor usa de sua capacidade de pensar, de selecionar, para formular suas próprias concepções. Para ele, as informações transmitidas pela comunicação de massa têm como impacto a expansão do conhecimento, além de reorganizar e reconstituir a interação social, pois altera a relação tempo e espaço, restabelece as fronteiras entre a vida pública e a vida privada, possibilita maneiras novas

e eficientes de comunicação e ocasiona diferentes ações, ou seja, diferentes respostas dadas pelos receptores.

A presença dos meios de comunicação, permeando a política, é significativa para o andamento de uma democracia representativa, pois apresenta uma série de questões a serem discutidas pelos eleitores, principalmente nos períodos que antecedem as eleições. Mas, as informações noticiadas por esses meios de comunicação se apresentam com pouco conteúdo e a ênfase, geralmente dada aos assuntos políticos, centram-se nos dramas e conflitos, deixando para trás questões mais relevantes.

Uma maior intensificação dessa relação surgiu com o aparecimento da televisão, por ser um veículo de comunicação fácil de ser adquirido e, por trazer à tona informações atualizadas dos acontecimentos. Sendo assim, a televisão se tornou um meio de comunicação importante, por onde o cidadão comum faz sua leitura sobre os acontecimentos políticos e governamentais.

O Brasil não foge a esse preceito. Para Kucinski (2002, p.45) isto acontece, porque

[...] num país de cultura ainda predominantemente oral, é a televisão que massifica a agenda, por meio dos recursos da sincronia, da unificação da linguagem e da emoção. Para isso, servem todos os seus programas e formatos, desde o Jornal Nacional até a novela.

Para Swanson (1995, p.5) com a presença da mídia nos processos políticos “(...) la incorporación de nuevas estrategias centradas en los medios en la política y el gobierno constituyen un proceso, y no un acontecimiento”.

Swanson (1995) afirma que, a televisão como um meio de comunicação de massa atinge o público como uma fonte principal de informação política, e por sua

abrangência acaba por configurar-se como responsável pela formação da opinião pública, intermediando as relações entre o governo e os governados.

O entrecruzamento entre a mídia e o sistema político democrático é conceituado por Donsbach (1995) como “mediocracia”, por ser um “(...) indicador terminológico del cambio tan dramático que há experimentado la relación entre la política y los medios de comunicación a lo largo de las últimas décadas” (p.41).

Assim a televisão é um meio que traz para perto do homem comum preocupações políticas, o que contribui para o andamento da democracia (Donsbach, 1995). No entanto, este autor afirma que essas preocupações se perdem, pois é a audiência e não a transmissão correta da política que está em questão. Há uma seleção de notícias a serem veiculadas, o que acaba por dar ênfase aos acontecimentos políticos, segundo os critérios escolhidos pela mídia.

Neste sentido, os enquadramentos existem, por certo na relação da mídia com a política. De acordo com Azevedo (2001, p.187)

ao seleccionar acontecimentos, personagens, avaliar e criticar idéias e comportamentos ou simplesmente transmitir notícias, a mídia termina configurando temas e hierarquizando questões ao mesmo tempo em que produz enquadramentos favoráveis ou desfavoráveis.

A mídia enquadra a política construindo uma representação da realidade, de tal forma que a agenda delimita o tema a ser pensado. Com isto posto, dentre as várias teorias da comunicação que destaca a centralidade dos meios de comunicação de massa nos regimes democráticos atuais, o pressuposto teórico da *agenda setting* deve ser visitado.

O modelo explicativo da agenda de temas (*agenda setting*) foi inicialmente constituído por Mc Combs e Shaw (1972), sendo aplicado em sua pesquisa durante as

eleições presidenciais norte-americanas de 1968, o que corroborou com um toque inicial a respeito da existência de um recorte, de enquadramentos dados pelos meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais, ou seja, na política. Sua pesquisa, que contou com cem eleitores indecisos diante do pleito, acabou por revelar que os enquadramentos apresentados pela mídia como importantes, no final da campanha também eram os mais importantes para esses eleitores. O que quer dizer que a mídia ao efetuar esses enquadramentos, acaba por conduzir os eleitores a possuir certas percepções que são definidas *a priori* pela própria mídia.

O conceito de *agenda setting* permitiu abarcar novos componentes que constituem o processo de agendamento, como a agenda midiática, a agenda pública e a agenda das políticas governamentais. Entretanto, a agenda midiática ou jornalística acaba por querer determinar os enquadramentos de outras esferas com as quais nem sempre tem competência para fazê-la. O que constitui um problema, pois a agenda midiática ao querer comandar a agenda pública, por exemplo, em uma campanha eleitoral acaba sendo inadequada, uma vez que os valores da política são diferentes dos valores do jornalismo. Assim, “(...) a agenda pública promovida pelo jornalismo é um meio inadequado para nele se apoiar uma escolha política” (PATTERSON, 2002, p.81).

Contudo, Traquina (2001) afirma que existem estudos que apontam que a agenda midiática e a agenda pública se sobrepõem uma à outra. Entretanto, o efeito da agenda midiática sobre a agenda pública é, por certo, imediata e direta, fazendo com que haja uma disputa nos enfoques, nas construções das agendas. O fato é que “(...) o modo como as questões são enquadradas impõe uma agenda de atributos que tanto pode afetar o que pensar quanto o como pensar” (TRAQUINA, 2001, p.41).

Numa democracia, os meios de comunicação têm que levantar um debate de ideias para os cidadãos formularem suas próprias opiniões a respeito da política. Para

tanto, é necessário uma pluralidade por parte do sistema de informação, sobretudo, do pluralismo interno onde “(...) cada médio informativo intenta mostrar correctamente todos los puntos de vista políticos e sociales relevantes” (DONSBACH, 1995, p.52). Pois, para o autor, uma vez inseridos na mediocracia, utilizaremos sempre das informações dos meios de comunicação para a obtenção de nossas próprias conclusões. Daí a importância de uma pluralidade de informações.

Pensando no Brasil, Kucinski (2002) sinaliza que “o não-pluralismo tornou-se, assim, um traço dominante na cobertura e no debate, pela mídia brasileira, de assuntos considerados estratégicos pelas elites dominantes” (p.40). Prova disto é a construção de um consenso realizado via TV, principalmente pelo sistema Globo que é

um dos maiores conglomerados de mídia do mundo é a única rede com domínio hegemônico da audiência numa sociedade de grande porte e formalmente democrática. Apenas nos regimes totalitários existem domínios de audiência por uma única rede comparáveis aos da Globo. (KUCINSKI, 2002, p.44).

A questão da pluralidade de informações para Thompson (1995), também é um tema que tem que estar no centro das discussões quando tratamos de poderes como a mídia e a política. O autor tem a comunicação de massa como uma instituição que está entre o mercado e o Estado. Justamente por esta posição, atribui à comunicação a responsabilidade de exercer o pluralismo regulado. A ideia é de obter uma pluralidade de instituições na mídia com uma independência nas diferentes esferas da comunicação de massa. Sendo assim, “(...) as instituições da mídia devem ocupar um espaço entre a atuação desenfreada das forças de mercado, de uma parte, e o controle direto exercido pelo estado, de outra” (THOMPSON, 1995, p.323). O que daria ao princípio do pluralismo regulado um espaço maior para ação.

Como vimos na contemporaneidade os meios de comunicação, ditos tradicionais, estão amalgamados com as questões políticas. Suas relações são palcos constantes de estudos e análises. Estes entrecruzamentos provocam alterações em relação à política, sobretudo em relação à dinâmica eleitoral, pois ocorre uma personificação da política em que a imagem do candidato sobrepõe ao seu discurso, além da alteração entre partidos e governo, a seleção de notícias e a adequação do discurso político para o discurso midiático. E como pudemos perceber, a televisão é um meio privilegiado de comunicação, por onde a maioria das pessoas realiza suas leituras sobre os acontecimentos políticos e governamentais (SWANSON, 1995; DONSBACH, 1995; MANCINI, 1996).

No entanto, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's) não se restringem somente a TV. Outros meios de comunicação vêm surgindo e devem ser analisados. É o caso da Internet, uma rede virtual, que possui como características o rompimento com a territorialidade, com o tempo e o espaço, possibilitando uma acessibilidade a discursos plurais (ALDÉ; BORGES, 2004).

Para Lévy (2003, p.66) “(...) a Internet é muito mais inclusiva do que todos os meios de comunicação anteriores, pois permite a expressão pública a todos os indivíduos, grupos, instituições e comunidades”.

A Internet consiste em uma arquitetura de rede virtual “(...) composta por milhares de redes de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexão, contornando barreiras eletrônicas.” (CASTELLS, 1999, p.26). Essa vinculação de computadores se deu graças à “(...) iniciativa norte americana de âmbito mundial, com apoio militar e de empresas de informática financiadas pelo governo americano, para criar um clube mundial de usuário de computadores e banco de dados” (SCHEER apud CASTELLS, 1999, p.366). Segundo CASTELLS (1999, p.22), essas “(...) redes

interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldada por ela”. Já que “os impactos da Internet são sentidos em quase todas as áreas: no trabalho, no lazer, na educação e na forma como as pessoas se relacionam” (ERCILIA; GRAEFF, 2008, p.8), bem como na política.

A relação entre Internet e Política, recentemente, vem sendo estudada sobre o prisma dos processos eleitorais (ALDÉ; BORGES, 2004; CHAIA, 2006), seja com a análise de sites partidários, influenciando a mídia impressa e televisa, seja como uma forma de participação política através das comunidades on-line do Orkut.

Segundo Chaia (2006, p.7) “o fenômeno Internet e Política, no nosso país, é muito recente, também em decorrência do pouco uso que se faz desta ferramenta para a comunicação política”. No entanto, tal análise se faz necessária, pois “as novas tecnologias de informação e comunicação estão transformando sociedades, governos e sistemas políticos no mundo contemporâneo” (ALDÉ; BORGES, 2004, p.2).

Assim sendo

estamos a passar de um sistema mediático dominado pela televisão para uma rede de comunicação que permite a omnivisão, que nos possibilitará dirigir o nosso olhar para onde quisermos no espaço (LÉVY, 2003, p.37).

Podemos perceber que a presença da mídia é uma realidade na vida política. A aposta é que a relação das NTIC's com a política<sup>9</sup> nos possibilite um olhar enriquecedor para a substancialização de uma cultura política democrática, já que a democracia representativa precisa dos meios de comunicação como uma forma de canalizar sua dinâmica representativa. Este entrecruzamento de sentidos entre a mídia e a política está

---

<sup>9</sup> Diante da pluralidade de informações e possibilidades de interação, que essas novas tecnologias podem oferecer.

tão presente que, hoje em dia utilizamos a terminologia ciberdemocracia para estabelecermos a união entre as tecnologias digitais e a democracia.

### **3.2 A Ciberdemocracia**

São vários os verbetes utilizados para unir os conceitos de democracia com as tecnologias digitais, tais como, “ciberdemocracia”, “e-democracy”, “democracia virtual”, “democracia eletrônica”, “democracia digital” entre outros. Embora num primeiro momento a união dos conceitos nos conduz a uma ideia simples de participação democrática via Internet, o cruzamento conceitual não se constitui de forma tão ingênua assim. Gomes (2010) problematiza os conceitos por serem tão imprecisos, novos e multifacetados. Afinal, “digitalização da democracia” não é o mesmo que “suplementação, reforço ou correção da democracia”.

Iasulaitis (2008) lembra que as ondas de impacto da política na Internet sofreram várias etapas como a “euforia injustificável”, ou o que podemos chamar de posicionamentos ciberotimistas, uma vez que, a fusão da Internet com os ideais democráticos foram considerados positivos para o fortalecimento da democracia. E o “ceticismo abrupto” sendo estes os cibercéticos, receosos diante do cruzamento entre essas duas dimensões. E enfim, a percepção da Internet como “propriedade politicamente significativa”, levando em consideração tanto os entraves como os avanços em relação ao seu uso com a política. Esta etapa é prioritária em nossa pesquisa, em que buscamos para além da dicotomia da discussão inicial uma resposta empírica através das análises das comunidades virtuais.

A partir da década de 90, uma produção acadêmica envolta a possibilidade da Internet revitalizar a qualidade do debate democrático trouxe a tona o entendimento do que vem sendo chamado de ciberdemocracia (IASULAITIS, 2008).

### A ciberdemocracia ou democracia digital

(...) é nesse sentido um expediente semântico empregado para a referência à experiência da internet e de dispositivos semelhantes voltados ao incremento das potencialidades de participação na condução dos negócios públicos (GOMES, 2005, p. 217).

A aposta é de um progresso da democracia deliberativa, com uma melhor relação entre o governo e os cidadãos. São vários os pressupostos, como tornar a Internet um meio de comunicação mais fácil de participação do público com a política; estabelecendo um fluxo de comunicação bidimensional intermediando a esfera civil a esfera política. No mais, produzindo informações políticas para provimento de conteúdos e decisões (GOMES, 2005).

(...) a internet pode desempenhar um papel importante na realização da democracia deliberativa, porque pode assegurar aos interessados em participar do jogo democrático dois dos seus requisitos fundamentais: informação política atualizada e a oportunidade de interação (GOMES, 2005. p.220).

A ciberdemocracia é apontada como uma alternativa em relação às mídias tradicionais. Assim,

(...) utilizando-se da rede mundial de computadores, busca-se a emissão de conteúdo por todos aqueles que demonstrarem interesse em fazê-lo, sem, no entanto, haver um controle prévio, como ocorre nos chamados meios de comunicação tradicionais, a exemplo da televisão, do jornal e do rádio (OLIVEIRA; RODEGHERI, 2012, p. 122).

O que colocaria o cibernauta como um colaborador, de forma livre e com fácil acesso, na construção e emissão de informações em relação ao sistema político (OLIVEIRA; RODEGHERI, 2012).

A democracia digital também é pensada como modelo teórico tipificado gradativamente. O primeiro grau seria o acesso do cidadão ao serviço público, pois através da rede (Internet) a acessibilidade à esfera pública estaria garantida. A formação da agenda pública, segundo uma consulta do Estado à esfera civil, seria o próximo passo para a democratização. O terceiro grau proposto é a transparência da gestão, o Estado apresentando um alto índice de prestação de informações. Contudo uma intervenção do voto on-line garantiria uma intervenção direta do cidadão na decisão política, o que vem a ser chamado de voto eletrônico (democracy plug'n play). No mais, pensar a democracia digital é ponderar a democracia dentro de um modelo deliberativo, com uma combinação substantiva de participação direta com a ideia de representação (GOMES, 2005).

É bom lembrar que “(...) para quem tem acesso a um computador e capital cultural para empregá-lo no interior do jogo democrático a internet é um recurso valioso para a participação política” (GOMES, 2005, p.220). Mais questões são postas, como a educação por parte do cidadão para interpretar e produzir informações, como também o acesso às tecnologias (meios físicos e lógicos), bem como engajamento individual com uma consciência mínima de uma cultura cívica, o entendimento de leis e de políticas públicas.

De acordo com a literatura analisada o advento do formato web na internet trouxe consigo grandes expectativas em prol de uma renovação, de uma maior participação política, de uma maior consolidação de uma cultura democrática.

Com a comunicação política em um novo ambiente, agora virtual, vislumbrava-se uma ampliação de possibilidades para o revigoramento da discussão pública, uma superação do déficit democrático.

Gomes (2008) apresenta algumas possibilidades e alguns entraves das NTIC's com a esfera política para o fortalecimento da democracia. Um elemento facilitador para a participação política, tendo em mente o amalgamento da internet com a política, é a “superação dos limites de tempo e espaço” para que a participação aconteça. O tempo e o espaço são eliminados quando se pensa em uma participação via internet, onde a troca de ideias e a disseminação de informações políticas são mais fluídas. Não havendo a necessidade de um deslocamento espacial para a efetivação da participação, bastando apenas um meio conectado a internet a “comodidade, conforto, conveniência e custo” corroboraria para uma maior participação política.

Outra vantagem destacada pelo autor é a “extensão e qualidade do estoque de informações on-line” proveniente da internet, pois com o acesso as informações políticas há a possibilidade de a sociedade cobrar, questionar e pressionar as gestões governamentais. Pois essas informações não teriam nem “filtros nem controles” tornando o fluxo de informações livre e com poder de liberdade de expressão e opinião. No mais, para o autor esse livre fluxo de informação daria “oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas”, vozes antes alijadas de ser ouvida teriam agora a oportunidade de ter vez. Afirma que

direita e esquerda, grupos democráticos e grupos antidemocráticos, todos têm o seu espaço de manifestação na rede. Grupos que não detêm a chance, por uma razão ou outra de se fazerem presente na esfera de visibilidade pública predominante, encontram na internet a oportunidade de dar o seu recado (GOMES, 2008, p.313).

Outra oportunidade destacada é a “interatividade e interação” entre a sociedade política e o cidadão pela participação virtual propiciar uma comunicação de mão dupla, onde cabe a gestão pública ser cada vez mais clara, transparente e democrática, possibilitando ao cidadão um maior sentido a sua participação. Trata-se de uma interatividade horizontal onde

a noção de interatividade política ancorada na internet refere-se a uma comunicação contínua e de iniciativa recíproca entre esfera civil e agentes políticos, uma comunicação que deve servir para um recíproco feedback entre cidadania e sociedade política (HACKER,1996 apud GOMES, 2008, p.311).

Várias são as críticas a essas perspectivas positivas apresentadas, no entanto, Gomes (2008, p.324) adverte que “(...) recursos tecnológicos não podem frustrar nem realizar promessas de efeitos sociais. Recursos tecnológicos são instrumentos a disposição de agentes sociais, estes sim com capacidade de fazer promessas ou de frustrar esperanças”.

As críticas ao uso das NTCI's em propiciar uma melhora na participação democrática acontece tanto em relação à falta de acesso técnico como também ideológico. No primeiro caso se tem “a desigualdade de acesso” em relação à oportunidade do cidadão utilizar a rede como um meio de participação, por se tratar de uma sociedade onde não há uma isonomia ao acesso a rede, “(...) sabe-se que nenhuma sociedade, nem mesmo aquelas mais homogêneas, até agora verificou uma distribuição equânime de acesso às oportunidades digitais de participação” (GOMES, 2008, p.317). Daí a importância de uma inclusão digital para que a ciberdemocracia venha se consolidar.

Em relação à questão ideológica há uma ampliação de entraves que são apontados. Um deles é se a informação política disseminada na rede é qualificada, ou

seja, quais são as fontes dessas informações? São confiáveis? Sabe-se que a indústria de informação, as instituições e sociedades civis, os agentes do campo político as empresas privadas e o Estado produzem informações políticas, o que denota uma pluralidade de fontes, fato esse que beneficia a ciberdemocracia. Gomes (2008) aponta que a informação política veiculada através dos meios de massa continua a ser predominante e qualificada, entretanto, esse mesmo modelo de informação já estaria sendo apresentado na web demonstrando assim uma confiabilidade. Porém há críticas de que os meios de massa continuando a predominar no cenário de informações a internet não serviriam como um modelo de comunicação alternativo tão importante para a consolidação de uma democracia.

O seu poder como fonte alternativa, capaz de revitalizar o processo democrático, manteve-se então, pouco significativo e a sua presença demonstrou-se ainda muito pouco construtiva de uma alteração no panorama político (WELHELM, 2000 apud GOMES, 2008, p.320).

A superação do modelo de comunicação de massa em detrimento ao modelo veiculado pela internet realmente não aconteceu, porém Gomes (2008) questiona até que ponto os meios de comunicação de massa são realmente antidemocráticos.

Outra crítica vem no sentido de que o interesse político é diferente de informação política on-line, pois “(...) é difícil imaginar que apenas a mudança do meio de informação e de envolvimento político possa alterar a cultura política” (GOMES, 2008, P.318). Cabe a construção de uma cultura política onde a oferta de informação política corresponda a um real interesse político.

A falta de liberdade, o controle e as ciber-ameaças são críticas que também polemizam a consolidação de uma ciberdemocracia. A internet não seria assim emancipatória pela possibilidade de se fazer o mal através das redes virtuais, “(...) se

teme que as novas técnicas de criptografia permitam ao crime organizado, a terroristas, a traficantes de drogas e a espões em escala internacional o uso da rede para comunicações não controláveis” (BUSCHSTEIN, 1997, p.252).

Com a discussão posta podemos perceber que a disponibilização da Internet por si só, não garante uma relação de aprimoramento da participação democrática. E que é preciso “(...) que se saia o mais rapidamente da retórica do diagnóstico (positivo ou negativo) para uma perspectiva de responsabilidade e tarefa” (GOMES, 2008, p.326). Neste sentido cabe-nos entender o papel das comunidades virtuais e a compreensão das mesmas em relação à participação política on-line.

### **3.3 As comunidades virtuais**

São várias as definições a respeito do que vem a ser comunidade. Na Ciência Política uma definição importante é apresentada por Putnam (2006), por esta se constituir e perpassar pela questão da confiança, normas e sistematizações na aquisição de um capital social corroborando para um aumento da eficiência da sociedade em relação à produção de bens públicos. Por o conceito de capital social remeter a um associativismo horizontal onde a virtude cívica, a moralidade e o fortalecimento da confiança entre os atores sociais se estabelecem, define a comunidade como cívica e constituída por um “(...) conjunto de cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração” (PUTNAM, 2006, p.30).

Essas ideias de confiança, cooperação e inter-relação também servem de pilares para a construção das comunidades virtuais e vem sendo estudado “(...) por diversos

autores como um indicativo da conexão entre pares de indivíduos em uma rede social” (RECUERO, 2009, p.42). Isso se dá pelo capital social se referir a “(...) connection among individual – social networks and the norms of reciprocity and trustworthiness that arise from them” (PUTNAM, 2000, p.19). Assim, o autor na construção do valor social ressalta o valor individual, no sentido do indivíduo querer fazer parte da rede social em prol de algum benefício próprio, e um valor coletivo, onde o capital social individual refletiria na esfera coletiva do grupo surgindo então um consenso (PUTNAM, 2000). Já que o capital social funcionaria como um conector e/ou um fortalecedor da interação social.

Rheingold (1993, p.20) foi um dos pioneiros no emprego do termo e na divulgação de comunidade virtual, para o autor as

virtual communities are social aggregations that emerge from the Net when enough people carry on those public discussions long enough, with sufficient human feeling, to form webs of personal relationships in cyberspace.

Para este autor, uma teia de relações pessoais se constrói em encontros e discussões públicas virtuais, proporcionando as pessoas sentimentos e ideia de pertencimento de grupo, colaborando assim como elementos formadores de redes sociais.

A contribuição de Lévy (1999, p.27) de que a comunidade virtual “(...) é um grupo de pessoas se correspondendo mutuamente por meio de computadores interconectados” pressupõe a desterritorialização da comunidade, ou seja, o conceito de comunidade virtual amplia a comunidade para além de uma base territorial. Pois mesmo que “(...) não possamos fixá-lo [comunidade] em nenhuma coordenada espaço temporal, o virtual é real” (LÉVY, 1999, p.50). Para o filósofo francês, a permanência coletiva de um grupo de pessoas envolto a interesses comuns, trocando conhecimentos, com

afinidades, com cooperações e por estarem interconectados já os qualificam como uma comunidade real num plano virtual.

Assim afirma que para uma comunidade virtual existir

não basta apenas colocar à disposição uma série de ferramentas, é necessário que haja interesses compartilhados, intimidade, perenidade nas relações. É isso que vai diferenciar uma comunidade mediada por computadores de uma simples agregação eletrônica (LEMOS.; LEVY,2010, p.103).

Segundo Costa (2008, p. 56) “o desenvolvimento das comunidades virtuais é provavelmente um dos maiores acontecimentos dos últimos anos, já que elas estimulam uma nova maneira de ‘fazer sociedade’”.

Com esses novos estímulos, mesmo o virtual não substituindo o real “ele multiplica as oportunidades para atualizá-lo” (LÉVY, 1999, p.90). Este autor aponta que, através das comunidades virtuais há possibilidades de novas formas de mediação de opinião pública.

Gitlin (1988) em uma reelaboração da noção habermasiana de esfera pública argumenta que, com o advento da Internet as esferas públicas vêm sendo reformuladas. A denominação utilizada por ele é de “microesferas públicas” sendo estas provenientes dos espaços virtuais tais como, os blogs, os fóruns online, os emails as petições e os chats. Esses espaços sendo públicos, organizados e dialogados colaborariam como instâncias profícuas a instauração de um novo patamar de democracia.

Outra ideia bastante difundida e relacionada às comunidades virtuais diz respeito a sua função socializadora. “As comunidades virtuais parecem ser um excelente meio para socializar, quer suas finalidades sejam lúdicas, econômicas ou intelectuais, que seus centros de interesse sejam sérios, frívolos ou escandalosos” (LÉVY, 1999, p.135).

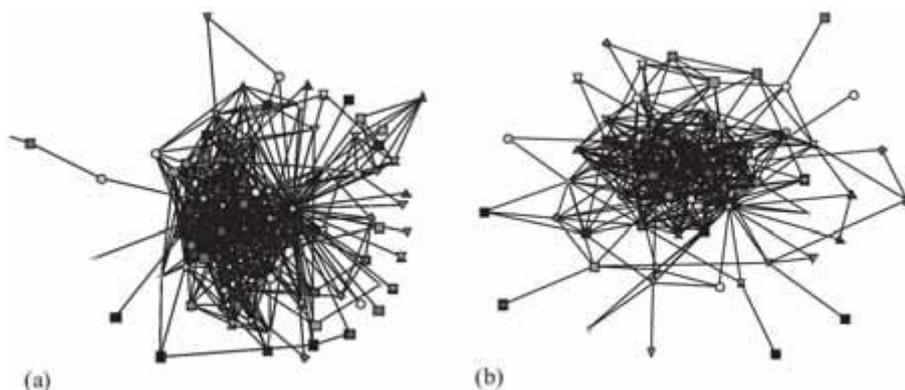
Ou ainda,

abrindo os mais variados domínios, seja trocando mensagens, seja debatendo questões políticas, seja simplesmente acompanhando uma discussão, pessoas de origens diversas, ao conviverem em comunidades on-line, experimentam esse aspecto tão recente de sociabilidade (COSTA, 2008, p.10)

Para Recuero (2009, p.89) por as redes sociais virtuais serem sistemas dinâmicos e estar sempre em transformação “as pessoas se adaptaram-se aos novos tempos, utilizando a rede para formar novos padrões de interação e criando novas formas de sociabilidade e novas organizações sociais”.

As redes sociais na Internet primam sempre por visibilidade social, boa reputação, popularidade e poder de influencia. Recuero (2009) aponta dois tipos de redes sociais existentes na Internet. As redes chamadas de emergentes e as redes de filiação ou associação. A primeira “são redes cujas conexões entre os nós emergem através das trocas sociais realizadas pela interação social e pela conversação através da mediação do computador” (RECUERO, 2009, p.94). Trata-se de redes menores, centrada em poucos nós tanto pelo custo de investimento, para a manutenção de laços sociais, quanto de tempo necessário para que as trocas sociais aconteçam. Esse tipo de rede social virtual acontece pela interação de grupos de maneira dialogal, sobretudo por manifestações de comentários em *weblog* ou *fotolog*. O objetivo é fazer amizades, e dividir os suportes sociais, estabelecerem confiança e reciprocidade. É assim, (...) uma rede emergente porque ela é constantemente construída e reconstruída através das trocas sociais (RECUERO, 2009, p. 95).

Figura 3: Exemplos de redes emergentes mapeadas



Fonte: RECUERO, 2009, p.96.

Como podemos observar nas ilustrações o foco neste tipo de rede acontece tendo como base as construções dos laços sociais, mesmo sendo limitados os números de atores interagindo. Porém, a quantidade dessas interações se apresenta de maneira rica, distribuída e mais igualitária.

As redes de filiação ou associação são redes mais complexas onde são constituídas “(...) de dois nós: os atores e os grupos. Esses nós se relacionariam por conexões de pertencimento” (RECUERO, 2009, p. 97). Possuindo assim duas variáveis: “os atores indivíduos” e os “eventos observados”.

O pertencimento de interação entre os membros neste tipo de rede não parte necessariamente dos laços sociais de seus membros, porém permite pelo dinamismo uma interação entre os mesmos. A filiação já se constitui em uma relação de pertencimento, independente de ocorrer uma interação como no modelo de redes emergentes.

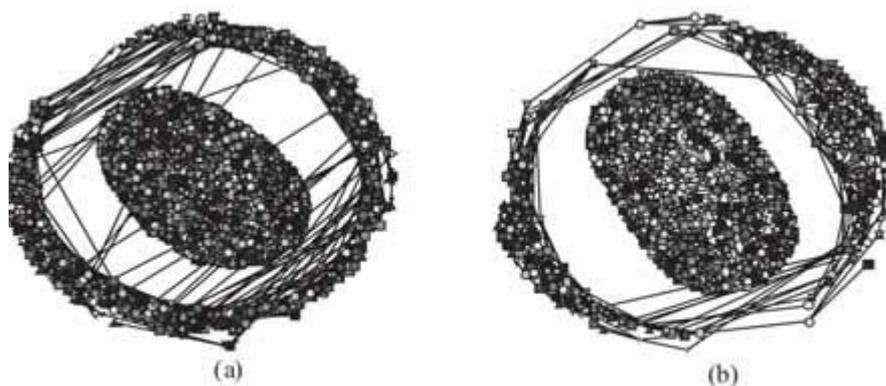
Um exemplo de funcionamento deste tipo de rede é o da lista de amigos na rede social Orkut.

A lista de amigos no Orkut [...] é mera adição de outros atores sociais. Ela não pressupõe interação social do tipo mútuo, mas é uma interação

reativa com efeito social. Uma vez adicionado um indivíduo, ele ali permanece independentemente da interação para manter o laço social. Essas redes podem, entretanto, mostrar laços já estabelecidos pelos atores envolvidos em outros espaços, mas não necessariamente através da Internet. Além disso, essas redes mostram uma rede que não é alterada pelo acréscimo ou decréscimo das interações e valores trocados, mas que pode agregar valor à rede social e gerar capital social (PRIMO, 2003 apud RECUERO, 2009, p.98).

Ou seja, as conexões entre os membros permanecem independente da interação social. A figura abaixo nos ajuda a visualizar as conexões.

Figura 4: Exemplos de redes associativas a partir de conexões recíprocas



Fonte: RECUERO, 2009, p.99.

Como podemos perceber há uma grande quantidade de nós, mas uma densidade menor de conexões.

Castells (1999, p.385) colabora para uma visão otimista da função que as comunidades virtuais podem proporcionar por ser uma “(...) rede eletrônica de comunicação interativa autodefinida, organizada em torno de um interesse ou finalidade compartilhado”. Assim, a interatividade é por excelência outro elemento ressaltado para se pensar as comunidades virtuais. Posto que, “o ciberespaço encoraja uma troca recíproca e comunitária, enquanto as mídias clássicas praticam uma comunicação unidirecional na qual os receptores estão isolados uns dos outros” (LÉVY, 1999, p.209).

As expectativas depositadas as comunidades virtuais é de que, até mesmo as organizações clássicas de comunidade se tornem redes sociais virtuais. (LEMOS; LÉVY, 2010). Pelas comunidades virtuais representar

uma importante riqueza em termos de conhecimentos distribuídos, de capacidades de ação e de potência cooperativa. Uma comunidade virtual tem vocação para tornar-se uma ‘inteligência coletiva’, isto é, uma fonte de conhecimento e de criatividade (LEMOS; LÉVY, 2010, p.112).

Assim, esses autores apostam que pelo caráter de todas as pessoas poderem emitir mensagens, questionamentos, informações, debates, as comunidades virtuais conduzem a alternativa pertinente às mídias tradicionais, ou pelo menos possuem uma vocação para se tornar uma fonte de conhecimento.

### **3.4 O Orkut: a primeira grande rede social virtual**

Tendo o Orkut como objeto desta pesquisa, um melhor entendimento do surgimento e funcionamento do mesmo se faz necessário.

Em 2004 o turco matemático Orkut Buyukkoketen, residente nos Estados Unidos, criou a primeira grande rede social<sup>10</sup> on-line: o Orkut. Esta rede social que alcançou popularidade entre os internautas brasileiros só foi possível com a chegada da Web 2.0. Por essa Web ser mais dinâmica, diante do desenvolvimento de novos

---

<sup>10</sup> Outras redes sociais existiam na “Web1.0”, porém com características mais estáticas e de menor proporção de participação, tais como: “ClassMates.com” de 1995, esta rede social online foi criada com o propósito de realizar encontros entre amigos de faculdade etc, obteve sucesso nos Estados Unidos e no Canadá, tratava-se de um serviço pago cujo objetivo era manter os laços sociais realizados de maneira offline. Outra rede social online foi criada em 1997, trata-se da AOL Instant Messenger, limitado aos assinantes do provedor, teve um papel importante na popularização das mensagens instantâneas. No mesmo ano surgiu a Sixdegrees esta rede social inovou com a possibilidade de criar um perfil virtual e por permitir a visualização de perfis de terceiros. Com o conceito de círculo de amizade a rede social Friendster criada em 2002, encorajava laços de relacionamento entre pessoas com interesses comuns. Em 2003 surgiram a My Space, bem parecida com a Friendster e a LinkedIn que se distanciava das demais redes por se tratar somente de assunto profissional.

aplicativos e interfaces, permitiu aos internautas a possibilidade de uma maior participação na rede (O'REILLY, 2005).<sup>11</sup>

O Orkut sistematiza várias características de sites de redes sociais anteriores, como a criação de comunidades e a criação de perfis com interesses em comum de seus usuários (RECUERO, 2009). Essa rede social se constituiu numa ferramenta importante para estabelecer uma rede de relacionamento entre os internautas<sup>12</sup> frente aos seus interesses comuns. Tal ferramenta propicia aos seus adeptos a possibilidade de conhecer pessoas, gerar comunidades segundo os interesses dos usuários, criar álbum de imagens e interagir por meio de mensagens públicas.

Em 2007 essa rede social se definia como

uma comunidade on-line criada para tornar a sua vida social e a de seus amigos mais ativa e estimulante. A rede social do **orkut** pode ajudá-lo a manter contato com seus amigos atuais por meio de fotos e mensagens, e a conhecer mais pessoas. Com o **orkut** é fácil conhecer pessoas que tenham os mesmos hobbies e interesses que você, que estejam procurando um relacionamento afetivo ou contatos profissionais. Você também pode criar comunidades on-line ou participar de várias delas para discutir eventos atuais, reencontrar antigos amigos da escola ou até mesmo trocar receitas favoritas. (<http://www.orkut.com/About.aspx>, 14 de outubro de 2007).

Em 2011 se apresentava como mais interativa onde:

você decide com quem quer interagir. Antes de conhecer uma pessoa no **orkut**, você pode ler seu perfil e ver como ela está conectada a você através da rede de amigos. Para ingressar no **orkut**, acesse a sua Conta do Google e comece a criar seu perfil imediatamente. Se você ainda não tiver uma Conta do Google, nós o ajudaremos a criá-la em alguns minutos. Nossa missão é ajudá-lo a criar uma rede de amigos mais íntimos e chegados. Esperamos que em breve você esteja curtindo mais a sua vida social. Divirta-se (= <http://www.orkut.com/About?hl=pt>, 03 de outubro de 2011).

---

<sup>11</sup> Para uma melhor visualização da arquitetura dessa nova Web, veja o mapa “meme” em <http://oreilly.com/web2/archive/what-is-web-20.html>

<sup>12</sup> Nome dado aos navegantes da Internet.

Essas transformações foram acontecendo a partir de 2007 quando o sistema operacional Open Social<sup>13</sup> do sistema Google<sup>14</sup>, permitiu que novos aplicativos fossem criados e uma maior atividade por parte dos usuários fosse executada (RECUERO, 2009).

Diante da popularização do Facebook<sup>15</sup>, rede social que também foi criada em 2004 e que atualmente lidera o ranking<sup>16</sup> das redes sociais no Brasil, e de outras redes sociais criadas em 2006 como o Twitter, o Pinterest em 2010 e o Google+ em 2011 entre outras, o Orkut teve a necessidade de atualizar suas ferramentas.

De acordo com MATSUKI (2013) “(...) o Facebook demorou para estourar no Brasil. A liderança entre redes sociais no país acabou sendo alcançada apenas em 2011 (quando o Facebook passou o Orkut) [...] o Facebook não é apenas a rede social mais popular no país. Também é o site mais visitado no Brasil”.

Para o suporte do Google em 2012 a apresentação do Orkut passou a ser mais simples e mais rápida do que as formatações anteriores, dando acesso aos demais produtos existentes do Google, facilitando o envio e a formatação de fotos, as listas de amigos com mais dinamismo, a possibilidade de bate papo por vídeo entre outros recursos, como podemos observar na figura abaixo, onde há uma sinalização do “que mudou no novo Orkut”.

---

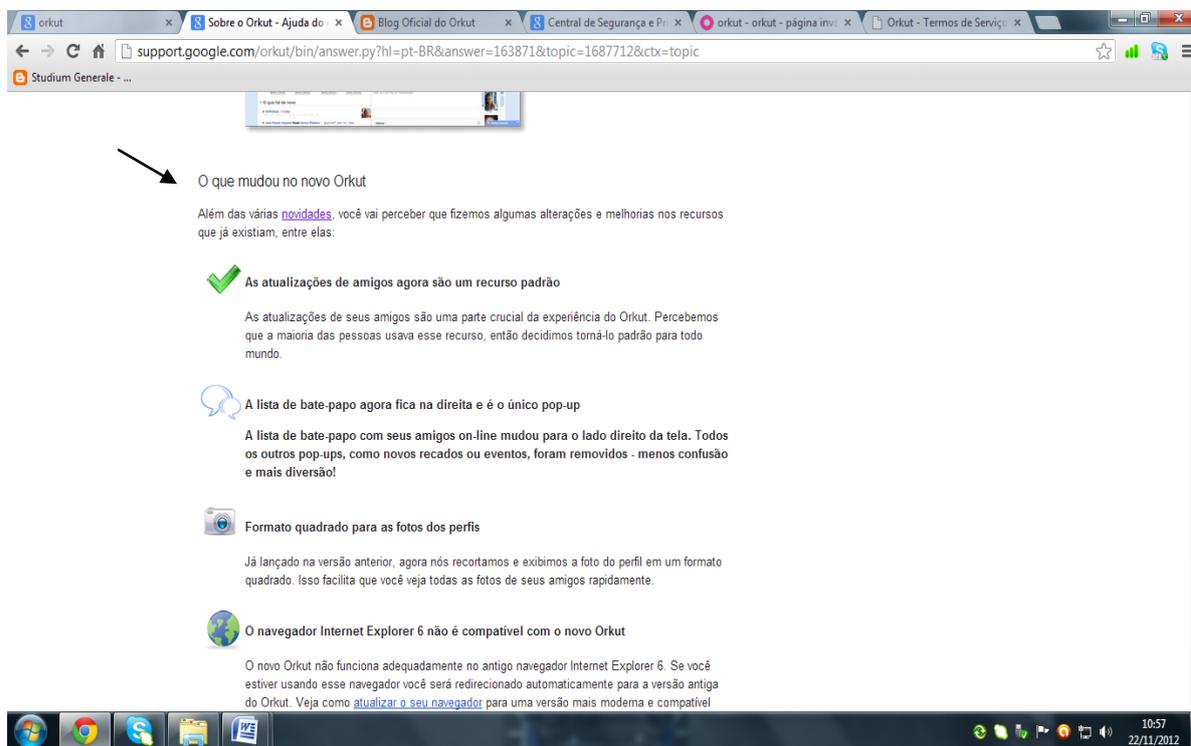
<sup>13</sup> API - interface entre aplicativos e a programação.

<sup>14</sup> Empresa responsável por gerar o Orkut.

<sup>15</sup> Tanto o Facebook, como o Twitter e o Google+ são frutos de uma Web 2.0. Embora todos sejam redes sociais virtuais, as formas de interação possuem particularidades.

<sup>16</sup> <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/08/facebook-mantem-lideranca-entre-redes-sociais-no-brasil-diz-estudo-2.html>

**Figura 5 : O que mudou no novo Orkut**



Fonte: Google Brasil, 2012.

No entanto essas mudanças, como as “atualizações dos amigos” na rede, “a lista de bate-papo” em um único *pop-up*, o “formato quadrado para as fotos do perfil” e a atualização do navegador para o acesso ao Orkut não foram suficientes para sustentar a rede social como a principal rede social virtual do país.

Como afirma MATSUKI (2013, p.1)

(...) houve um tempo que o Orkut era febre no Brasil. Chegou inclusive a ser o site mais visitado do país. Mas esse período parece cada vez mais distante. No último ano, os usuários da rede social (que pertence ao Google) migraram em massa para o Facebook. O resultado foi a queda do Orkut para o 3º lugar no ranking de redes sociais no Brasil. No ranking geral, o Orkut é o 17º site mais visitado do país.

Com o advento e a popularização de outras redes sociais on-line houve a migração de internautas para novas ferramentas interativas.

Como pudemos observar nas definições apresentadas pela própria rede social, o dinamismo das novas tecnologias é constante, assim sendo corríamos vários riscos em relação à opção do nosso objeto, como esse fenômeno da migração de internautas para outra rede social, afinal estávamos estudando o fenômeno durante o seu processo de desenvolvimento. E a literatura afirma que, “(...) não há redes paradas no tempo e no espaço. Redes são dinâmicas e estão sempre em transformação (WATTS (2003) apud RECUERO, 2009, p.79).

No momento da escolha do nosso objeto, meados de 2007, o Orkut por ser uma grande rede social, pela possibilidade de interação entre seus membros, por possibilitar a criação de comunidades temáticas de discussão e diante do grande número de adeptos nos chamava atenção para uma análise mais profícua. Afinal, a popularidade da rede no Brasil era enorme.

(...) uma das ferramentas de maior sucesso do Google no Brasil: o Orkut. Lançado em 2004, teve uma adoção rápida e maciça entre os internautas brasileiros. Essa iniciativa marcou o início de uma divulgação mais ampla, entre nós, do fenômeno que ficou conhecido por ‘redes sociais’. De fato, o conceito trazido pelo Orkut mudou completamente o que se compreendia por comunidade virtual, já que propunha uma área para cada participante; a possibilidade para cada um criar quantas comunidades desejasse, a chance de todos participarem de qualquer outra comunidade. Em outros termos, a ferramenta incentivou a propagação de redes sociais (COSTA, 2008, p.84).

A literatura chega a sinalizar que o Orkut acabou por incentivar a propagação de outras redes sociais virtuais.

Em junho de 2004, ano do surgimento do Orkut, o número de brasileiros que navegavam pelas páginas do Orkut estava em 32,9%. Já em abril de 2006 os internautas

brasileiros ligados ao Orkut<sup>17</sup> somavam 70,3%. Ou seja, houve uma duplicação de adeptos. Ercilia e Graeff (2008) corroboram com esses dados afirmando que “um fenômeno difícil de explicar é a atração dos brasileiros pelas redes sociais, em especial o Orkut, do Google. O site, lançado em 2004, virou um sucesso praticamente instantâneo no Brasil” (p.52).

Segundo a Folha de São Paulo em 2007, “Metade do Brasil tem Orkut”

(...) cerca dos 40 milhões de participantes em todo o mundo, mais de 20 milhões (56%) são pessoas que nasceram no Brasil. Nos Estados Unidos, berço do site, os usuários são apenas 18%. Como temos cerca de 43 milhões de internautas no Brasil, pode-se dizer que quase metade disso já tem uma página no Orkut, mesmo considerando uma boa quantidade de perfis falsos ou repetidos. No papel, o Orkut tem potencial para dobrar o número de membros. (FSP, Folhateen, 09/04/2007).

Como podemos ver na figura abaixo, em 2006 o número de internautas brasileiros conectados ao Orkut era de 70,3%, já em 2012, a página do Orkut apresenta um percentual de 50,6%<sup>18</sup> de membros participantes. Ou seja, quase 20% de internautas a menos no Orkut.

---

<sup>17</sup> [www.orkut.com/Members All.aspx](http://www.orkut.com/MembersAll.aspx).

<sup>18</sup> [www.orkut.com/MembersAll](http://www.orkut.com/MembersAll), 22 de novembro de 2012.

**Figura 6:** Número de membros do Orkut

Fonte: Google Brasil, 2012.

As percentagens corroboram para os apontamentos de migração de internautas para outras redes sociais, e essa é uma informação interessante para nossa análise, pois podemos perceber o dinamismo das novas tecnologias de informação e comunicação.

Costa (2008, p.15) ressalta que “(...) o potencial de interatividade oferecido pelas interfaces digitais só faz acentuar o envolvimento das pessoas com as novas tecnologias”. E o fato das pessoas adaptarem a novas redes colabora para a criação de “(...) novas formas de sociabilidade e novas organizações sociais” (RECUERO, 2009, p.89).

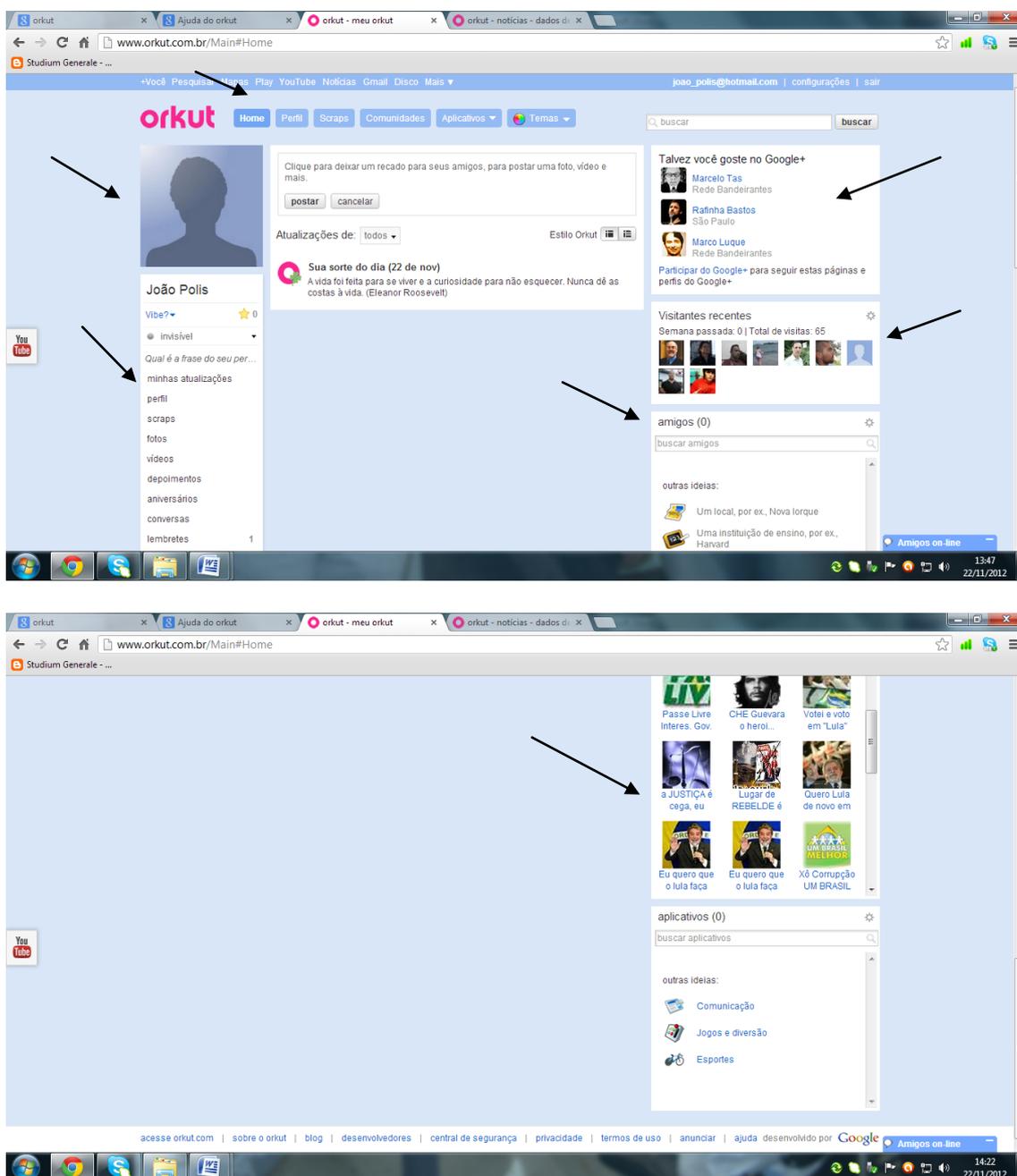
Assim com o aumento significativo de internautas ligados ao Orkut, com a popularidade da rede social no país e o recurso de criação de comunidades por afinidades dentro da própria rede social virtual, serviu como um incentivo, naquele momento para optarmos por entender esse fenômeno.

### **3.5 A estrutura da página do Orkut**

O Orkut é uma rede social que foi criada com a intenção de promover uma vida social mais “ativa” e “estimulante” a seus membros. Tem como proposta o estabelecimento de vínculos sociais online permitindo conhecer novas pessoas, como também gerar o reencontro de antigos amigos. Por ser uma rede social possibilita o compartilhamento de interesses comuns entre seus membros, o contato profissional, a procura de um relacionamento afetivo, o compartilhamento de fotos, vídeos e mensagens (*scraps*).

Ao ingressarmos no Orkut (figura 7) temos na parte superior da tela tópicos intitulados de “home”, “perfil”, “scraps”, “comunidades”, “aplicativos” e “temas”.

**Figura 7: Home do Orkut**



Fonte: Google Brasil, 2012.

O “perfil” nos dá a possibilidade de informarmos sobre a nossa vida pessoal, social, profissional, o e-mail e o local de onde somos ou estamos. Os “scrap” é o espaço onde os membros do Orkut emitem comentários, opiniões etc. sendo um campo

que pode ser definido como público ou tendo acesso somente os amigos o quais você tem o contato previamente aceito.

No tópico das comunidades há a possibilidade de criação de novas comunidades, verificar os tópicos das comunidades existentes, o número de membros e se há comunidades com pedido de adesão pendente. Tanto no campo *scraps* como no campo “comunidade” vislumbramos a possibilidade de uma comunicação interativa. Já no tópico “aplicativo” se tem a possibilidade de aderir a jogos, notícias, músicas, eventos, vídeos entre outros. No “tema” é possível mudar a aparência do Orkut através de cores.

No lado esquerdo da tela existe um espaço opcional para a foto, a possibilidade de manifestar seu status, se “invisível”, “disponível”, “ocupado” ou “desconectado”. Além disso, há um ícone que permite o acesso ao seu perfil, aos *scraps*, as suas fotos, aos vídeos, as conversas e aos lembretes do usuário.

No lado direito da tela existe um campo para fazer busca na internet e um espaço onde são apresentadas algumas páginas do Google+ para seguir o perfil, geralmente de personalidades midiáticas. Logo abaixo há um campo opcional para visualizar as visitas recentes ao seu perfil. Como também os amigos que você mantém contato. Por fim, as comunidades de sua adesão e os aplicativos escolhidos.

Assim que um novo membro adere à rede, há na página do Orkut um perfil a ser preenchido. Este perfil está dividido em categorias como a “geral”, a “social”, a “profissional” e a “pessoal”<sup>19</sup>. Na categoria “geral” há a obrigatoriedade somente do nome e sobrenome, e a possibilidade de postar foto, endereço de email e da localidade do internauta como a cidade, o país, o estado e a caixa postal. Bem como a data de aniversário, o telefone, o sexo e seu relacionamento atual, se está solteiro(a), casado(a), namorando, se tem um casamento ou um relacionamento aberto. Na categoria “social”

---

<sup>19</sup> Esta é a ordem de categorias apresentadas na página do Orkut.

um rol de informações é pedido com a intenção de se conhecer os gostos, os credos, o posicionamento político e as orientações dos internautas. Algumas questões são apresentadas com respostas pré-definidas, outras com espaços a serem preenchidos. Nesta categoria procura conhecer a etnia, a religião, a visão política, a orientação sexual, o estilo e o tipo de humor deste internauta. Como também se tem filhos, se fuma, se bebe, se tem animais de estimação, com quem esse membro mora, que tipo de música, esporte, livros, programas de TV, cinema, paixões e tipo de comida que o agrada. A cidade natal e a página da Web pessoal também são neste espaço averiguado.

Já na categoria “profissional”, o que se investiga é o grau de escolaridade, os nomes das instituições educacionais que o membro tenha frequentado qual a empresa em que trabalha e qual o email do mesmo. Por fim, busca conhecer o âmbito “pessoal” do internauta, como a cor dos olhos e cabelos, o seu tipo físico, o que mais gosta em seu corpo e o que mais o atrai em outra pessoa. Vale lembrar que somente o nome e o sobrenome são obrigatórios no preenchimento do perfil do usuário e que a demais informação além de não serem obrigatórias conta com o gerenciamento de ser visível a apenas os amigos do Orkut ou a todos os usuários desta rede social.

A configuração do Orkut permite a interação de seus membros por vários dispositivos (*layout*). Dentre estes podemos destacar a criação das comunidades online as quais possibilitam a participação dos internautas com discussões, através de fóruns e enquetes, com postagens e votações. Embora a participação nesses espaços seja livre, pois para tal basta adicionar a comunidade de seu interesse na sua página do Orkut clicando no ícone “participar da comunidade”, esta comunidade possui membros moderadores, estes podem chegar a um número de dez. Estes membros moderadores são os próprios participantes da comunidade que tem como objetivo manter a integralidade da proposta da criação da comunidade. Para tanto a eles cabem excluir tópicos,

mensagens e eventos que considerarem impróprios para a comunidade, além de aceitar, recusar, banir e remover membros e postagens que não condizem com a descrição da comunidade em questão. A isto se chama de “Política de Conteúdo”, pois

o Orkut é um lugar onde os usuários podem expressar suas próprias crenças e valores, e as [nossas] Políticas de Conteúdo ajudam a manter um ambiente positivo que permite tal expressão. Estas políticas devem ser aplicadas a todo conteúdo disponível no Orkut, tanto em perfis, como em comunidades, e serão atualizadas de acordo com as necessidades do Orkut e das ferramentas disponíveis [...] Nós levamos estas Políticas de Conteúdo do Orkut a sério e pedimos que você também as respeite. Como membro do Orkut, você tem certas responsabilidades a si mesmo e aos outros usuários.<sup>20</sup>

Cabe-nos agora entendermos de forma mais refinada as comunidades existentes no Orkut, sobretudo, as comunidades da categoria “Governo e Política” selecionadas para análise.

---

<sup>20</sup> <http://support.google.com/orkut/bin/answer.py?hl=pt-BR&p=AdditionalTerms.aspx&answer=16198>  
Acesso em 12 de junho de 2012.

#### 4. As comunidades “Governo e Política” do Orkut

São várias as categorias de comunidades existente no Orkut, de uma maneira especial em nossa análise escolhemos a categoria “Governo e Política”. No início de 2010, ano em que realizamos a seleção das comunidades para a operacionalização da pesquisa, tínhamos 185 comunidades na categoria “Governo e Política”, destas 8 foram selecionadas. Com um foco qualitativo os critérios para a seleção das comunidades ocorreu em consideração à diversidade de posicionamentos políticos com discussões que aportam à democracia, a corrupção e a ética na política brasileira, à importância das campanhas eleitorais e do voto. De maneira geral, selecionamos as comunidades que em um primeiro momento apresentava “apoio”, “repúdio” e/ou “avaliação” em relação à política nacional. Estes critérios estão estritamente relacionados à questão da cultura política.

O período de observação das comunidades foi de maio de 2010 ao final de abril de 2011, essas comunidades foram visitadas semanalmente, e o armazenamento das informações foi realizado em um banco de dados, o qual nos permitiu obter o ritmo das atualizações, dos conteúdos, dos discursos apresentados durante este período. Com um ano de coleta de dados findo, tabulamos em variáveis: nome da comunidade, seu posicionamento (apoio, repúdio e/ou avaliação), número de membros e data da criação e nome do criador da comunidade. Além do fórum ou enquete dentro da comunidade, seu posicionamento (sujeito, paroquial e/ou participativo), sua disponibilidade<sup>21</sup>, sua

---

<sup>21</sup> Como o próprio Signates (2005) relata ao descrever as referencias progressivas de avaliação das condições tecnológicas junto ao seu uso democrático, o critério “disponibilidade” não chega “(...) a ser um indicador perfeito de democracia” (SIGNATES, 2005, p.7). Porém não deixa de ser um passo importante ao acesso às redes sociais. As formas de ferramentas, a instrumentalização, o conhecimento e seu uso devidamente aplicado corroboram para o passo seguinte que vem a ser a “acessibilidade”. Em nosso trabalho, o primeiro gradiente do Critério DAIA, foi desprezado nas análises uma vez que , o simples fato das comunidades existirem (estão disponíveis) já sinalizam um espaço para a participação ocorrer dentro das comunidades.

acessibilidade, sua interatividade e a sua alteridade (elementos do Critério DAIA).<sup>22</sup>

Diante do grande volume de dados coletados semanalmente nas comunidades que foram acompanhadas durante um ano, optamos por analisar as informações mais importantes de cada mês, ou seja, as discussões mais significativas, no sentido de maior número de postagens dos membros, junto aos fóruns e enquetes das comunidades selecionadas. Assim optamos por considerar um dos passos apresentados por Kozinets (2002), no que diz respeito às etapas metodológicas para realizar uma netnografia sendo este o recorte de maior significado atribuído pelo pesquisador em relação aos dados observados, desta forma, objetivamos um olhar mais pontual e objetivo na pesquisa.

#### 4.1- Categorias referenciais da Cultura Política

A cultura política deve ser entendida como “(...) padrão de atitudes e orientações individuais com a política compartilhadas por membros de um sistema político” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p.17), em que “o reino pessoal é a base das ações políticas e o que lhes confere significação” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p.17).

De acordo com esses autores existem várias orientações referentes às crenças, valores e atitudes particulares compartilhados no sistema político corroborando com um quadro para o entendimento da cultura política como adequada à manutenção e orientação para ação política, seja em prol ou não da democracia. Explicitamos as “orientações afetivas, como os sentimentos de ligação, envolvimento, rejeição e outros a respeito de objetos políticos” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 17). Que em nosso trabalho a temos como critérios de “apoio” e “repúdio”. Assim como há as “orientações

---

<sup>22</sup> É importante entender o Critério DAIA como um “(...) dispositivo para a pesquisa em comunicação, quando referida ao uso social das tecnologias” (SIGNATES, 2005, p.7).

avaliativas, como os julgamentos e opiniões sobre objetos políticos, que usualmente envolvem a aplicação de padrões de valores a respeito de objetos e fatos políticos” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 17).

No sistema atual, os valores da democracia só podem estar presentes através de uma cultura política democrática, uma vez que ela, fazendo parte da vida dos cidadãos, leva-os a uma transformação dos valores políticos tradicionais. Para isso, é importante a formação de uma cultura democrática, isto é, o “(...) desenvolvimento de crenças e valores de adesão, lealdade e valorização do sistema democrático” (BAQUERO, 1997, p. 10), a fim de que os valores se estabilizem, como a igualdade diante da lei, o respeito ao pensamento diferente, a oportunidade de intervenção das ações dos governos etc.

Vale lembrar que, na vertente da cultura política o recrutamento, a participação e as funções dos papéis empreendidos pelos membros do sistema político, que acontece diante dos processos de *inputs* e *outputs*, os classificam como atores “paroquiais”, ora como “sujeitos” e também como “participantes”.

Os indivíduos paroquiais são as “pessoas que demonstram pouca ou nenhuma consciência do sistema político nacional” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 38). Já em relação aos cidadãos que têm consciência do sistema nacional, Almond (1972) os classifica como sujeitos e participantes. Assim, “Sujeitos são os indivíduos que têm consciência do sistema político e do efeito que seus *outputs*, tais como assistência social, leis etc., possam ter sobre suas vidas, mas que não estão dispostos a participar das estruturas de *inputs*” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 39).

Os participantes “são os indivíduos que têm consciência das estruturas e processos de *inputs* e que, além disso, se engajam, ou se consideram potencialmente engajados, na articulação ou expressão de demandas e na elaboração de decisões” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 40).

Em nosso caso, esses atores são vistos como as comunidades virtuais. As comunidades em análise oscilaram entre os critérios de "avaliação", com um posicionamento envolto a questionamentos e julgamentos frente aos objetos políticos. Outras comunidades estiveram ao limiar da avaliação e repúdio, ou seja, manifestaram opiniões/questionamentos e ao mesmo tempo sentimentos de rejeição e aversão aos objetos políticos. E as comunidades que transitaram entre "avaliação e apoio", onde os questionamentos existiram juntamente com sentimentos de envolvimento e ligação também em relação aos objetos políticos.

#### 4.2- Critério Daia

O Critério Daia é uma proposta de ordem qualitativa para se avaliar a democracia na comunicação. É permeado por gradações com critérios da menor para maior densidade, o quão se é democrático sobressai o que vem a ser a democracia (SIGNATES, 2002). Esses critérios perpassam pela maneira como ocorre a participação do internauta. Possuem categorias chamadas de referenciais, sendo elas a disponibilidade, a acessibilidade, a interatividade e a alteridade, referenciadas no quadro abaixo.

Quadro 2: Categorias referenciais do critério Daia

<b>Disponibilidade</b>	<b>Acessibilidade</b>	<b>Interatividade</b>	<b>Alteridade</b>
-Existência da instrumentalidade técnica em qualquer nível de conhecimento e experimentação.	-Possibilidade de utilização da tecnologia perpassa pelos níveis culturais, econômicos e sociais do internauta.	-Formas dialogais e conflitivas construídas diante da interatividade da circulação de informações com a relações sociais mediadas.	-Vínculo estabelecido pelos internautas pelo meio tecnológico onde há a manutenção e o estabelecimentos de conflitos pacíficos. O conflito acontece no campo da linguagem com argumentação, esclarecimento e respeito a ideias diferentes.
-Conhecimento da tecnologia reconhecida e aplicado de maneira instrumental (formas, ferramenta e aparelhos tecnológicos)	-Superação da relação de produtos e técnicas disponíveis.	-Superação da comunicação monológica e autoritária de mão única (modelos tradicionais de comunicação).	-Possui um caráter pluralista de posicionamentos de fundo ético, cultural e político dos internautas.
-O simples fato da disponibilidade tecnologia existir não é um indicador perfeito de democracia, mas não deixa de um meio importante para tal.	-As relações sociais perpassam o consumo de pares e técnicas.	-Trata-se de uma relação social dos internautas com um cunho ético e político.	-Estágio de vivência de uma educação política da intersubjetividade. Gradiente máximo de democratização através do uso de uma tecnologia.

Fonte: SIGNATES, 2002.

É preciso salientar que há outros critérios que levamos em consideração para analisarmos as comunidades, como o tempo expressivo das mesmas e o número de seus membros. Vale ressaltar que as comunidades selecionadas, foram criadas entre os anos de 2004, 2005 e 2006 e que o elevado número de membros em cada comunidade, nos pressupunha uma dinâmica maior nos “fóruns”, “enquetes” e discussões.

### 4.3 Comunidades de avaliação

As comunidades virtuais no Orkut, assim como os membros, possuem um perfil onde constam algumas informações. O nome da comunidade, a descrição de suas características, o idioma utilizado, a categoria, o nome do dono e dos moderadores, o tipo da comunidade, a privacidade de conteúdo, o local, a data da criação e o número dos membros fazem parte do rol de dados do perfil da comunidade.

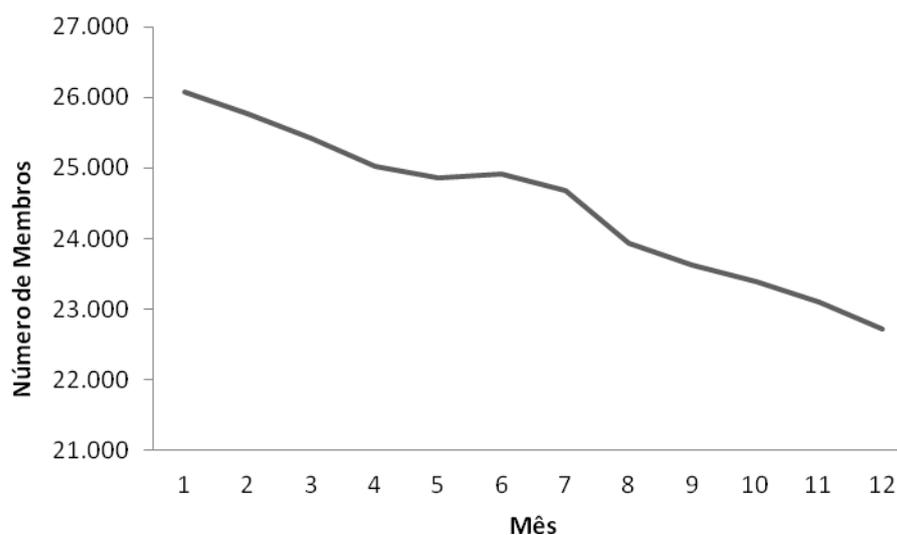
O *layout* da página agrega o grupo de membros que fazem parte da comunidade trazendo a possibilidade de visualização de todos os seus membros. Apresenta também as comunidades relacionadas a seu tema. Há o fórum com tópicos construídos por qualquer participante que queria levantar uma discussão e as enquetes com um tempo estipulado para acontecer às votações, com seus resultados e comentários.

A comunidade “Vota Brasil ¿Eleições 2010?” (sic) foi criada no dia 09 de novembro de 2006, por “Tô d’olho em vc\*@”, que em seu perfil “geral” se apresenta com o sexo masculino. Em seu perfil “social” diz se interessar por “amigos, companheiros para atividade, contatos profissionais, namoro”, afirma ser heterossexual, branco, com filhos, com humor “inteligente/sagaz”, com estilo “casual e na moda”, diz não fumar e só bebe socialmente, mora só, adora animais de estimação, é natural de Brasília e com uma visão política “esquerda-liberal”. Seu livro predileto é do Padre e escritor Fábio de Melo. Tem 992 amigos e participa de 993 comunidades. No perfil “profissional” afirma ser “Analista Criminal”(sic), com pós-graduação *Latu Sensu* em Análise Criminal pela Universidade Católica de Brasília. Apresenta-se no perfil “pessoal” com os olhos verdes e cabelo castanho claro, atlético, muito atraente e descreve que o que o atrai em uma pessoa é “convicção, piercing(s), inteligência, poder, tatuagens e riqueza material”.

“Vota Brasil ¿Eleições 2010?” é descrita como uma “ARENA [é] um espaço de debates políticos e discussões de idéias sobre as Eleições de 2010. (sic) O que nos leva a classificar como uma comunidade com um posicionamento de avaliação. É do tipo moderada tendo como moderadores 8 membros sendo eles “Angelo Queiroz, Ágape, JOAQUIM RORIZ, Dilma Rousseff, Bel Prazer, Bel Rodrigues, Edison Masakutu e Richard”. Têm como local todo o “território brasileiro” e é aberta para não-membros da comunidade. É interessante notar que há muitos *fakes* como moderadores da comunidade, como o *fake* da então candidata a Presidência do Brasil Dilma Rousseff (PT) e o ex-governador Joaquim Roriz (PSC), o que coloca em pauta a legitimidade da moderação da comunidade.

Em maio de 2010, esta possuía em torno de 26.079 membros. No final da coleta de informações o número de membros teve uma queda para 22.725, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

**Gráfico 1: Distribuição do número de membros da comunidade “Eleições? Vota Brasil!” ao longo de 12 meses.**

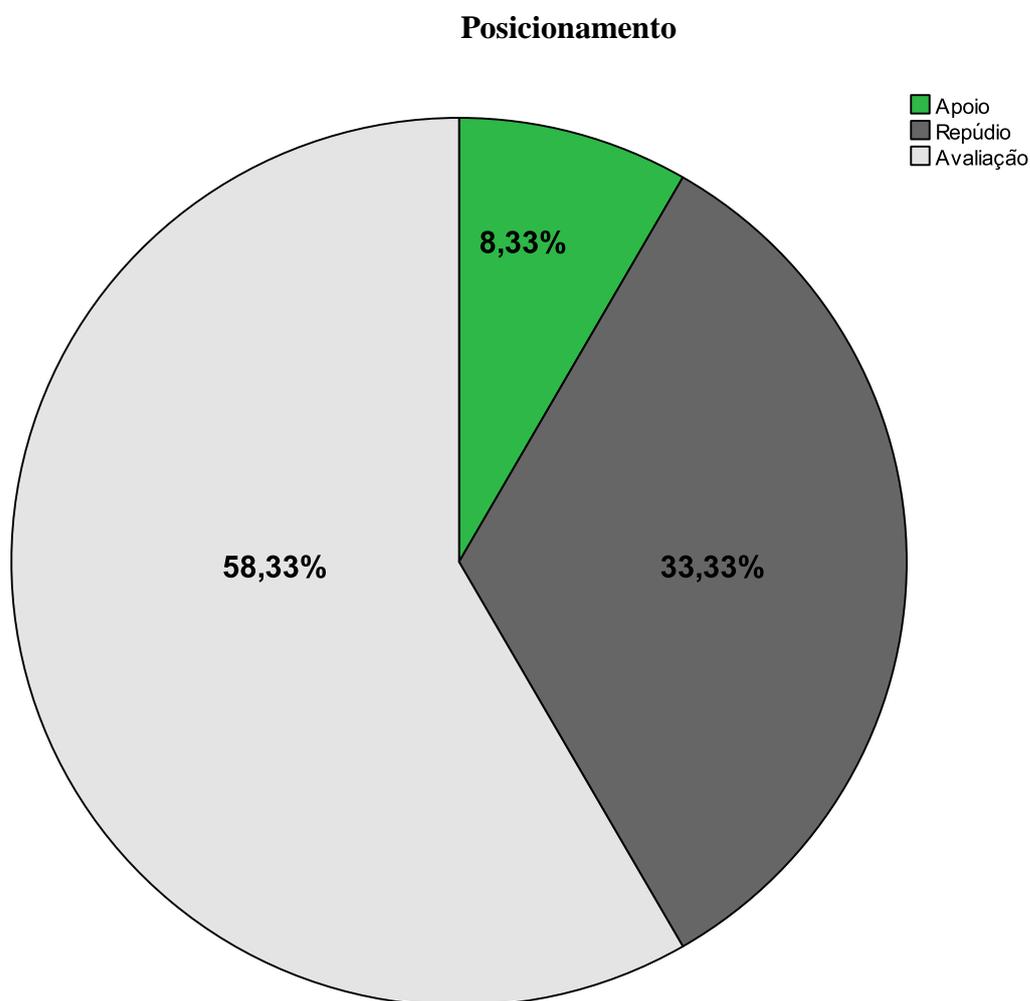


**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

É interessante notar que, quando iniciamos a coleta dos dados em maio de 2010 estávamos às vésperas da eleição presidencial. A nossa hipótese inicial era de que houvesse um aumento significativo do número de membros da comunidade diante do pleito, o que não veio a ocorrer. Em setembro a outubro, mês da eleição, percebemos uma estabilidade do número de membros, uma média de 24.859 a 24.923 membros, mas que não se sustentou após o pleito.

O posicionamento do fórum condiz com o posicionamento da comunidade em geral como podemos evidenciar na figura 8.

**Figura 8. Posicionamento do fórum da comunidade “Eleições? Vota Brasil” em relação a participação**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

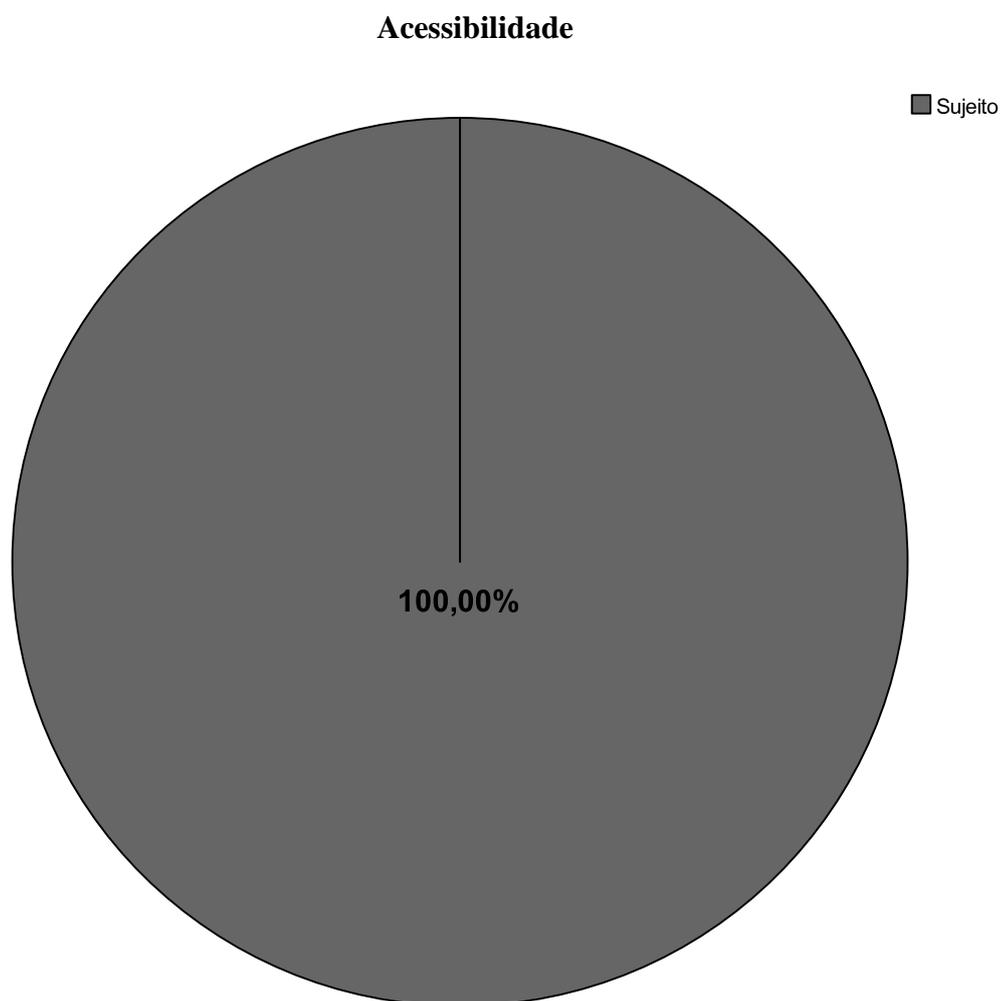
Como podemos observar a preponderância (58,33%) no posicionamento dos atores dos fóruns que compõe a comunidade “Eleições? Vota Brasil!” é de avaliação, ficando em 33,33% de repúdio e somente 8,33% de apoio.

Os fóruns que elucidaram a preponderância de percentagem no critério de avaliação foram: “Por que votar no Serra e Por que votar na Dilma?, Quem o

mercado prefere?, Quais foram os erros que ajudaram Serra a perder, Analfabetismo: problema que o PT não resolveu, Quem triplicou a dívida com o FMI?, O Brasil não era exemplo para ninguém, O que é o 45 hoje? kkkkkkkkkk” (sic)

Em relação à “acessibilidade” como gradiente qualitativo de um estágio democrático, a figura a seguir mostra que para além de ferramentas e de aparelhos, o conhecimento e a técnica são superados com a finalidade de realizar de fato discussões nos fóruns, apresentando um passo importante para uma avaliação democrática na comunicação.

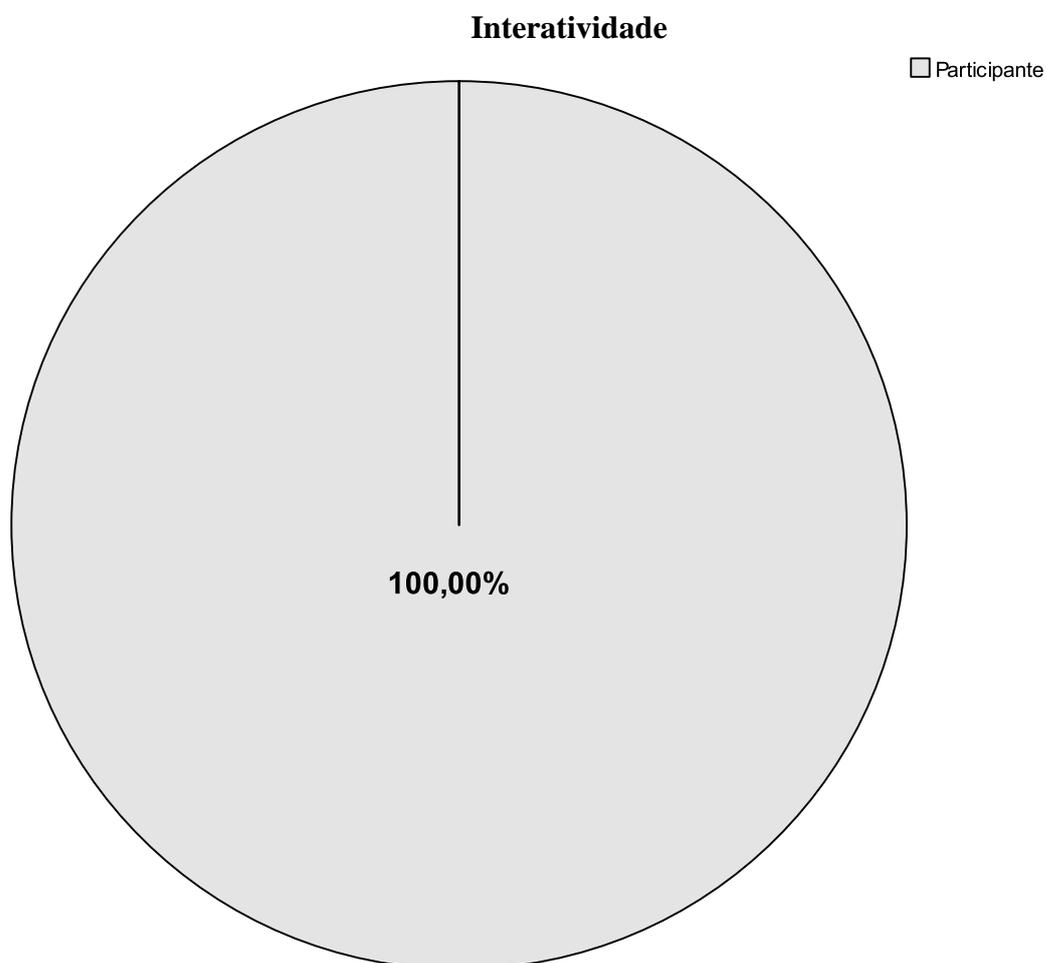
**Figura 9. Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade da comunidade  
“Eleições? Vota Brasil”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Podemos perceber que a acessibilidade (100%) é unânime alocando os seus membros como sujeitos.

**Figura 10. Posicionamento do fórum em relação à interatividade da comunidade “Eleições? Vota Brasil”**

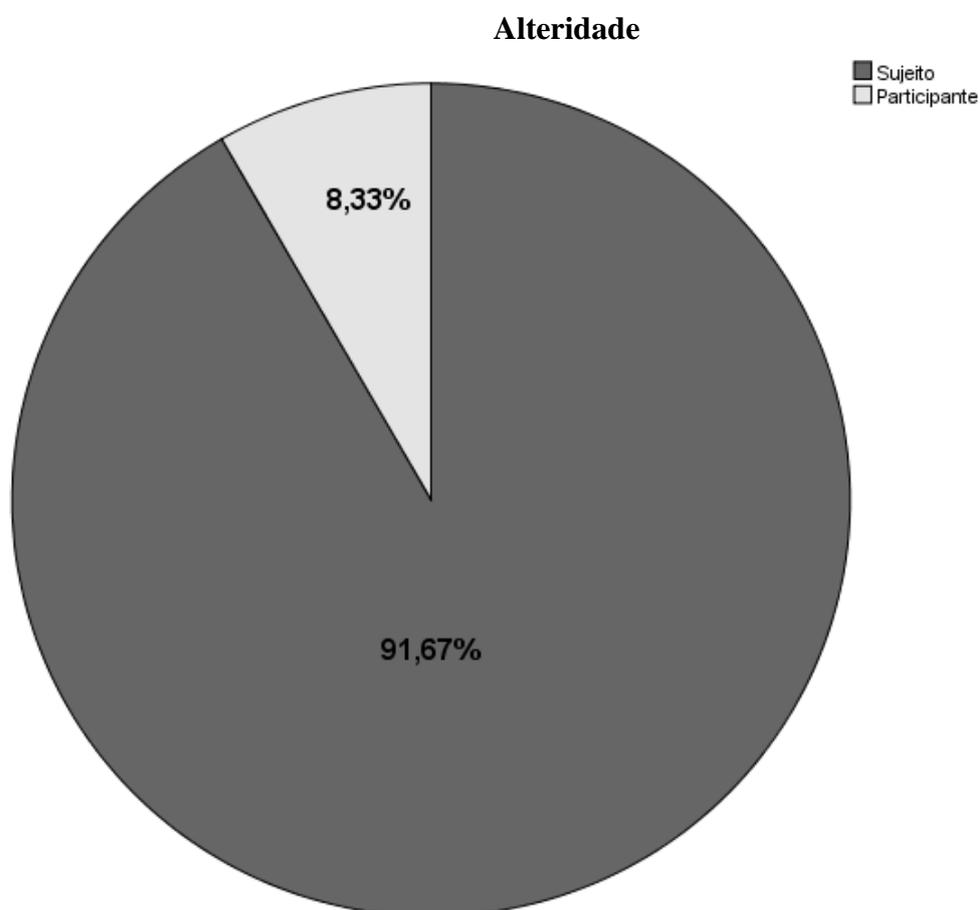


**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A figura 10 do gradiente "interatividade" se porta em consonância com a participação por estar 100% nesta categoria.

A figura 11 trata da gradação da democracia na comunicação visto como um processo de educação política e democrática mais avançada, a alteridade. Pois, a alteridade estabelece e mantém uma comunicação onde os posicionamentos diferentes são aceitos, valorizados, responsabilizados e com um grau elevado de aprendizagem para os participantes.

**Figura 11. Posicionamento do fórum em relação à alteridade da comunidade “Eleições? Vota Brasil”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Como podemos perceber quando estamos falando em alteridade nos fóruns que compõem a comunidade “Eleições? Vota Brasil”, há uma predominância de sujeitos (91,67%) em detrimento de participantes (8,33%). O que indica o propagado nesta comunidade fica muito mais no âmbito de discurso, com certa qualidade democrática, do que uma superação substantiva da interatividade.

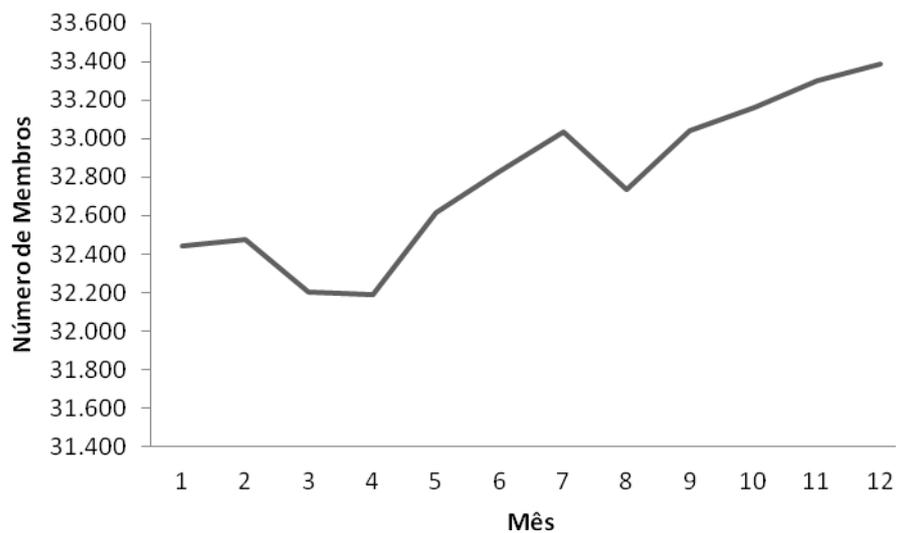
Outra comunidade que podemos tê-la como avaliativa é a comunidade “PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ! (sic). Em sua descrição afirma que

somente com uma ampla reforma política, tirando dos parlamentares o poder de decidir sobre seus próprios direitos e deveres, é que esse país poderá caminhar para a frente. Essa comunidade discute e propõe: - o fim do foro privilegiado para políticos. – um legislativo unicameral (e fim do senado). – referendos populares para decisões que envolvam deveres e direitos dos políticos. Respeitamos o direito de todos a emitirem suas opiniões, desde que essas também respeitem a dos demais membros. Comentários preconceituosos e ofensivos serão eliminados. Propaganda de limpeza de nome, pirâmides, convites de novo Orkut e qualquer coisa que destoam do perfil da comunidade resultará em expulsão (Comunidade do Orkut - PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ).

Esta comunidade foi fundada em 31 de agosto de 2005, tendo como “dono” Marcelo PZ. O criador da comunidade é do sexo masculino e natural de São Paulo. Mais reservado relata que “esse é meu perfil pessoal, por isso só adiciono quem conheço. Grato pela compreensão.” Assim não tivemos acesso a seu perfil pessoal, nem ao perfil social e ao profissional. Com 151 amigos e com 255 comunidades. Tem como moderador uma pessoa chamada Sérgio, a comunidade é do tipo pública aberta para não membros.

A comunidade que Marcelo PZ criou possuía em maio de 2010, 32.479 membros, a quantidade de membros teve um aumento (33.387) no final da coleta de dados, como mostra o gráfico 2.

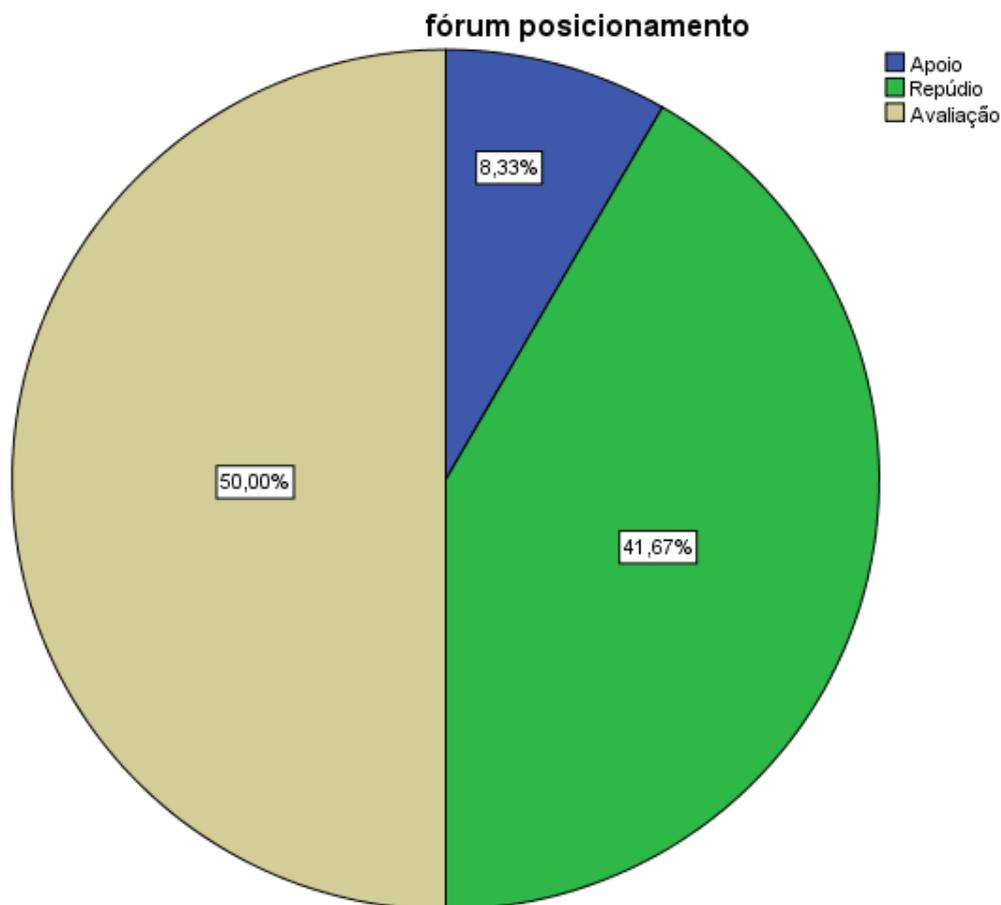
**Gráfico 2: Distribuição do número de membros da comunidade “PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ!” ao longo de 12 meses.**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A figura 12 corrobora com o critério inicialmente selecionado de que a comunidade em questão tem como posicionamento a avaliação, como podemos observar na figura 12.

**Figura 12: Posicionamento do fórum da comunidade “PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ!” em relação a participação**



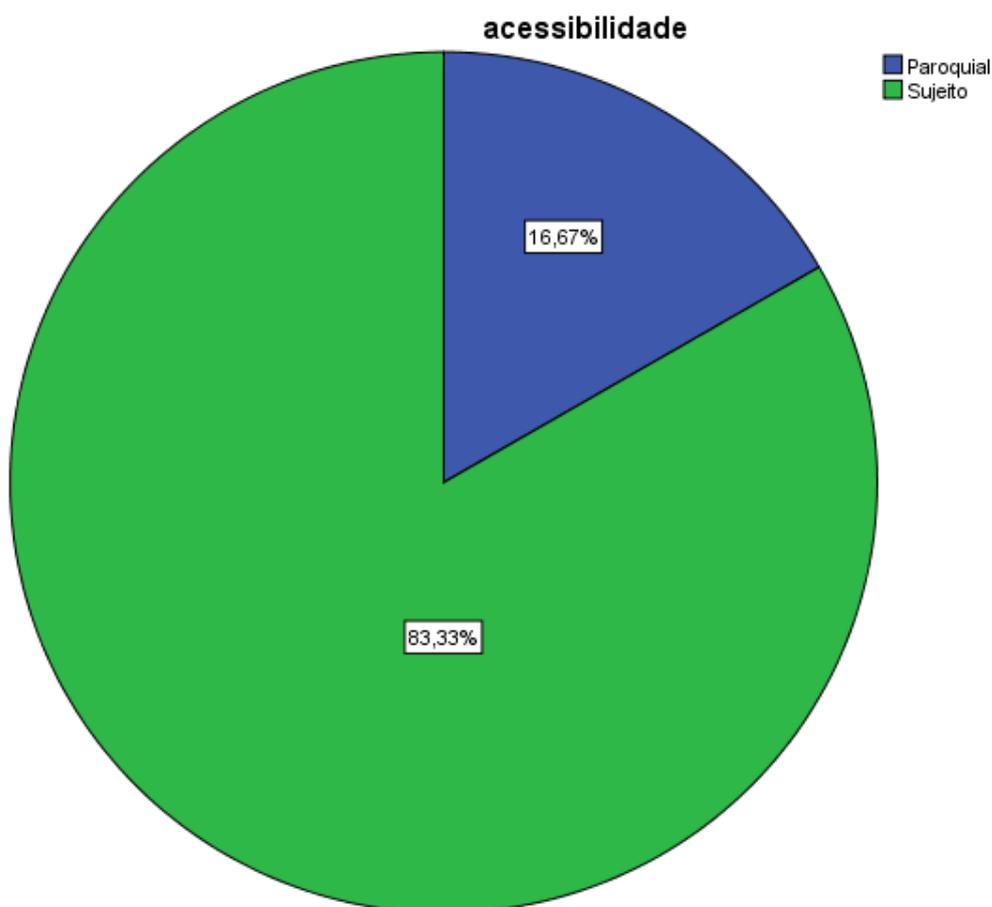
**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Os fóruns que tiveram mais acesso e participação durante a coleta dos dados desta comunidade foram “Redução da maioria penal vc concorda?, Cansei de estéries reclamações. Resolvi fazer algo, Palhaçada da Política, em suma: Tiririca, A pilantra que vai governar o Brasil, PT: O começo de uma nova ditadura” (sic). Através dos fóruns podemos perceber que o repúdio e principalmente a avaliação predomina o seu posicionamento.

Na figura que apresenta a gradação de “acessibilidade” podemos perceber que a participação de “sujeitos” (83,33) sobrepõe a participação “parouquial” (16,67%). Isto

quer dizer que, a relação social utilizada nos fóruns da comunidade além de superar os entraves do entendimento tecnológico (aparelhos e técnicas) se mostrou mais qualitativa em seu uso como instrumento para uma prática democrática.

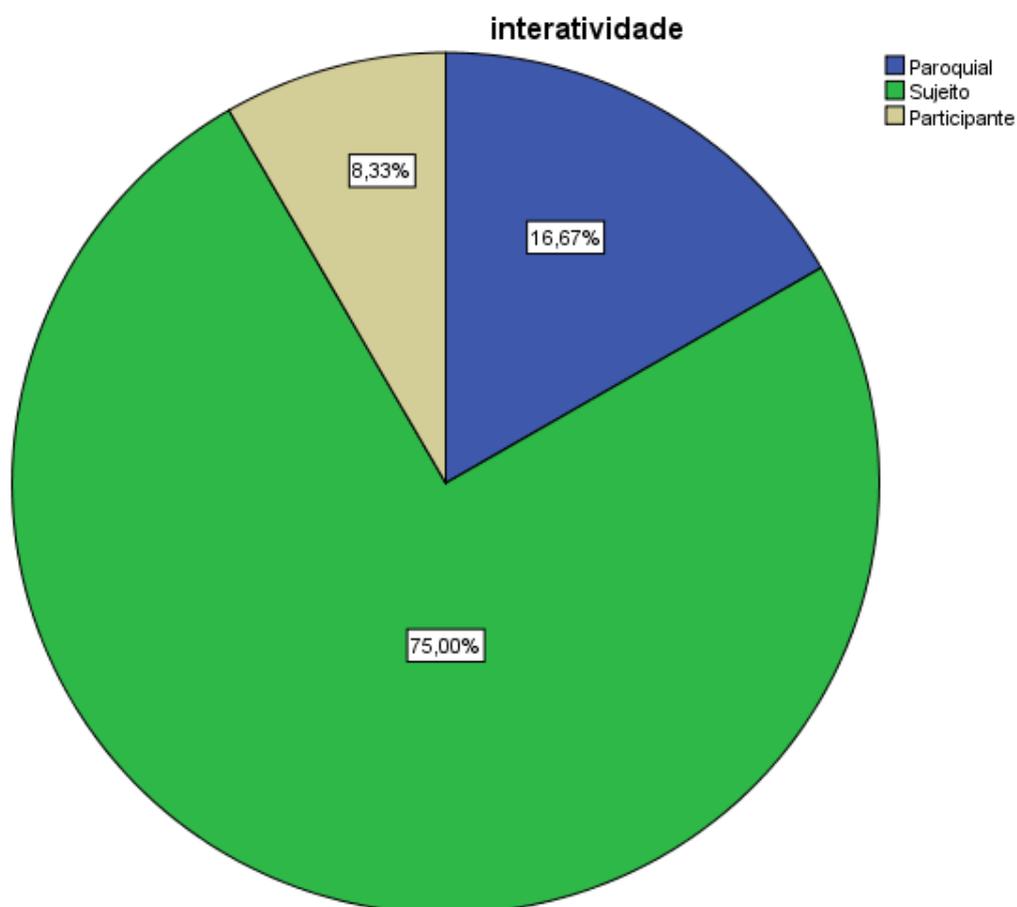
**Figura 13: Posicionamento do fórum em relação a acessibilidade da comunidade  
“PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ!”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A figura 14 confirma a participação qualitativa por se apresentar dialogada, uma vez que, 75% dos participantes se encontram no papel de sujeitos, com o entendimento, consciência de seus efeitos, nas discussões envolto ao sistema político.

**Figura 14: Posicionamento do fórum em relação à interatividade da comunidade  
“PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ!”**

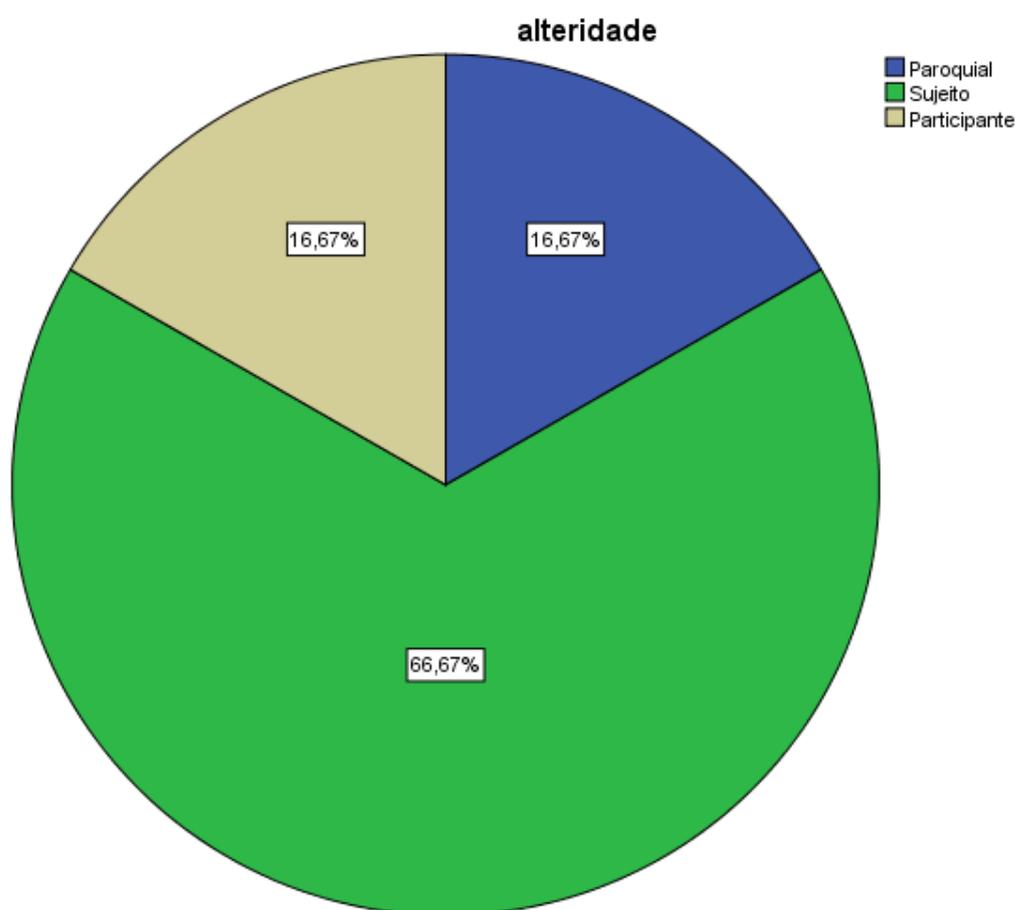


**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Signates (2005, p.8) aponta que, na gradação “alteridade” há uma grande necessidade de “(...) uma espécie de educação política da intersubjetividade, que a garanta em sua processualidade conflitiva”. Temos essa gradação apresentada como um processo de socialização de uma cultura política democrática, uma vez que, neste patamar de relação social, a aceitação da diferença, mais do que isso, o aprendizado com a diferença se faz com uma maturidade e uma responsabilidade que contribui para o aprendizado e manutenção da democracia.

A figura 15, pela utilização da tecnologia como um meio de relação social pluralista, aponta que a participação dos sujeitos (66,67%) com uma consciência do sistema político vigente é expressiva para a gradação máxima de um sistema democrático com qualidade, embora apenas 16,67% (participantes) se demonstrem aptos a fazerem parte do processo de inputs.

**Figura 15: Posicionamento do fórum em relação à alteridade da comunidade “PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ!”**

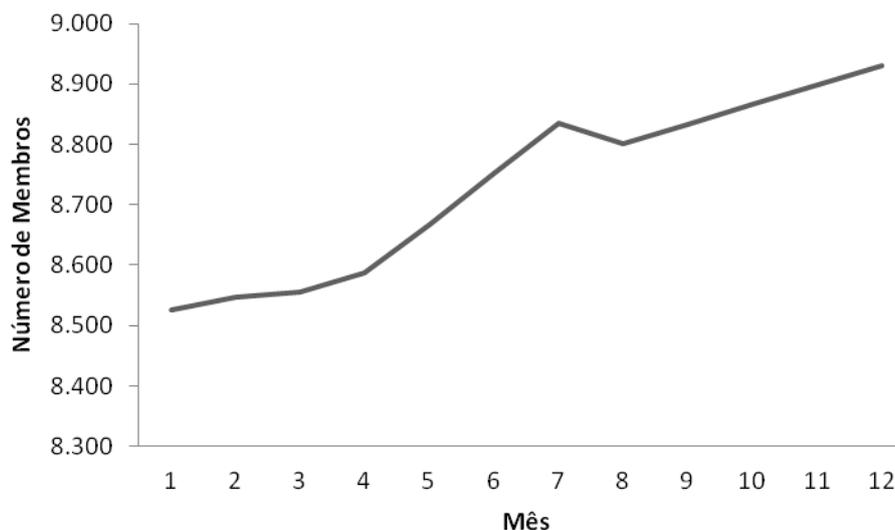


**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A comunidade “Eu converso sobre política” destinada a “jovens” que gostam de conversar sobre política foi criada em 17 de janeiro de 2005 por Bruno Drago, no

momento inicial de coleta de dados, possuía em média 8.526 membros, já no final de abril de 2011, término do acompanhamento da comunidade, foi constatado o aumento do número dos membros para 8.931. Como podemos observar no gráfico a seguir:

**Gráfico 3: Distribuição do número de membros da comunidade “Eu converso sobre política” ao longo de 12 meses.**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Bruno Drago, fundador da comunidade em pauta, no perfil geral não especifica a localidade de onde se encontra, diz apenas ser brasileiro e palmeirense. Em um pequeno comentário diz “Tô na área!!!!!! :-) Have fun! Apesar do que dizem, não sou mal-humorado!! Mas tão zuando muito no Orkut, então...” (sic) E logo em seguida traz uma citação de um ator e humorista norte-americano Jerry Seinfeld, tal menção possa servir para justificar o seu comentário de que não é mal-humorado. O comediante, que iniciou seu trabalho fazendo *stand up*, ironiza com a seguinte fala “O que são realmente os advogados? Estamos todos lançando os dados, jogando o jogo, movendo as peças no

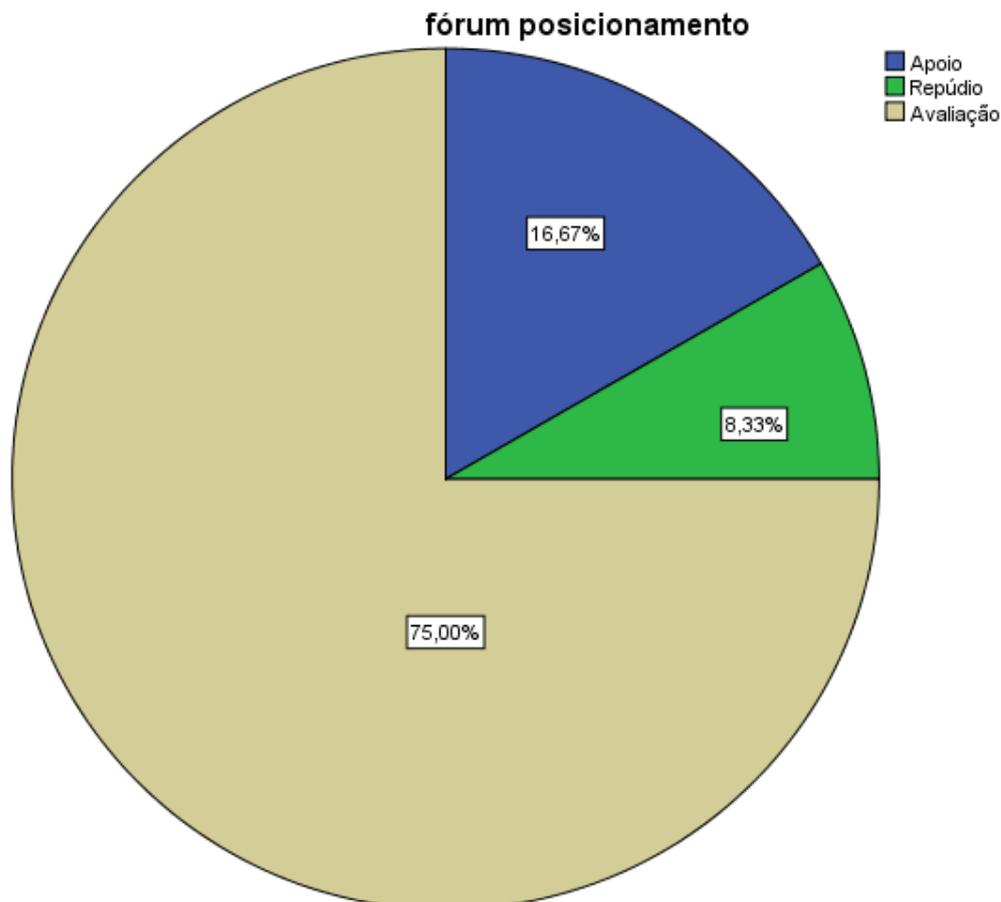
tabuleiro, mas se houver algum problema, o advogado é o único que leu as informações no lado de dentro da tampa da caixa” (Jerry Seinfeld).

A seleção da fala acima vai ao encontro do perfil profissional de Bruno Drago que se diz bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo e que atualmente advoga em uma acessória jurídica e empresarial. É provável que a manifestação de ser “zuado” no Orkut seja combatida pela profissão que exerce, sendo advogado conhece as regras do jogo, ou melhor, “(...) é o único que leu as informações no lado de dentro da tampa da caixa”.

Em seu perfil social, o fundador da comunidade “Eu converso sobre política”, se diz solteiro, ter 32 anos, ser um poliglota, e que seu interesse no Orkut é encontrar “amigos, companheiros para atividades, contatos profissionais”, enfim, que é “uma pessoa que você vai gostar de conhecer.” Bruno Drago, diz ter “um lado espiritual independente de religiões”, possuir uma visão política “esquerda-liberal”, ter um estilo minimalista e contemporâneo e um humor sarcástico e inteligente. Os livros que mais gosta se trata do “Senhor dos anéis”, “Ensaio sobre a cegueira” e o “Evangelho segundo Jesus Cristo”. O criador da comunidade em questão deixa vários endereços de contato online, como e-mail, MSN, ICQ, twitter e sua página pessoal na web. Possui ainda em sua descrição no Orkut, 409 amigos e 502 comunidades da qual faz parte.

Como podemos observar na figura abaixo (Figura 16) o posicionamento dos fóruns que compõe a comunidade “Eu converso sobre política” é percentualmente maior no critério de avaliação (75,00%), com as discussões sobre “Qual é a melhor Forma Constitucional de Estado”, “A diferença entre Voxpopuli e Datafolha”, “Dilma ou Serra o Que muda caso ganhem?” (sic). Como apoio (16,67%) o exemplo mais significativo é a comunidade “Parabéns pra vcs....” e como repúdio (8,33%) a comunidade “Contra Família Imperial”.

**Figura 16: Posicionamento do fórum da comunidade “Eu converso sobre política” em relação a participação**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

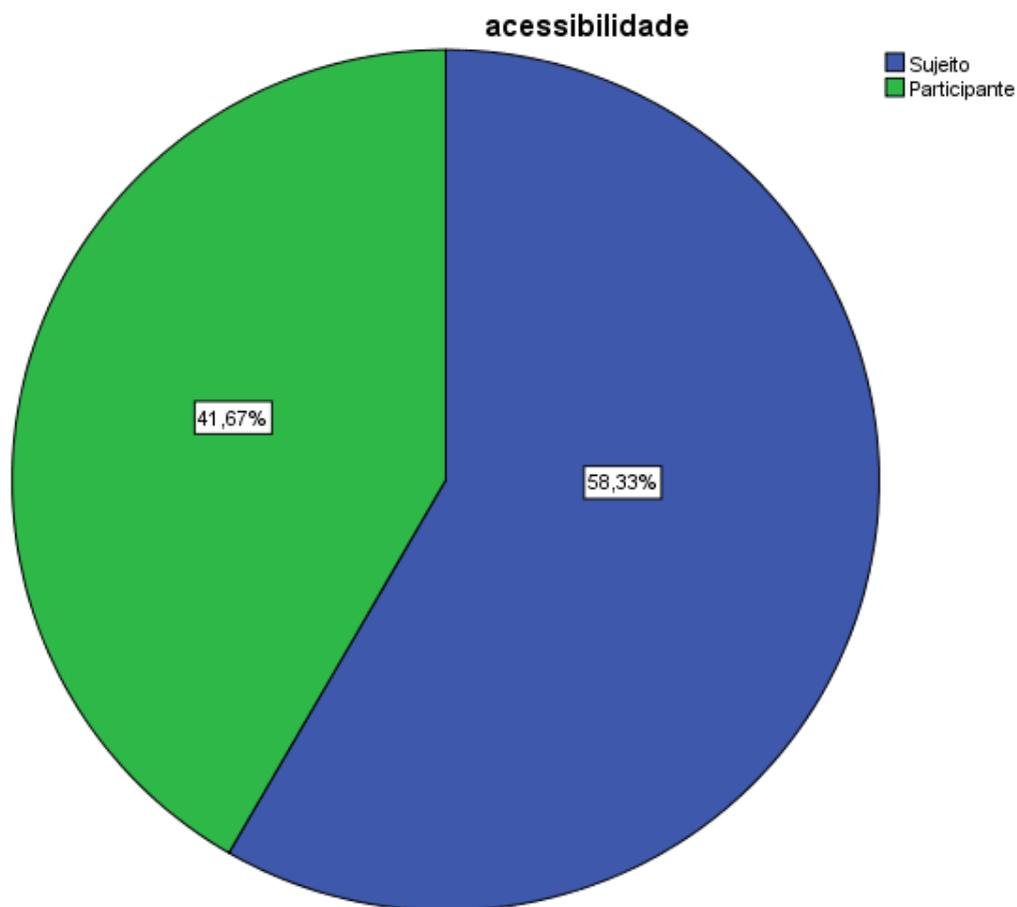
No mais, a comunidade “Eu converso sobre política”, apresenta uma descrição que valoriza a conversa “entre amigos e os acontecimentos no mundo”, por ser do tipo “pública” e por estar aberta para os “não-membros” solicita aos internautas sempre “citar as fontes” de conhecimento para os debates. Apresentando ainda um rol do que não é permitido para o êxito da comunidade.

Se você é jovem, gosta e conversa sobre política, economia e acontecimentos globais, **\*\*SEM RADICALISMO\*\***, está é sua

comunidade! Para jovens que conversam com os amigos, pais, tios, etc, sobre o que acontece no mundo... \*\*\*PROCURE SEMPRE CITAR AS FONTES\*\*\* NÃO É PERMITIDO: \*JOGOS, \*PROPAGANDA PARTIDÁRIA, \*PALAVRAS DE BAIXO CALÃO NAS DISCUSSÕES, \*SPAM DE QUALQUER TIPO. Dúvidas, sugestões e reclamações, mandem por scrap pra mim ou para os moderadores....Obrigado! (Comunidade do Orkut- Eu converso sobre política)

No gradiente tão importante qualitativamente para um estágio democrático, via participação frente às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação a “acessibilidade” ao debate se mostrou majoritariamente “sujeito” (58,33%) e com um bom percentual em relação à “participação” (41,67%) o que indica uma prática que caminha para o aprendizado democrático. Conforme podemos visualizar na figura a seguir:

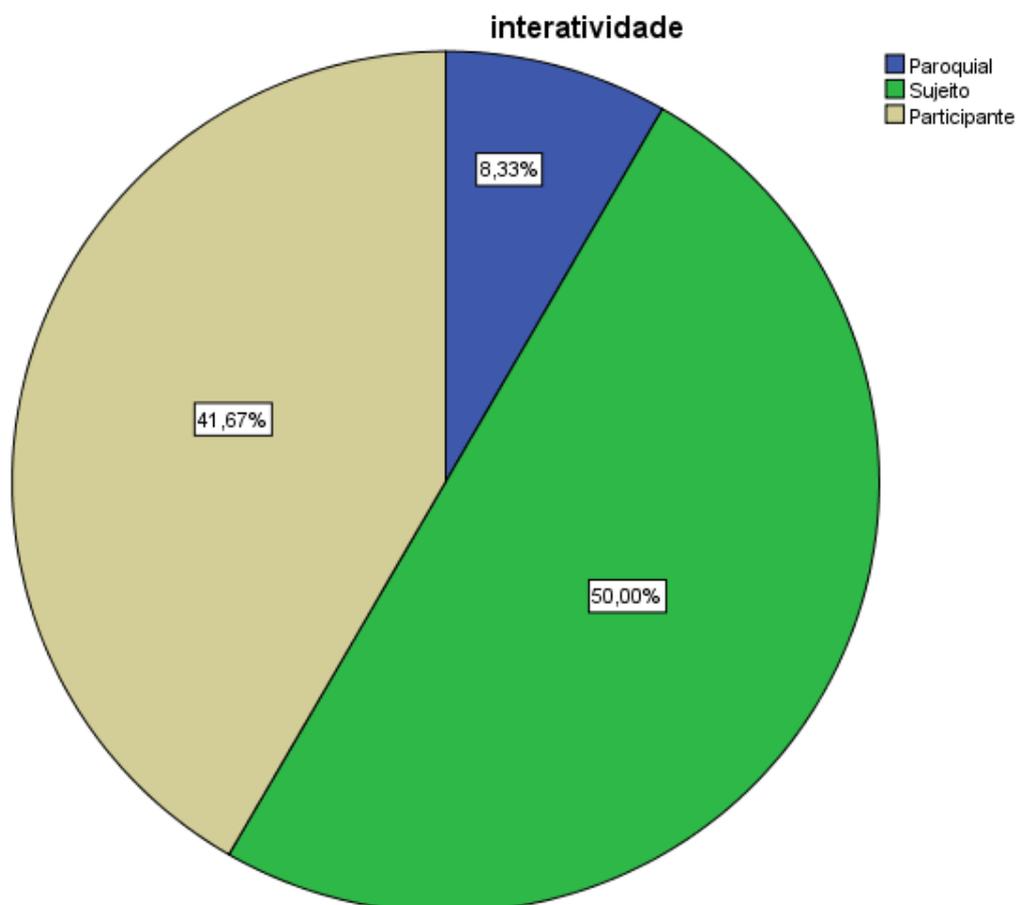
**Figura 17: Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade da comunidade  
“Eu converso sobre política”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A análise da figura anterior corrobora com a percepção em relação à “interatividade” expressa na figura 18 em relação aos fóruns da comunidade “Eu converso sobre política”. Uma vez que, o índice de sujeitos (50,00%) e participantes (41,6%) sobrepõe significativamente ao índice de paroquiais (8,33%) mostrando que os posicionamentos culturais e políticos estão sendo socializados de maneira contundente para se qualificar uma democracia.

**Figura 18: Posicionamento do fórum em relação à interatividade “Eu converso sobre política”**

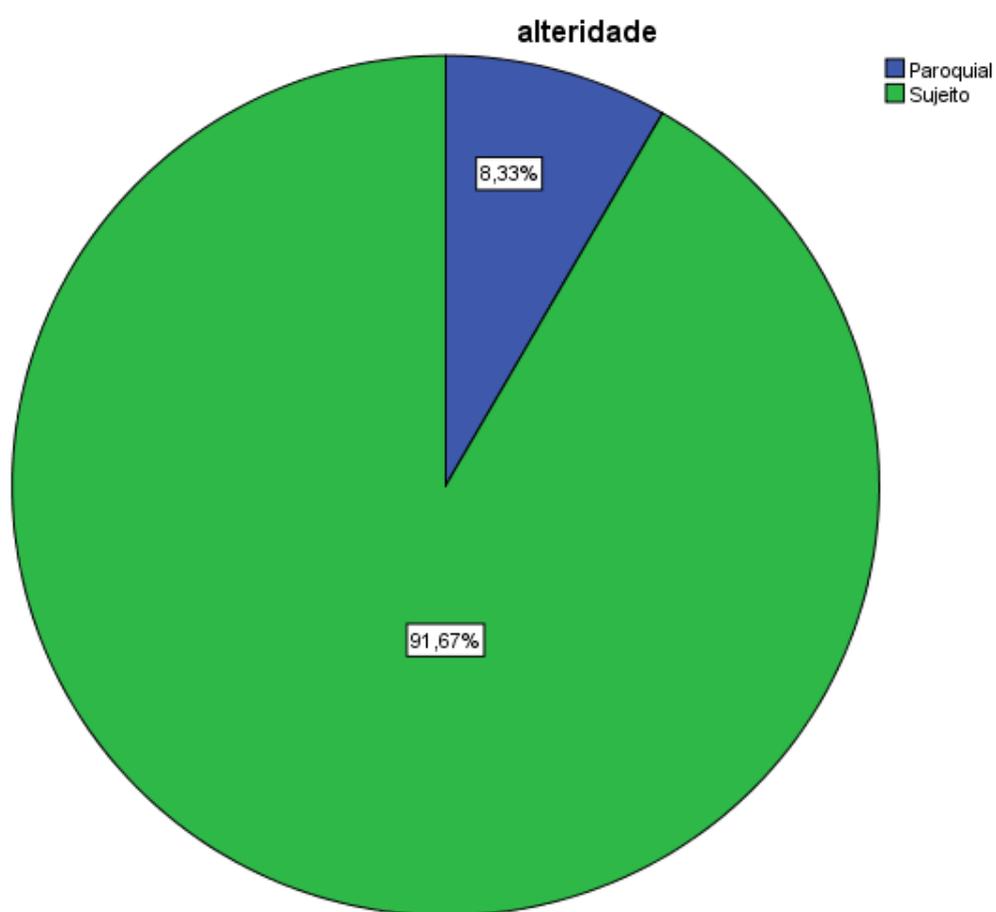


**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A “alteridade” categoria que ressalta a gradação mais significativa para o fortalecimento da democracia através de seu alto grau de avaliação e ética diante dos posicionamentos dos seus membros nos fóruns analisados nesta comunidade apresenta uma percentagem positiva de “sujeitos” (91,33%) que possuem um bom entendimento, esclarecimento e respeito à opinião do outro. Apenas 8,33% membros foram

classificados como “paroquiais”, ou seja, possuem pouco ou nenhum interesse pelo sistema político, neste caso, não sabem se comportar de maneira democrática e respeitosa diante das discussões dos fóruns.

**Figura 19: Posicionamento do fórum em relação à alteridade da comunidade “Eu converso sobre política”**



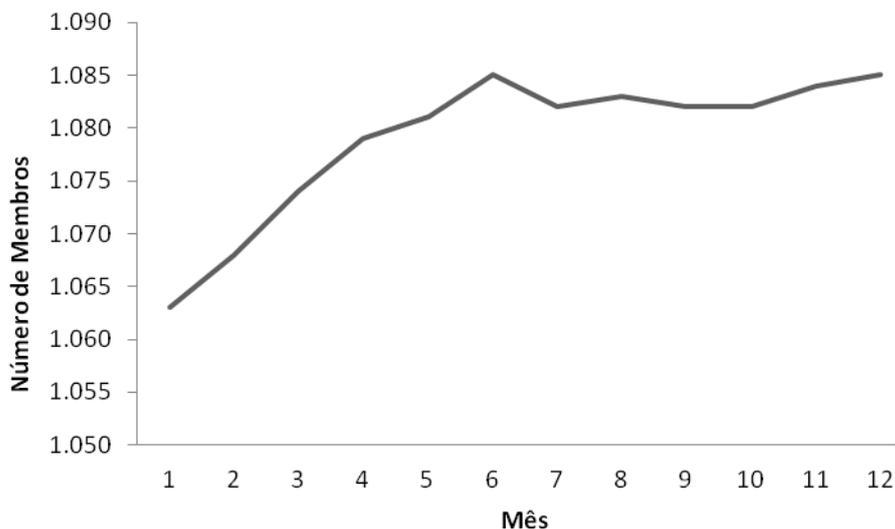
**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A comunidade “Fiscaliza Brasil”, fundada em 26 de outubro de 2005, foi selecionada por possuir um tempo expressivo de existência e por ser tratar de uma comunidade cuja descrição a revelava como uma comunidade de “avaliação”.

Fibra – movimento Fiscaliza Brasil. Um outro mundo é possível! Discutindo idéias ...Moldando o nosso meio. Comunidade feita para a organização do Fiscaliza Brasil, projeto de ONG que terá por objetivo a fiscalização das obrigações governamentais, em todas as suas áreas de atuação. Teremos neste espaço tópicos sobre todos os assuntos que interferem direta e indiretamente no dia-a-dia dos brasileiros. São bem vindas todas as correntes político-ideológicas que busquem discussões civilizadas e plurais. Ajudem a divulgar a comunidade e a mantê-la ativa, participando e dando sua opinião, ela é essencial! Ninguém será expulso desta comunidade por expressar suas opiniões! A única ressalva é a defesa das consagradas ilegalidades que infestam o universo virtual. Manifestem-se! Funciona! As idéias do movimento estão abertas, participe! (sic) (Comunidade do Orkut - Eu converso sobre política).

Embora a comunidade em sua descrição exibisse incentivos em participações com opiniões livres e democráticas, “civilizadas e plurais” foi à comunidade que teve a menor participação tanto em relação à criação de fóruns e enquetes, quanto ao número de membros. Mesmo sendo do tipo “moderada” o seu conteúdo estava “aberto para os não-membros”. Com sete moderadores e seu criador Airton Leitão, no início da investigação a comunidade era constituída por 1.063 membros ao término da pesquisa essa constava com 1.085 membros como pode ser observada no quadro a seguir.

**Gráfico 4: Distribuição do número de membros da comunidade “Fiscaliza Brasil” ao longo de 12 meses.**

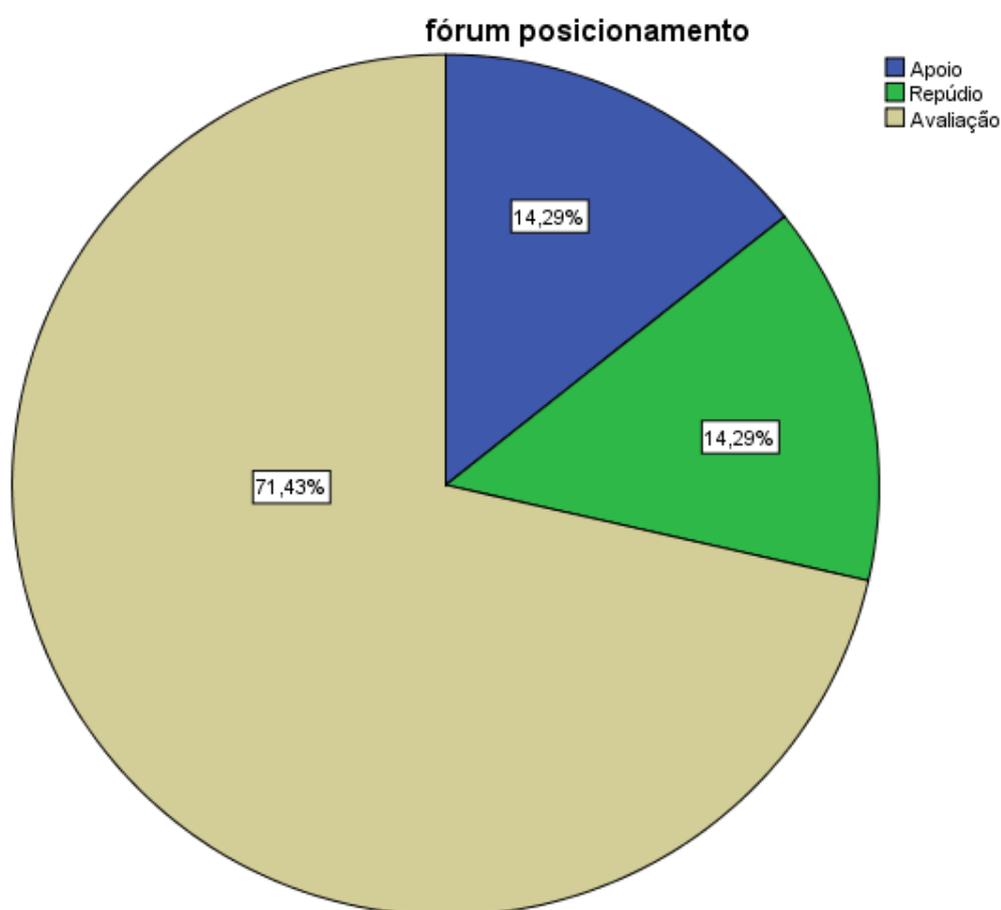


**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

O “dono” da comunidade “Fiscaliza Brasil” Airton Leitão é de Nilópolis-RJ, tendo acesso apenas em seu perfil geral encontramos a descrição realizada por ele de que “O problema não está em quem vai ser eleito e sim em como o eleito vai nos governar”. O criador da comunidade em questão se diz “um observador crítico de tudo o que acontece, principalmente no que diz respeito ao comportamento político de nossos ‘representantes’”(sic). Traz uma citação de Rui Barbosa de que “Há tantos burros mandando em homens de inteligência que às vezes fico [fica] pensando que a burrice é uma ciência.” Assim sendo, disponibiliza a página de seu Blog com os dizeres de que “não dá pra ficar calado. Por isso, protesto contra várias coisas que acontecem pelo Brasil a fora”(sic). Airton Leitão possui 625 amigos e participa de 52 comunidades.

O posicionamento da comunidade “Fiscaliza Brasil”, para além do descrito pelo fundador da mesma, se trata de uma comunidade de avaliação (71,43%). Como podemos observar na figura abaixo.

**Figura 20: Posicionamento do fórum da comunidade “Fiscaliza Brasil” em relação a participação**



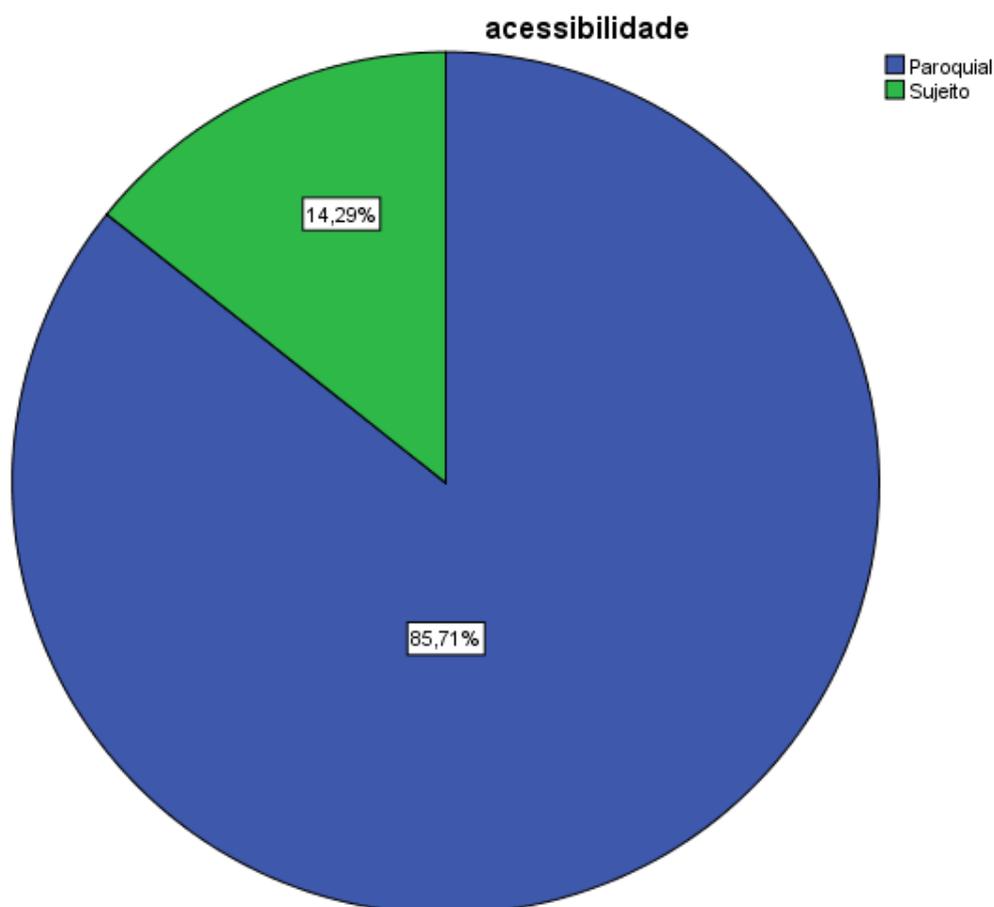
**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Os fóruns que compoem a comunidade “Fiscaliza Brasil” diz respeito aos temas de avaliação são titulados de “Dilma Roussef nos abortará?”, “Qual o papel de um vice-

governador?” e “LUTAMOS CONTRA A CORRUPÇÃO DESDE 1994”. De apoio (14,29%) podemos ilustrar o fórum “Orkut oficial do Itamar Franco” com a divulgação de uma página do Orkut para os que queriam fazer parte da rede de amigos do Itamar Franco e de repúdio (4,29%) fórum “Golpada de mestre”, onde foi postado um vídeo por um membro da comunidade, trazendo a tona como “um negócio ilegal feito por órgão público traz prejuízo à cidadã brasileira”.

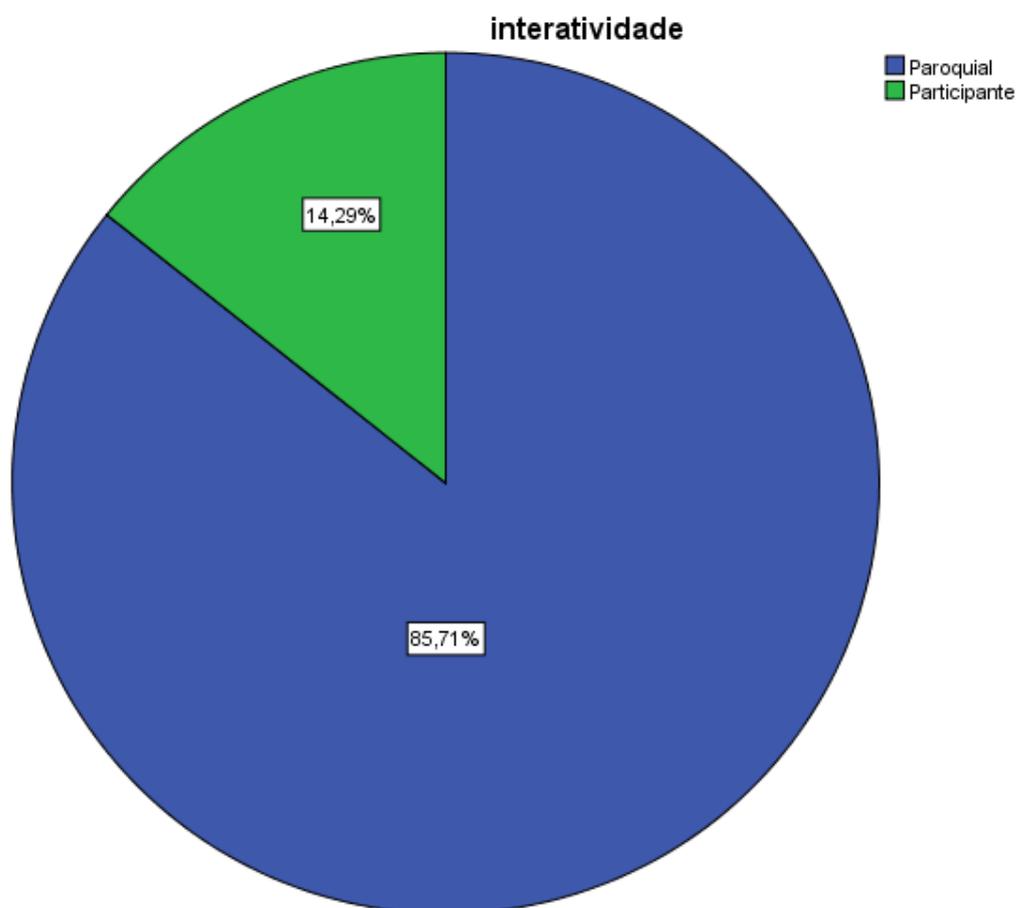
A acessibilidade dos fóruns como foi constatado foi predominante paroquial (85,71%), assim como a interatividade (85,71%) como podemos observar nas figuras 21 e 22 a seguir.

**Figura 21: Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade da comunidade “Fiscaliza Brasil”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

**Figura 22: Posicionamento do fórum em relação à interatividade da comunidade “Fiscaliza Brasil”**

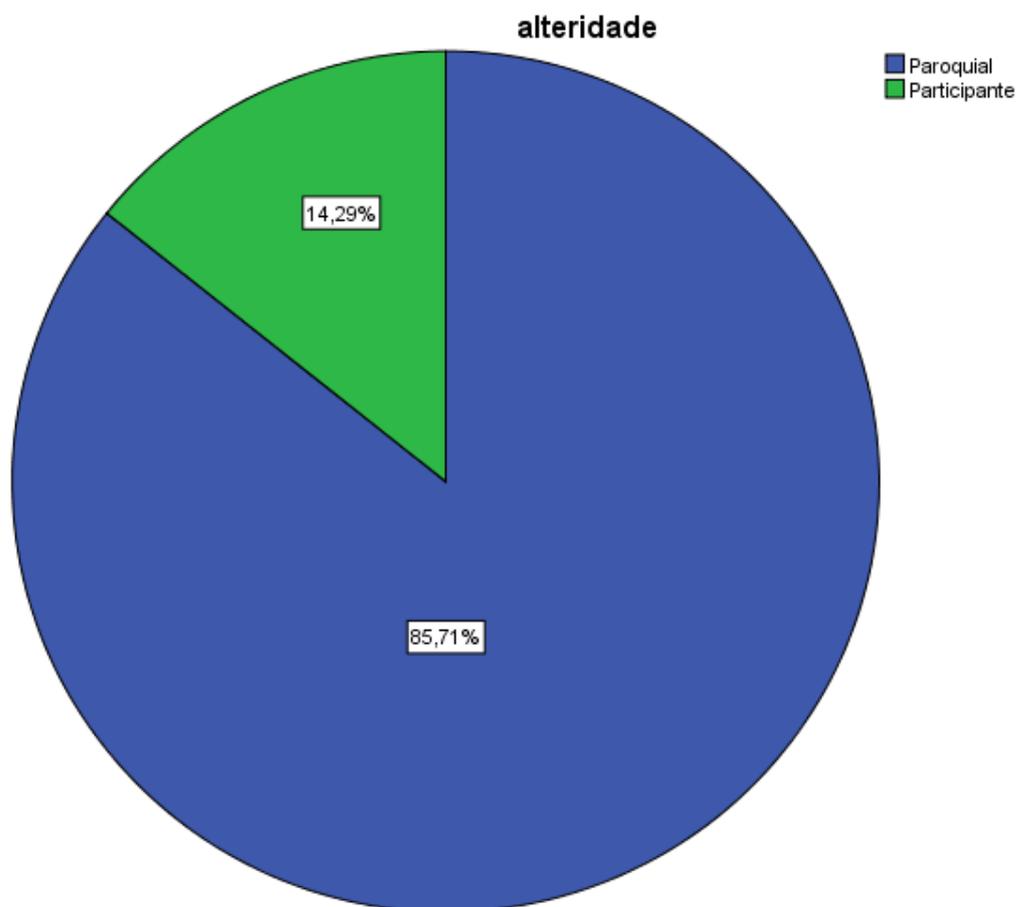


**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A comunidade “Fiscaliza Brasil”, embora se demonstrasse pela descrição como uma comunidade de Repúdio, de discussões “plurais e civilizadas” e de discussões “livres e ativas”, se mostrou dentre a amostra selecionada, a comunidade que obteve menor participação em fóruns, enquetes, debates. Por quatro dos dozes meses se mostrou sem “Nenhuma postagem recente”, e quando as tinha a participação não

passava de informes com pouquíssima participação corroborando com os mesmos, o que na figura abaixo chamamos de participantes (14,29%) em relação à alteridade.

**Figura 23: Posicionamento do fórum em relação à alteridade da comunidade “Fiscaliza Brasil”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

#### 4.4 Da comunidade de avaliação a repúdio

As comunidades “Eu odeio a política do Brasil” e “Repúdio à ignorância política” são comunidades on-line que transitam entre a avaliação e ao repúdio.

A comunidade fundada em 11 de março de 2005 “Eu odeio a política do Brasil” é uma comunidade que ao mesmo tempo faz a leitura de que os políticos no Brasil são estrategistas, e que os acontecimentos políticos são permeados de falcatruas, propondo uma organização na comunidade para se ter uma participação na comunidade através de protestos.

Traz como descrição

Eu protesto sim, organizando uma comunidade para que as pessoas possam protestar participando!!!! Eu tinha o hábito de resumir os maiores acontecimentos políticos (falcatruas) aqui, no entanto, percebi que fica desatualizado muito rápido e, o pior de tudo, as pessoas esquecem-se rápido demais. Os políticos são estrategistas, e uma das estratégias é ocupar a população para que a mesma não reclame seus direitos. Bom, minha intenção é fazer esta comunidade crescer, muito certamente, a mesma crescendo será percebida e mais facilmente ouvida. Acredito que a voz do povo deve ser centralizada em algum lugar que possa ser ouvida, como ainda não temos esse lugar, vamos usar a internet para isso. PS: REGRAS DA COMUNIDADE: - não é aceito insultos entres os membros, - não é aceito Propaganda e Spams, - por favor não criem vários tópicos ou enquetes com o mesmo assunto...sejam criativos.... (SIC) (Comunidade do Orkut - Eu odeio a política do Brasil).

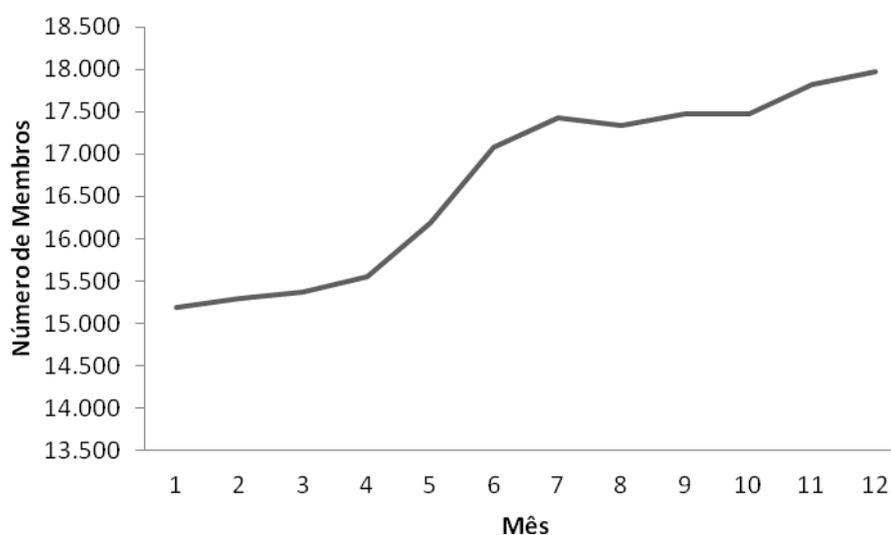
É interessante notar que a descrição traz a internet como uma alternativa para protestar contra as “falcatruas” dos acontecimentos políticos, como uma esfera centralizadora de vozes antes não ouvida.

A comunidade do tipo pública e aberta para não-membros tem como dono **\*\*HARWELTÊ\*\***, que diz residir em São Vicente-SP, ser do sexo feminino, sendo solteira, com interesses em amigos, companheiros para atividades e contatos profissionais. Se define com uma letra de uma música de uma banda eletrônica londrina (VnV Nation) que diz ser “futureopop”, a música é titulada de “Epcentre” fala de perdas

e da procura do reconhecimento do “eu”, tem frases como “Eu preciso ser aquele que sou [...] enfrentando o conflito que está dentro de mim [...] mas aqui, confinado perdendo o controle do que eu não consegui mudar”...

A comunidade criada pela vicentina realmente ganhou adeptos como era sua intenção acima apresentada, em maio de 2010 a comunidade tinha 15.191 membros no final da investigação o número de membros participantes era de 17.971, como podemos observar no gráfico abaixo.

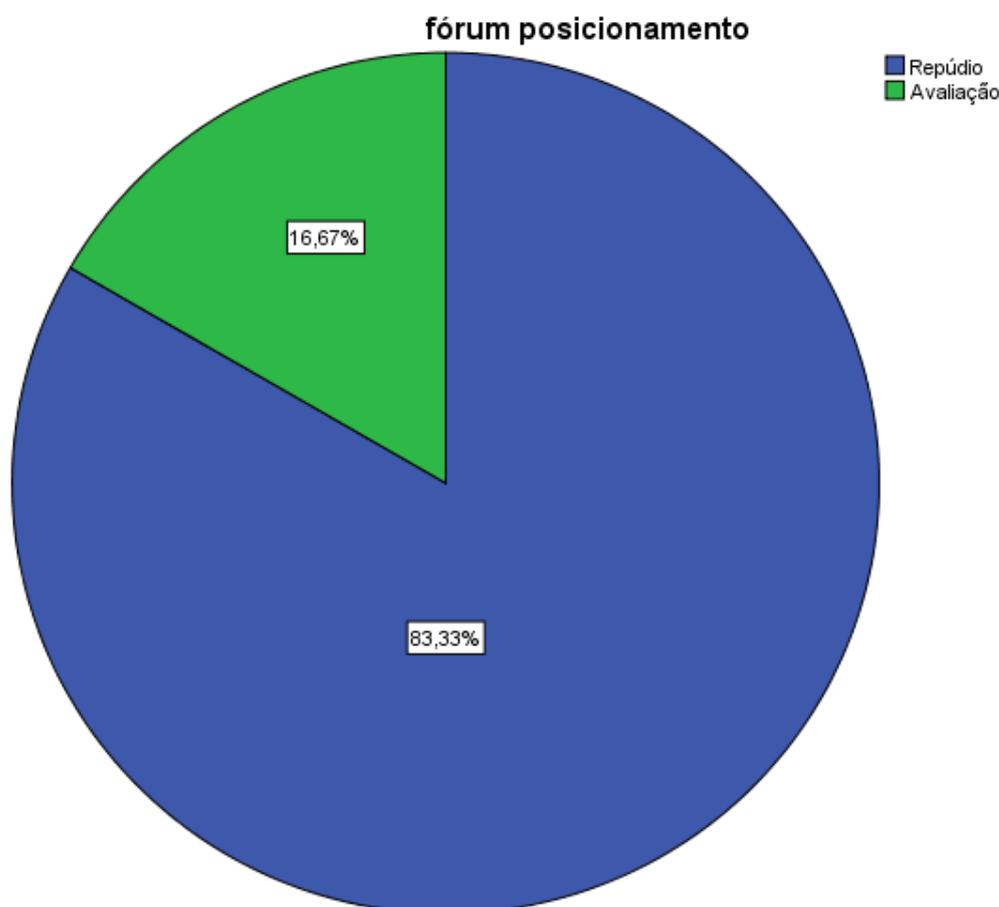
**Gráfico 5: Distribuição do número de membros da comunidade “Eu odeio a política do Brasil” ao longo de 12 meses.**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A figura abaixo nos sinaliza que a comunidade em questão com seus fóruns de posicionamento se apresenta significativamente mais de repúdio (83,3%) do que de avaliação (16,64%).

**Figura 24: Posicionamento do fórum da comunidade “Eu Odeio a Política do Brasil” em relação a participação**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Os fóruns em destaque nesta comunidade durante a investigação pela frequência dos temas foram “Os F.D.P de Brasília aumentaram os salários de novo”, “Globo inimiga do Brasil esconde - Agente mostra”, “Serra vota contra o Povo Trabalhador” “GLOBO E SERRA TRAMANDO DE FUDER O BRASIL” [sic], vale destacar a presença da Rede Globo em discussão na comunidade virtual. Trata-se de uma rede onde o meio televisivo se faz predominante. O que vem ao encontro com parte da literatura que questiona que a Internet não ameaçou os meios de comunicação de massa, não sendo necessariamente uma fonte alternativa a convencional (MAZZOLENI,

(2000); DAVIS, (2000); WELHELM (2000); BUSCHSTEIN (1997). Uma vez que as discussões nessas comunidade envolvem informações em relação ao noticiado pela TV e valida a mesma como um meio importante, como podemos ver a seguir em uma discussão em relação ao fórum “Serra vota contra o Povo Trabalhador”.

Exposição de Serra na TV aumenta sua rejeição 30% [...] é provável que a exposição do Serra, computando o 3 partidos (PSDB, DEMos e PPS) lhe deu mais do dobro (talvez o triplo) da exposição na TV, este ano, do que teve Dilma Rousseff. E essa exposição de Serra foi concentrada neste último mês. Por isso, o normal deveria ser ele subir nas pesquisas, pelo menos algo em torno de 3%, e diminuir a rejeição. Mas aconteceu o contrário. Além do demo-tucano ter caído nas pesquisas, sua rejeição aumentou de 25% para 30%. É isso que dá em vez de acordar cedo e trabalhar na elaboração de um programa de governo para o Brasil, ficar até madrugada conspirando para inventar ‘dossiês’ que não existem, apenas para tentar encobrir notícias do seu passado (SIC) (Orkut - Acesso em julho de 2010, 17:14h).

Há também em vários fóruns discussões que rementem a TV Globo como fadado meio de comunicação frente a presença da Internet. Como podemos ver nos comentários abaixo.

“<http://www.youtube.com/watch?v=aF0vxD4WGyg> GLOBO E VOCÊ NADA HAVER. A INTERNET REVELOU COISAS QUE ESTAVAM OCULTAS (SIC) (Orkut – Acesso agosto de 2010, 19:20h)”

“<http://www.youtube.com/watch?v=utEgqCRmqdw> Silêncio no estúdio. O Bom Dia Brasil convidou Haddad para engoli-lo, só que seus jornalistas, despreparados e confusos, é que foram jantados. O padrão Globo de notícia está submetendo ao ridículo. Ela é contra a lei Medios e a internet porque sabe que assim ela não monopoliza a informação. Não monopoliza e distorce. A verdade dela não é mais absoluta. Todo império um dia cai (SIC) (Orkut – Acesso em novembro de 2010)”

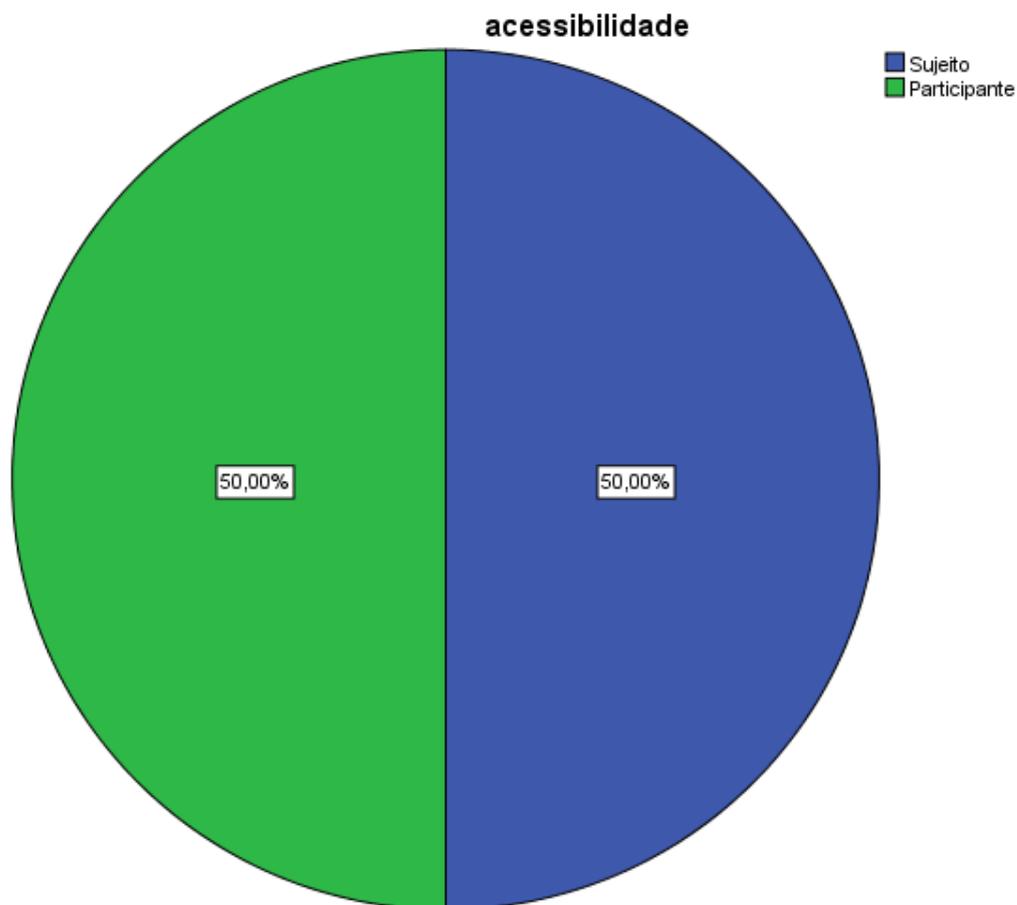
São várias as formas de participação on-line, como por exemplo a ressaltada acima, postar vídeos políticos nas redes sociais. Assim,

(...) acompanhar o noticiário político online, ler blogs de políticos, ver vídeos de política no Youtube, por exemplo, é ação, mas não literalmente uma participação política, já escrever petições eletrônicas, manifestar-se num fórum eletrônico ou numa consulta orçamentária digital e postar vídeos políticos são formas de participação na vida política e/ou no jogo político (GOMES, 2011, p.37).

Como pudemos observar o uso da internet na participação política senão sediciosa, trouxe algumas novidades ao panorama de se discutir política.

Na figura abaixo a acessibilidade dos membros da comunidade estão permeadas por sujeitos (50,0%) e participantes (50,0%), o que aponta uma boa relação social online onde a participação virtual tem condições e espaço para acontecer.

**Figura 25: Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade da comunidade  
“Eu odeio a política do Brasil”**

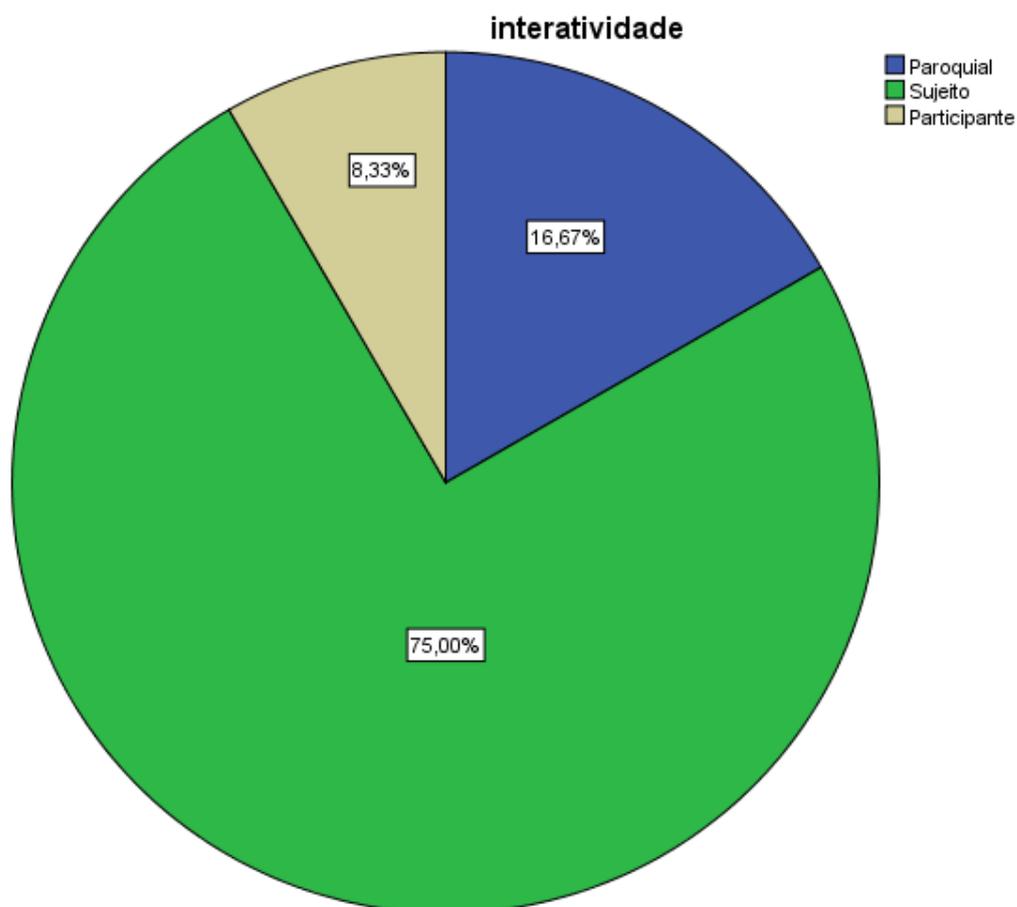


**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A interatividade por constituir um fluxo de mão dupla entre os cidadãos e a sociedade civil, deve ser um elemento norteador nos ajustes de uma cultura política democrática. A participação virtual, tendo em vista a interatividade da comunidade, nos traz de maneira não ideal mas positiva, uma vez que 75% das discussões sinalizam sujeitos neste processo em andamento, a busca pelo reconhecimento desse fluxo de informações. A arquitetura da mão dupla, quando efetivamente se transforma em um

instrumento de comunicação corrobora para a saída da passividade do cidadão no processo político (GOMES, 2011).

**Figura 26: Posicionamento do fórum em relação à interatividade da comunidade “Eu odeio a política do Brasil”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A manutenção de vínculos é percebida quando analisamos a comunidade em questão. O que não quer dizer que esses vínculos foram realizados de uma maneira a sempre respeitar a individualidade do outro, o pensamento do outro. O que observamos foi um detrimento de sujeitos (58,33%) em relação a paroquial (41,67%), índices

distantes de pensarmos em uma comunidade que preze a alteridade de seus participantes. São vários os exemplos a seguir.

“O POVO RECLAMA MAS TEM CULPA!!! CONTINUA IDOLATRANDO ESSE PORRA DESSE ANALFABETO DO LULA!!! CONTINUA AGORA ACREDITANDO EM UMA TERRORISTA!!!! ISSO MESMO!! VAMOS LÁ SEUS IDIOTAS” (SIC) (Orkut – Acesso em janeiro de 2011).

“eles aumentam todo mes o salario dels e ainda tem varios auxulios pra essa putaria e não te punição alguma tudo acaba em pizza filho da puta. nossa nem aguento mais xingar vou mete bomba mermo” (SIC) (Orkut – Acesso janeiro de 2011).

“por essas e outras que eu voto em branco. Político brasileiro só serve pra roubar... Para o pessoal aí q falou da ditadura. Sinceramente, não sei dizer se isso serio o melhor, mas que essa pouca vergonha de “DEMÔNIOCRACIA” é uma praga diabólica que só serve pra político vagabundo se dar bem na vida, ah, isso eu posso garantir (SIC) (Orkut – Acesso em janeiro de 2011).

“politico bom e politico mortee um amenos para roubar do povooos ki eli esteja no colo do capetaaa... (mensão a morte do ex-vice presidente José Alencar) (SIC) (Orkut – Acesso em abril de 2011).

Ofenças, palavrões e xingamento permearam e muito a discussão na comunidade. O ódio pela política centrava-se tanto nos políticos, como na política em si, como pudemos observar nas falas anteriores referente a morte do vice- presidente, do ex-presidente Lula, na dúvida da ditadura como realmente um regime pior do que a democracia, no voto etc. Entretanto, há momentos em que a discussão parece possuir vínculos pacíficos porém, com um vocabulário ainda de baixo calão. Veja alguns diálogos:

**Em novembro de 2010:**

“AMO A POLITICA, ODEIO OS POLITICOS DO BRASIL (Y) se vocês estudar um pouquinho que seja, vão ver quer a política e algo bom, O PROBLEMA ESTÁ NOS POLITICOS QUE O POVO ELEGE ;))

“Eu não penso assim.”

“EU NAO CONCORDO, NEM DISCORDO, MUITO PELO CONTRARIO!!!!??????? Agora falando sério, vc esta certa, a politica e a arte de governar, a merda está mais nas leis que facilitam a impunidade. A política do Brasil e baseada na ignorancia dos seus eleitores, mas ignorancia nao e burrice, o dia que o povo comecar a eliminar essa ignorancia e lutar pelos seus direitos, nos veremos a transformacao politica. [...] nao podemos odiar por odiar, precisamos evoluir...” (SIC) (Orkut – Acesso novembro de 2010)

### **Em dezembro de 2010**

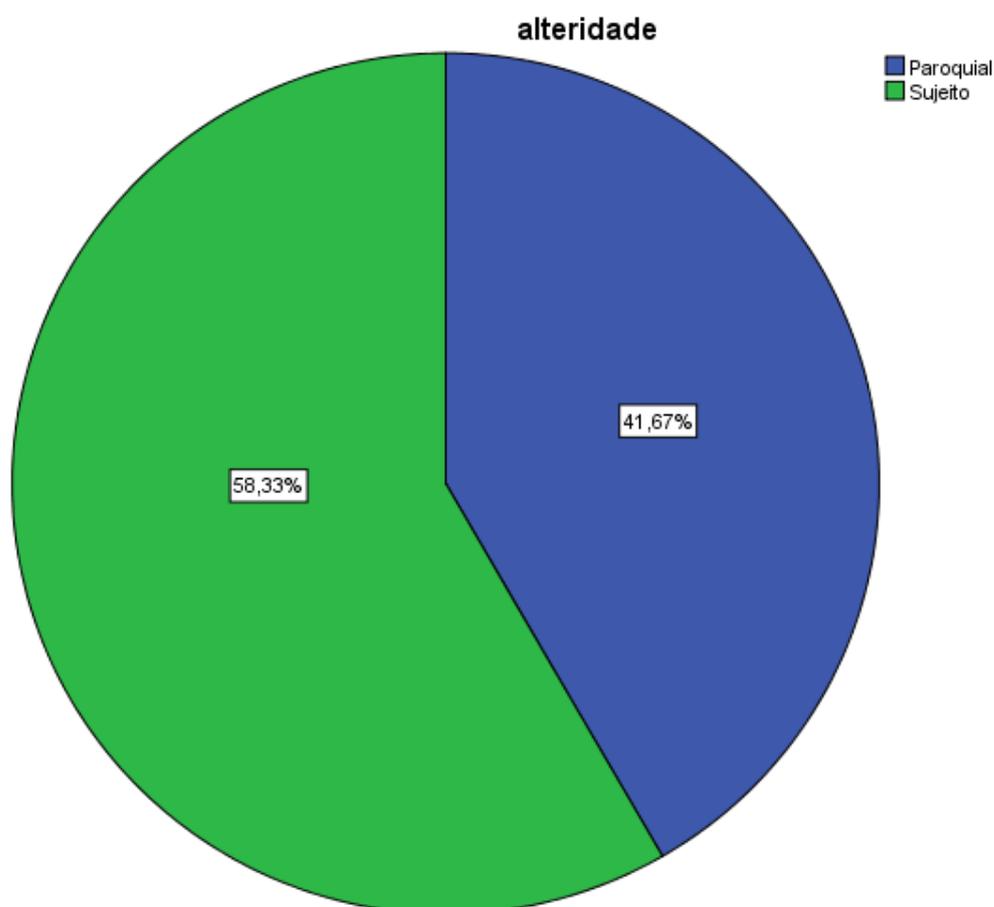
“Os F.D.P de Brasília aumentaram os salários de novo, gerando um efeito cascata, e ai os deputados federais e estaduais vão aumentar o seus tb, para o salario minimo não tem verba, mas em beneficio próprio tem. porra isso tem que acabar.....”

“é sim concordo com vc, e tem mais, deveria ter faculdade para ser vereador, deputado, e por ai vai, mas nao iria significar um cargo, ainda teria que passar pelo crivo do povo. pq salários tão altos?????? Pq?????”

“não foi atoa que estou participando desta comunidade, e acho que todos pensam como vc e querem fazer algo pelo nosso país. Infelizmente ou felismente não precisamos chegar ao extremo. Podemos sim fazer algo como já passou a eleição não tem como votarmos como forma de protesto(pois ate misto eles pensaram). Mas podemos fazer passeatas, recolher abaixos assinados....e outros. O movimento dos caras pintadas conseguiram porque nos hoje com tanta tecnologia não conseguiríamos. Espalhe esta ideia pela net vamos fazer de 2011 um marco na historia. mostrar para eles que podemos ir contra as decisão de afimal somos nois que pagamos o salario deles atraves de impostos que não são poucos que pagamos. Eles foram colocados ali para representar os nossos interesses mas na realidade estão defendendo seus próprios\$. Se nos ficarmos apenas teclando não adiantará temos detonmar decisões hoje....Espero resposta de todos que participam desta comunidade.....”

“concordo com vc, estou tentando, na forma escrita, estou mandando e-mails ‘perdendo meu tempo’, com esses homens. mas se tiver a solução, e eu puder participar estou a disposição. grato” (Orkut – Acesso em dezembro de 2010).

**Figura 27: Posicionamento do fórum em relação à alteridade da comunidade “Eu odeio a política do Brasil”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A comunidade “Repúdio a ignorância política” é uma comunidade virtual onde o seu posicionamento é fronteiro ao repúdio (41,67%) e a avaliação (41,67%).

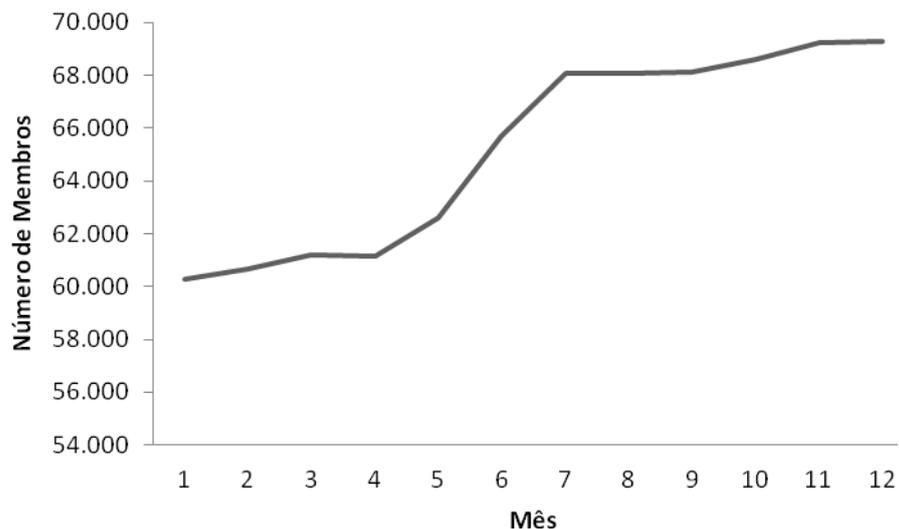
Conforme podemos observar na figura 28, logo abaixo. Tal comunidade se descreve com estes posicionamentos sinalizados.

**ANALFABETO POLITICO** O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não fala nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que de sua ignorância política nasce prostituta, o menor abandonado, o assaltante, o corrupto das empresas nacionais e multinacionais e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista e pilantra (Bertolt Brecht). Comunidade criada a fim de divulgar a importância da conscientização Política em nosso país. **DISCUTIR POLÍTICA É UMA ARTE. SABER RESPEITAR AS DIVERGÊNCIAS DE IDÉIAS É COERÊNCIA. AGREDIR É FALTA DE EDUCAÇÃO, PRINCÍPIOS E ARGUMENTOS (SIC)** (Orkut – Acesso a maio de 2010, 10:51h).

Assim com o repúdio a ignorância política e a necessidade de se discutir a política percebemos os posicionamentos apresentados pela comunidade.

A comunidade criada em 13 de maio de 2005 por Daniel Costa que se diz “completamente apaixonado por Gente!!!” Em abril de 2010 tinha 60.253 membros participantes. No final da coleta de dados, abril de 2011, houve um aumento adeptos a comunidade (69.288), conforme podemos observar no gráfico abaixo.

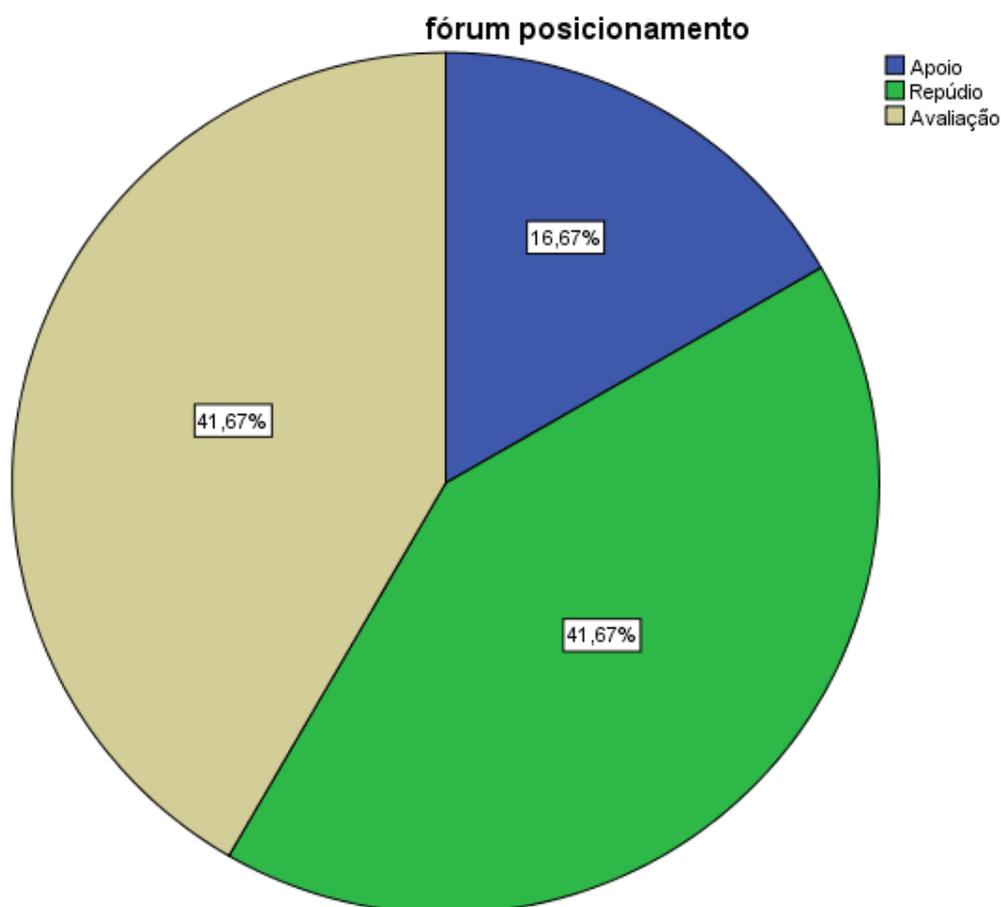
**Gráfico 6: da distribuição do número de membros da comunidade “Repúdio à ignorância política” ao longo de 12 meses.**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Daniel Costa (29 anos) dono da comunidade em questão tinha em média 189 amigos e 144 comunidades da qual fazia parte. Definiu-se como multiétnico, com uma visão política centrista, com uma orientação heterossexual, diz ser inteligente e sagaz e residir na cidade de São Paulo. O seu grande interesse no Orkut é fazer amigos. Descreve-se com citações de Martha Medeiros, Goethe e Charles Chaplin.

**Figura 28: Posicionamento do fórum da comunidade “Repúdio a ignorância política” em relação a participação**

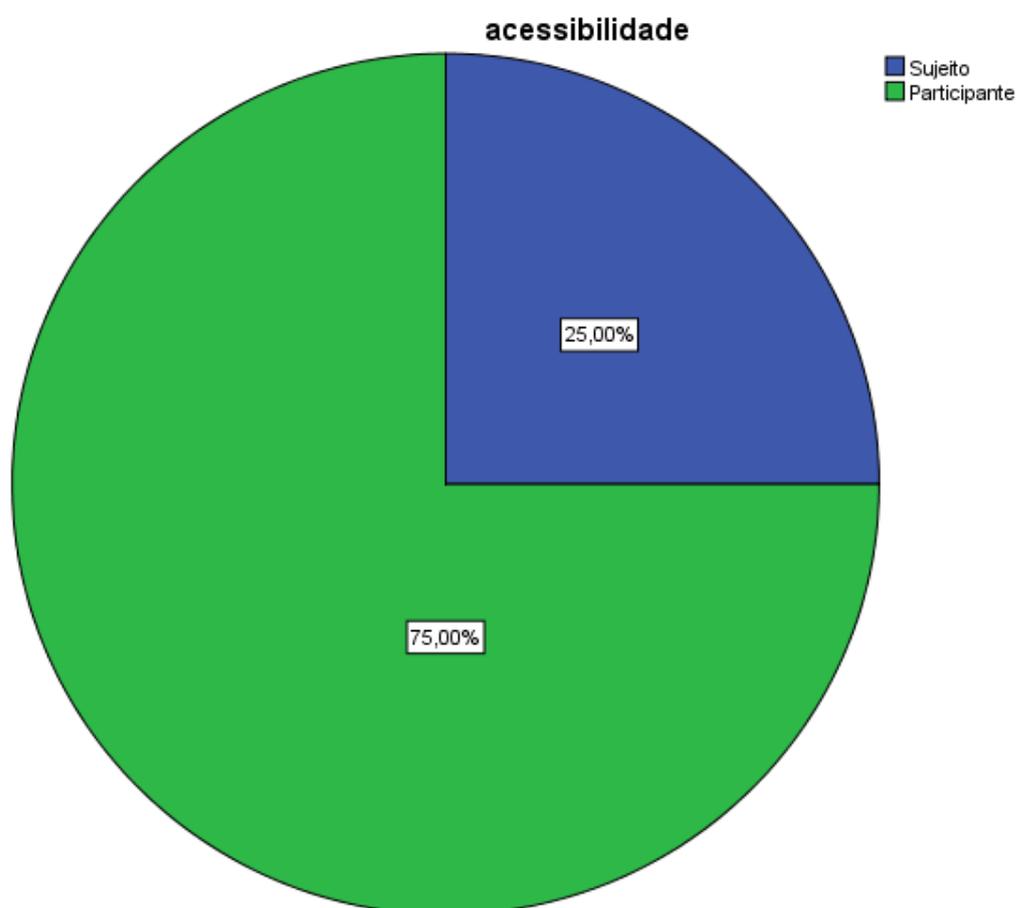


**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Os fóruns recorrentes, na comunidade em análise, durante a coleta de dados foram: “Qual a causa de tanta pobreza no Brasil?”, “Dia 25 – Dia sem Globo – Assita outra emissora!”, “Como desfavelizar, SP...”, “GLOBO E SERRA TRAMANDO FUDER O BRASIL”, “Vc é reacionário-conservador? descubra aqui”, “PSDB prepara golpe para o dia 29...”, “EX-FHC POR QUE NÃO TE CALAS”, “DE QUE LADO VOCÊ ESTÁ: DO ESTADO OU DA MÍDIA?”.

Assim podemos perceber que a criação dos fóruns de maneira geral procura através da acessibilidade, um debate que vai ao encontro de uma intervenção política. A participação (75,0%) das discussões permeia o posicionamento, porém, esses debates são mais de acusação do que de intervenção como podemos observar a seguir.

**Figura 29: Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade da comunidade “Repúdio a ignorância política”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Em relação ao fórum de boicote a TV Globo a discussão entre os membros se apresentam da seguinte forma:

“Dia 25 – Dia sem Globo – Assista outra emissora!!”  
 “to dentro!!!!!!!!!!”

“Eu sempre vejo a Band mesmo...”

“Eu fiquei inteligente depois que deixei de ver a Globo!”

“eu so vejo de vez enquanDO A NOVELA DAS 18HS....NO MAIS TO FORA DE TV....QQ UMA. JÁ aderi por osmose...” (SIC) (Orkut – Acesso junho de 2010).

Já em como “desfavelizar” São Paulo as discussões se centram em acusações das gestões publicas:

“Um incêndio de grandes proporções atingiu a favela Beira-Rio, no Jabaquara, zona sul de São Paulo, na tarde deste sábado, e deixou três vítimas. Segundo o Corpo de Bombeiros o fogo começou por volta das 15h15 e foi controlado em duas horas. [...] ‘pelo que apuramos até agora, ainda não sabemos o que provocou o fogo. O primeiro combate feito pelos próprios moradores, até a chegada de Bombeiros’ afirmou o major. ‘Vimos para cá com cerca de 20 viaturas e às 17h30 já estávamos fazendo rescaldo. Daqui para frente, o fogo não cresce mais’. [...] Esse foi o segundo incêndio de grandes proporções neste sábado. Segundo os Bombeiros, por volta da 1h30, uma loja de veículos utilitários também na zona sul foi atingida pelo fogo. Uma pessoa teve queimaduras nas mãos, mas não chegou a ser levada para o hospital”

“De novo incendio em favelas [...] Kassab tem batido recordes em SP”

“São Paulo é uma favela asfaltada, não é por acaso que toda chuva inunda a cidade. As invasões foram sendo regulamentadas e hoje o que são bairros alagados, não deveria existir. [...] A culpa desses alagamentos, incêndios em favelas e bairros inteiros é culpa da atual prefeitura? Não estou defendendo o Kassab (longe de mim), mas a culpa não é dele não”

“Que acusação mais grave essa ....rs Mas que a favelização é um dos piores problemas do Brasil, isso é. E é culpa das autoridades. Ainda bem que pelo menos agora o Lulalá resolveu fazer o ‘minha casa minha vida’. Espero que outras autoridades estaduais e municipais entrem nessa tb”

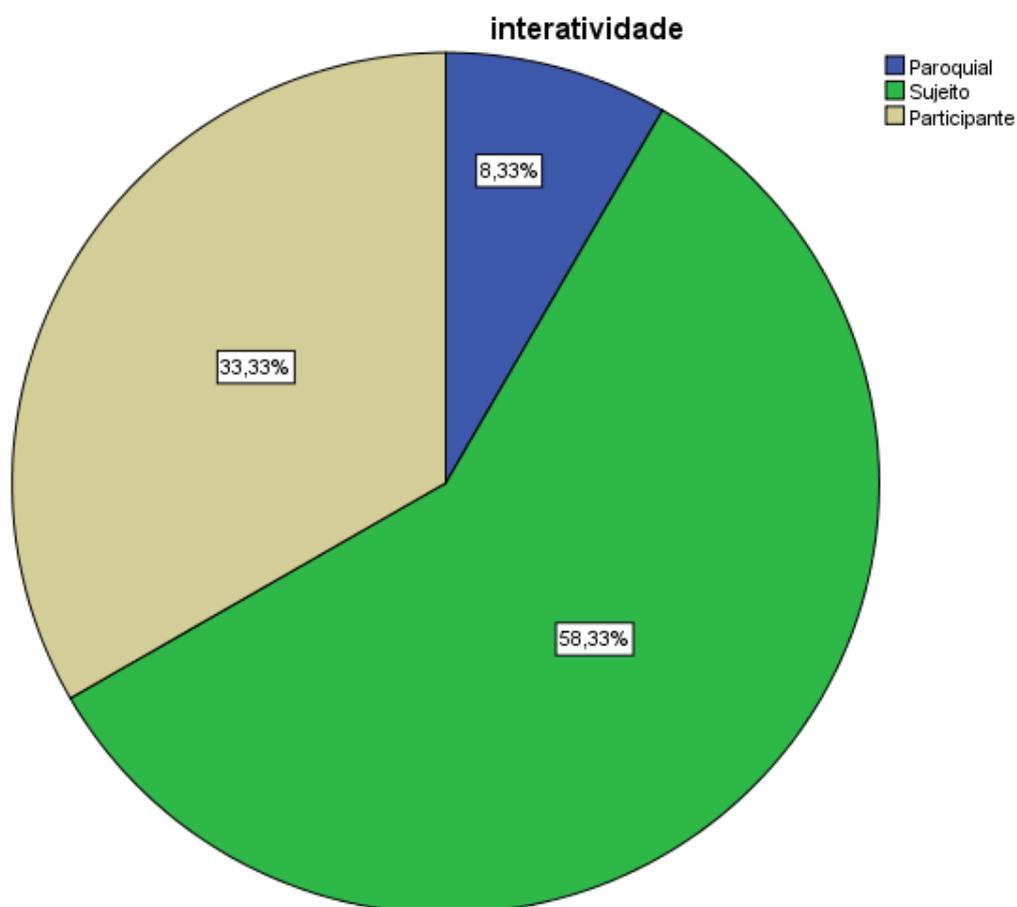
“assino em baixo”

“A culpa também é dele (Kassab), pois essa é a sua gestão. Então deveria tomar providências ou remanejar as pessoas dos locais de risco (para onde, eu não sei) ou promover obras de saneamento básico para as áreas que podem ser aproveitadas para construção de moradias...” (SIC) (Orkut- Acesso em julho de 2010)

Com esses relatos podemos observar no primeiro caso que embora haja uma proposta de boicote a rede Globo, o mesmo não acontece em relação a outras emissoras de comunicação tradicional, embora se tenha a ideia de que a TV de qualquer forma acaba alienando os telespectadores. Já em relação à “desfavelização” a discussão se centra em uma “culpabilização”, sobretudo da gestão pública, a participação da sociedade civil é apontada com um abaixo assinado.

Assim, a interatividade na comunidade realmente está mais para “sujeito” do que para participante como vemos na figura 30.

**Figura 30: Posicionamento do fórum em relação à interatividade da comunidade  
“Repúdio a ignorância política”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Em relação à alteridade, gradiente máximo para se avaliar a democracia na comunicação, temos a discussão em volta do que causa tanta pobreza no Brasil, a discussão é ilustrativa neste requisito.

“A pobreza é grande no Brasil porque o crescimento econômico é baixo. É baixo porque não tem um ambiente propício aos negócios e ao empreendedorismo. Porque não temos um ambiente propício aos negócios e ao empreendedorismo? Por causa da classe política que mantém leis trabalhistas ultrapassadas, a carga tributária mais complexa do mundo. Leis e regras impedindo investimento privado e estrangeiro em diversas áreas? [...] Porque o povo muitas vezes tem medo do novo, do diferente, e as vezes quer

manter o mínimo, nem que seja um emprego com carteira assinada para ganhar salário mínimo. Porque também muitos privilegiados, querem manter os privilégios e por isso criam partidos ligados a sindicatos, para manter a população no atraso. [...] Então vamos juntos mudar esse país no voto”.

“Tens razão a dupla DEM/PSDB esteve a frente do país por muitos anos....”

“Quando o DEM/PSDB estiveram no poder, eles fizeram mudanças que tornaram o país mais competitivo e com maior poder de riquezas. Infelizmente nos últimos oito anos, o Brasil não fez as reformas que precisava”.

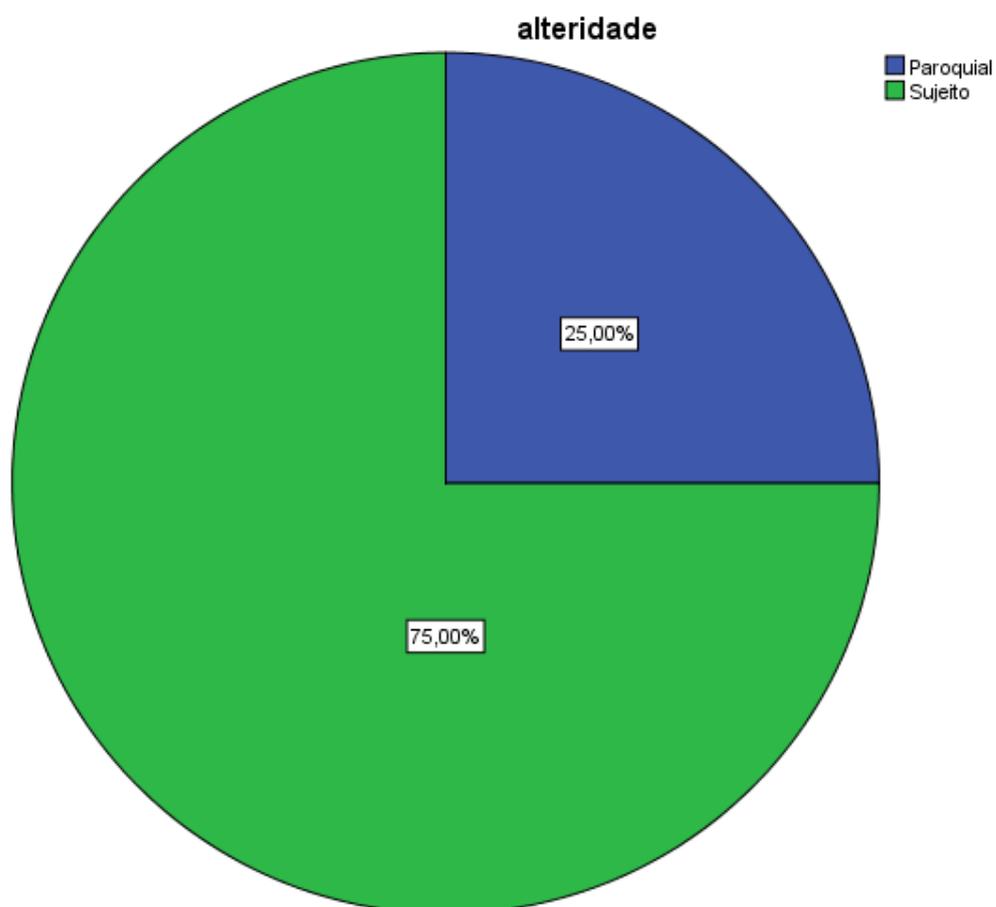
“Agora a culpa é dos petistas, que são malvados e fazem coisa maléfica. Parem de ser tão alienados e enxerguem bem a verdade, no governo FHC o país teve diversas crises econômicas, no governo Lula não. Mérito dos 2 governos por termos vivido prosperidade econômica.”

“A pobreza é culpa de tanto tempo de governo conservadores, achatamento salarial, destruição da educação pública, concentração de renda e criando um gargalo social que cria toda espécie de vantagens para quem tem dinheiro, excluindo os pobres e também os de etnia negra, que são excluídos 2 vezes, como são proporcionalmente a maioria brasileira, o resultado dessa exclusão, do desequilíbrio e da desigualdade é esse aí, que de forma gradual está sendo debelado, os caminhos já estão abertos agora é prosseguir, essa é a realidade”.

“Desde quando concentração de renda gera pobreza? O que causa pobreza é a falta de geração de renda” (SIC) (Orkut – Acesso em maio de 2010).

A relevância da discussão está na capacidade de percebermos uma discussão com conflitos pacíficos, conforme a figura abaixo o grau de alteridade relacionado a uma participação de “sujeitos” corresponde a 75,0% em relação à participação “paroquial” a 25%. Isto quer dizer que há necessidade de uma construção de alteridade, pluralidade de posicionamentos e uma participação com sujeitos denominados pela teoria culturalista como “participante”.

**Figura 31: Posicionamento do fórum em relação a alteridade da comunidade  
“Repúdio a ignorância política”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

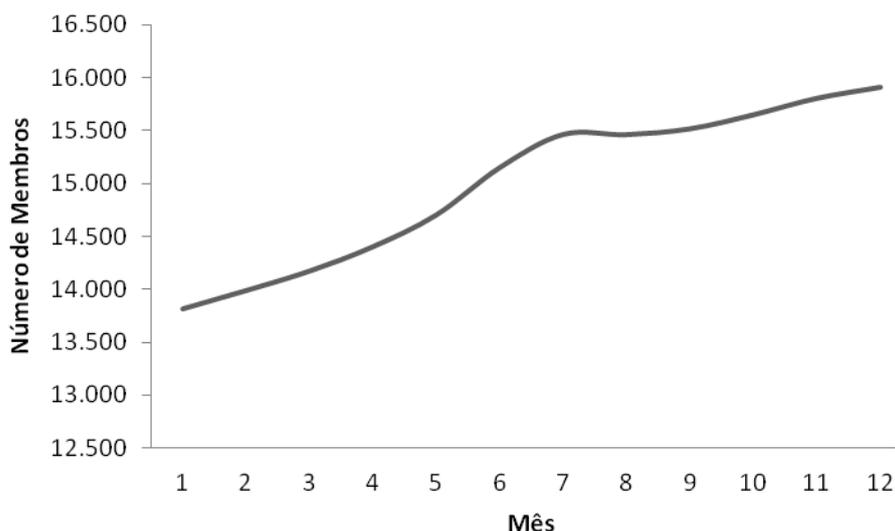
#### 4.5 Comunidade de avaliação e apoio

As comunidades “Eu gosto de política!!!” e “a JUSTIÇA é cega, eu não!!!” são comunidades de posicionamento de apoio e de avaliação. A primeira (figura 32) se mostrou muito mais de apoio frente a segunda que percentualmente se equilibrou em apoio, repúdio e avaliação.

A comunidade “Eu gosto de política!!!” tem como dono MTV Márcio aparentemente um jovem que diz gostar de música com estilo Power metal, de programas de TV como South Park, Hermes & Renato, dos filmes Star Wars, Borat, Apocalypto. Defini-se heterossexual, de religião “rastafari”, com uma visão política centrada. Seu grande interesse no Orkut é fazer amigos e ter contatos profissionais. Diz ser da Terra Média fazendo analogia a terra antiga e fictícia de John Ronald Reuel Tolkien, doutor em filologia e autor das obras “O senhor dos anéis” e “O Hobbit”. Tal Terra Média trata-se de um período imaginário da própria terra. Se define com um texto chamado de “Rotina” de autor desconhecido, mas que tem sido veiculado na TV como propaganda da empresa de cosméticos e beleza Natura. Possui por volta de 190 amigos e se faz pertencente em 51 comunidades.

A comunidade de MTV Márcio que foi fundada em 29 de outubro de 2004, em abril possuía 13.809 membros. No final da pesquisa o número de membros estava em 15.801 conforme podemos visualizar no gráfico abaixo.

**Gráfico 7:** Distribuição do número de membros da comunidade “Eu gosto de Política!!!” ao longo de 12 meses.



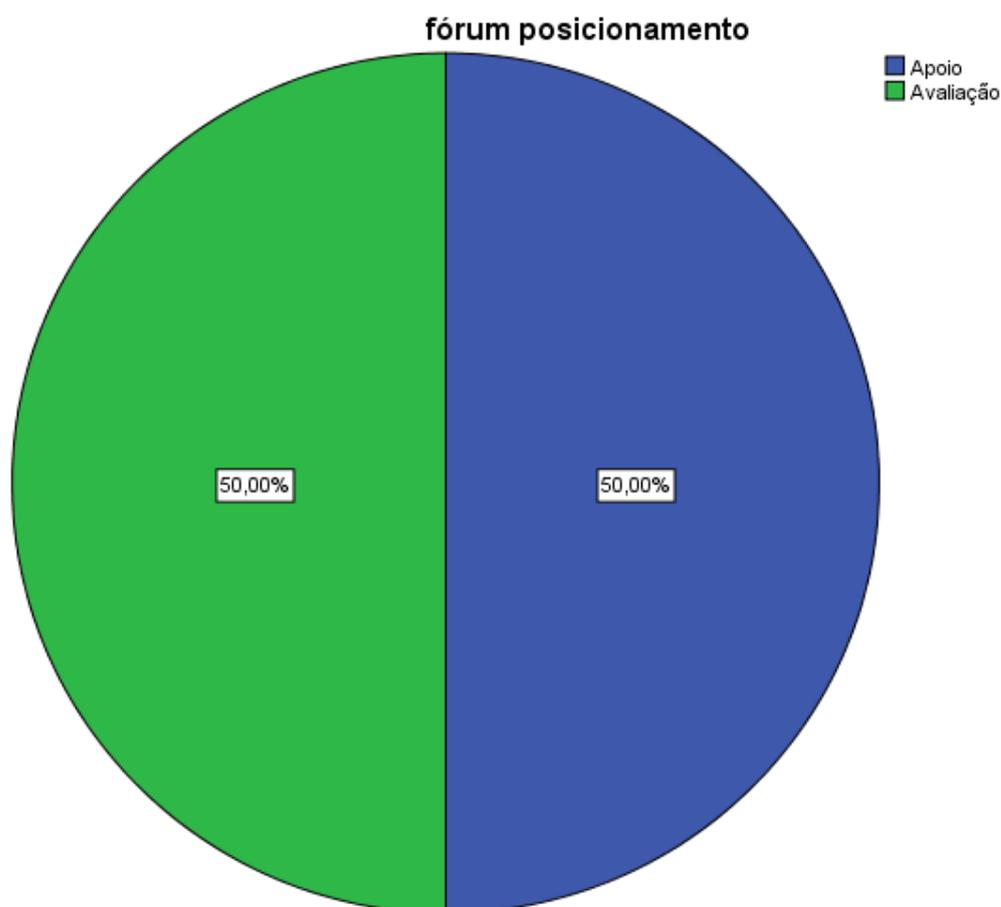
**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A comunidade do tipo pública e a aberta para não membros, se descreve como um espaço para quem gosta de política, possui um espaço para postar o endereço de blog dos participantes e uma lista que é chamada de “Sites Úteis...”.

Você assiste Horário eleitoral gratuito? Quando você discute sobre política com alguém a discussão leva horas? Então você realmente gosta de política, e aqui você está em casa, pois essa é uma comunidade para quem simplesmente gosta de política, é fanático ou só faz sua parte...Discussões e troca de farpas!!! É proibida qualquer propaganda de comunidade, na primeira propaganda o tópico será apagado, e na segunda vez a pessoa será banida da comunidade. Antes de criar um tópico veja se já não tem um parecido. Poste seu Blog AQUI. Sites Úteis... Camara dos deputados – [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br), Senado Federal – [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br), TCU – Tribunal de Contas da União – [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br), República Federativa do Brasil – [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br). Governo eletrônico – [www.governoeletronico.gov.br](http://www.governoeletronico.gov.br), Geral – [www.fotoimprensa.com](http://www.fotoimprensa.com) e [www.politicanasociedade.blogspot.com](http://www.politicanasociedade.blogspot.com). CHEGA DE IMPOSTOS” (Orkut – Acesso em maio de 2010, 10:04h).

Tem como fóruns “LULA O MELHOR PRESIDENTE DOS ULTIMOS ANOS [sic], “Esquerda ou Direita?”, “Como será Governo de Dilma?”, “Relator do ficha limpa será o vice de Serra”, “Eu voto na Dilma e você?”, “Acho que vou tá falando sozinho”, “O Lula não foi um bom presidente. Veja porque:”, “A MAIOR INJUSTIÇA DA POLÍTICA BRASILEIRA” (sic). Fóruns estes que apoiam, que propõe estratégias políticas, que questiona o papel da comunidade virtual em questão, que discute voto e o sistema político.

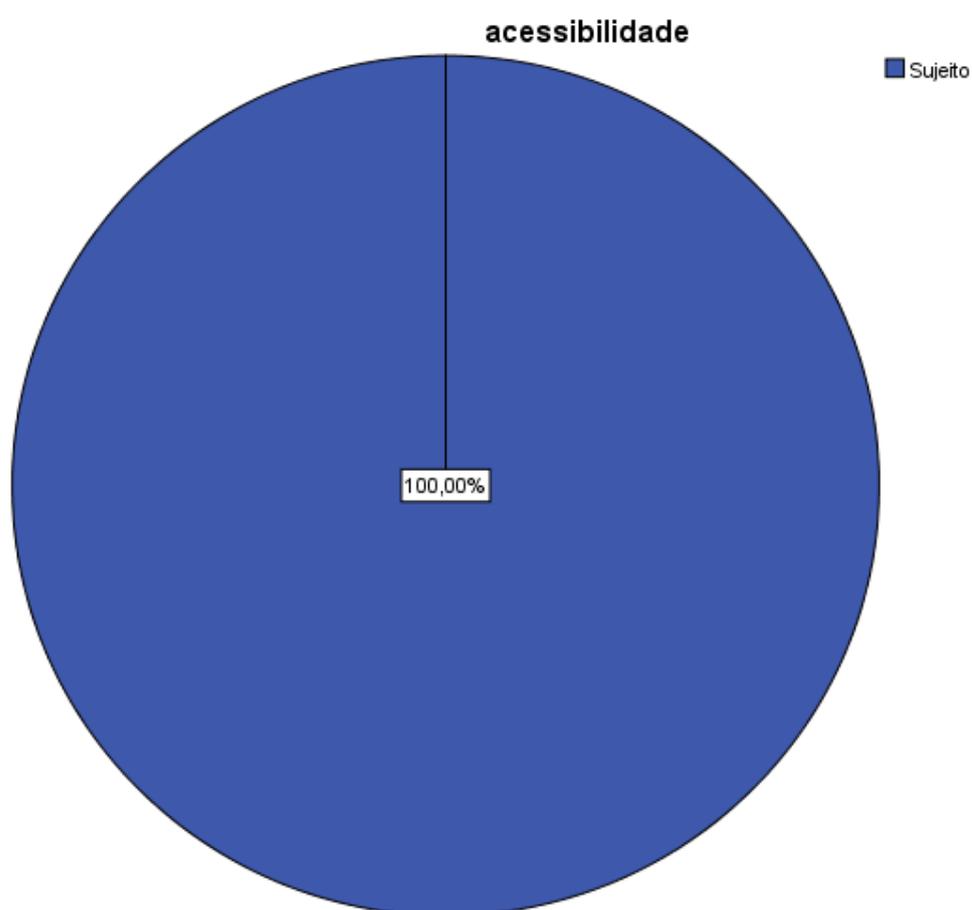
**Figura 32: Posicionamento do fórum da comunidade “Eu gosto de Política!!!” em relação a participação**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Em relação a acessibilidade da comunidade como um critério de relação social por meio virtual temos a participação de sujeitos (100%) o que nos leva a pensar que os internautas tem um bom conhecimento do sistema político mas que nem sempre estão aptos a participar do processo de *outputs*.

**Figura 33: Posicionamento do fórum em relação a acessibilidade comunidade “Eu gosto de Política!!!”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Em relação à superação das comunicações monologais e impositivas percebemos que os internautas se posicionam mais como sujeitos (75,0%) do que como participantes

(25,0%). Essa percepção pode ser percebida nas discussões que se respaldam de outras redes sociais e da mídia tradicional.

“Índio da Costa, relator da Ficha Limpa, será o novo vice de Serra. O deputado Índio da Costa (DEM-RJ) será o vice de José Serra. É o que acaba de informar em seu twitter a jornalista Adriana Vasconcelos, repórter do jornal O Globo.”

“Finalmente, um vice ficha-limpa. Do Editorial da Folha: ‘ Alijados de Serra acreditam que um vice jovem e do Rio de Janeiro, Estado onde o tucano perdeu espaço tem dificuldades históricas de se afirmar, possa propiciar alguns ganhos para a candidatura. Além disso, Índio foi o relator na Câmara do projeto Ficha Limpa, que traduz pouco o anseio popular por representantes mais comprometidos com a honestidade. É uma vantagem em se tratando de um partido que há pouco foi colhido de escândalo de corrupção do governo do Distrito Federal. Faltam pouco mais de três meses para o primeiro turno da eleição. Há muito por acontecer na campanha. A novela do vice de Serra sem dúvida evidenciou dificuldades e percalços – mas são situações que ficarão para trás. Parte dos problemas ocorridos pode ser atribuída à autossuficiência do candidato tucano, pouco disposto a fazer concessões para compor seu arco de alianças – o que não deixa de ter aspectos positivos diante do vale-tudo que o lulismo consagrou (Do Estado de São Paulo, em 3 de dezembro de 2009).’”

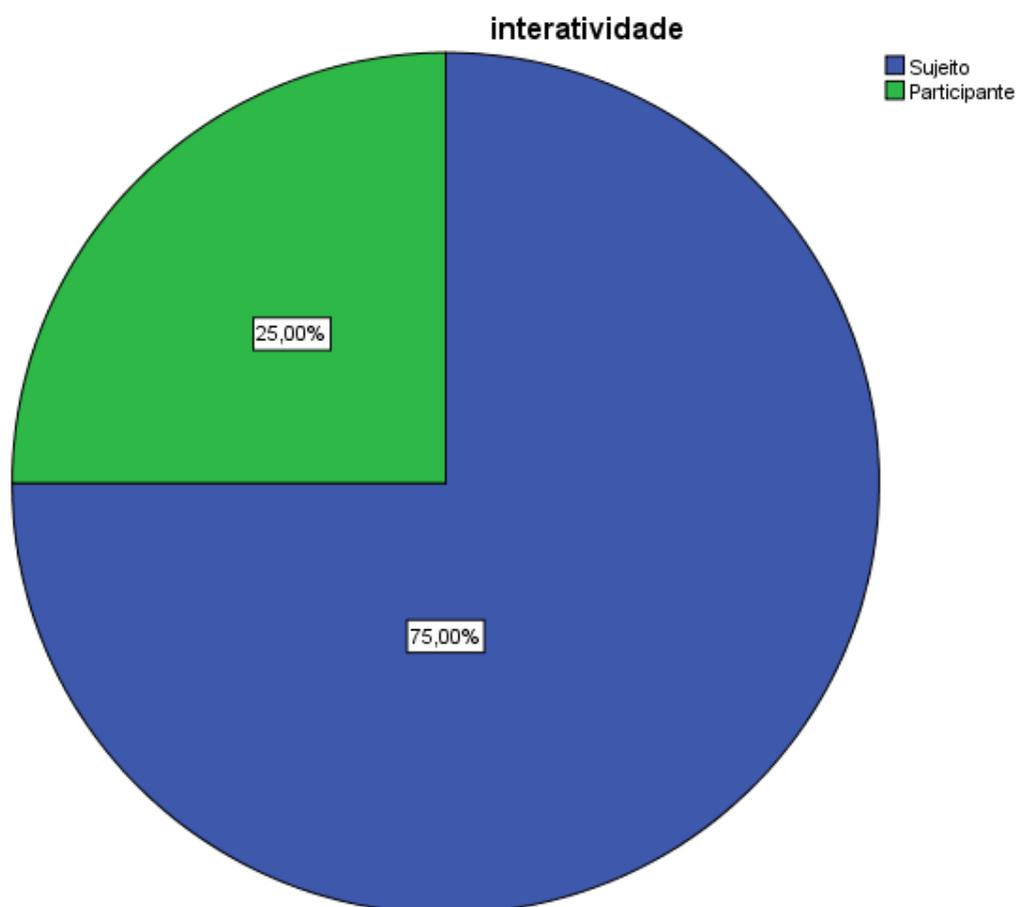
Ficha Limpa?? Ele não foi investigado pela CPI por superfaturar a merenda escolar no rio? Ele é genro de cassiola? Ele não é o 4º deputado mais faltoso? Xii, assim vai ficar fácil pra Dilma!”

“Limpa? Mesmo?”

“?!?! Eráclito (DEM) foi o primeiro ‘ficha suja’ a receber um parecer favorável pelo STF. Ps>e ainda tem gente que acredita nessa ‘ladainha’ de ficha limpa”. (SIC) (Orkut – Acesso em julho de 2010)

Como vemos a participação dos internautas acontece no âmbito do entendimento dos *inputs*.

**Figura 34: Posicionamento do fórum em relação à interatividade comunidade “Eu gosto de Política!!!”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Em relação à alteridade percebemos uma maior participação dos internautas nos fóruns mais como “sujeitos” (75,0%) do que “participantes” (25,0%). Uma discussão frequente no fórum diz respeito à participação dos membros no mesmo, titulada de “Acho que vou tá falando sozinho” (sic). Nesta discussão percebemos a necessidade da manutenção da interatividade com uma sustentação dos vínculos entre os internautas com alteridade.

“... mas essa comunidade ‘Eu gosto de política!!!’ tá precisando melhorar o nível, acabar com partidarismo e discutir política, idéias, fatos (factoides não). Tá chata, desinteressante e de baixo nível. Precisa de moderadores e de uma participação mais efetiva de todos. Tem hora que acaba sendo, até mais interessante ler os post da Vovó Mafalda. [...] um abraços a todos e acreditem...esse país um dia pode mudar pra melhor. Aliás, precisa mudar pra melhor. Abraços”.

“É aquela questão.... o pessoal não quer debater, quer discutir, para piorar se agarram em idéias fixas e de cartilha ao invés de raciocinar por conta própria, pesquisar, ouvir outras opiniões”.

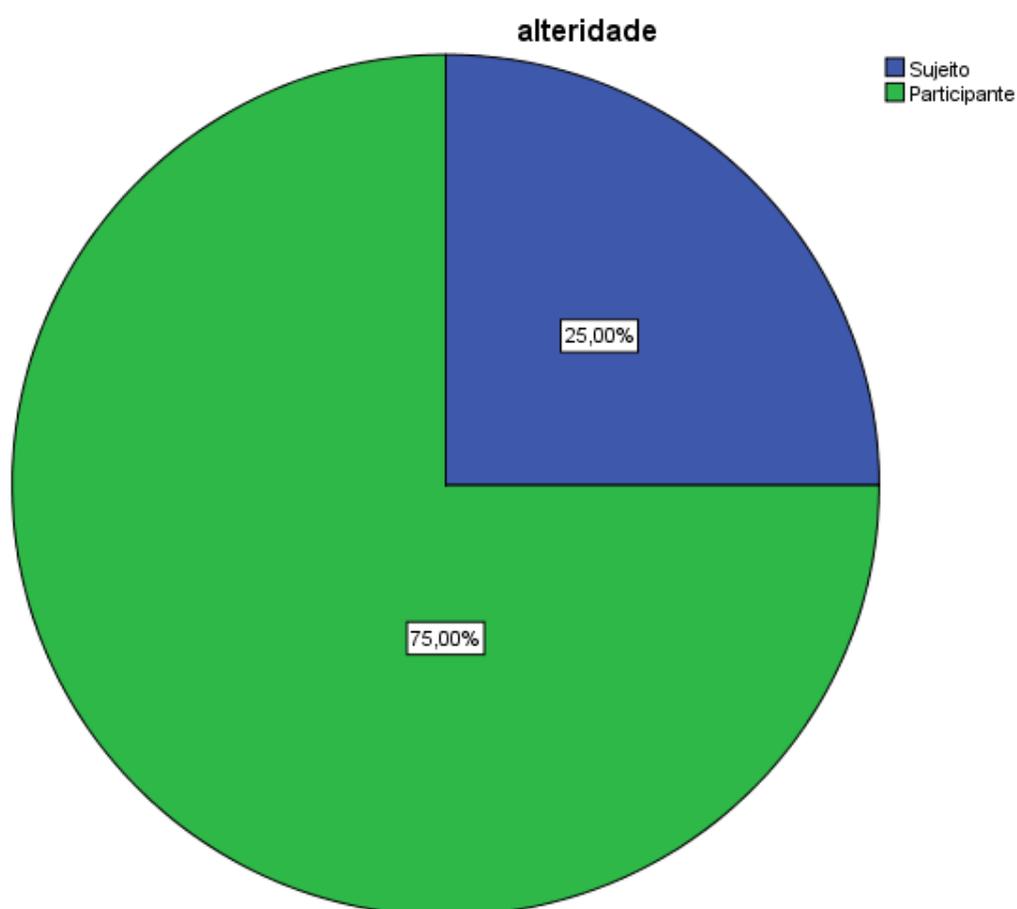
“É natural que as pessoas queiram defender os seus candidatos usando idéias pré-concebidas. Daí fica difícil qualquer visão menos ‘apaixonada’ sobre política. Vamos ver se depois a coisa melhora um pouco. Estou na torcida!”

“Eu também gosto de política!!!! ....mas melhorar o nível?...como? que nível?... acabar com o partidarismo e discutir política, idéias e ideais?[...] se você pesquisar em locais IMPARCIAIS vera que a idéia que defendo (Bolsa família, distribuição de renda etc...) são programas apoiados pelo BIRD, banco mundial....o que seria CARTILHA? Amigo, Eu penso por conta própria, NÃO sou partidário com A ou B...”

“Achei legal essa postagem. Creio que todos nós devêssemos ser assim. Informados sobre a vida política. Afinal de contas, as decisões que os políticos tomam influem diretamente nas nossas vidas”.

“...eu sei que é difícil, mas tenho que tentar né. Todos nós, eu me incluo, temos que baixar as armas, jogar fora as pedras e tentar na medida do possível, democraticamente, discutir idéias. Num peço pra ninguém deixar de defender o seu ponto de vista ou convicções, peço apenas para tentar-mos um possível e positivo diálogo, sem ofensas pessoais. Abraços” (sic) (Orkut- Acesso em novembro de 2010).

**Figura 35: Posicionamento do fórum em relação à alteridade comunidade “Eu gosto de Política!!!”**

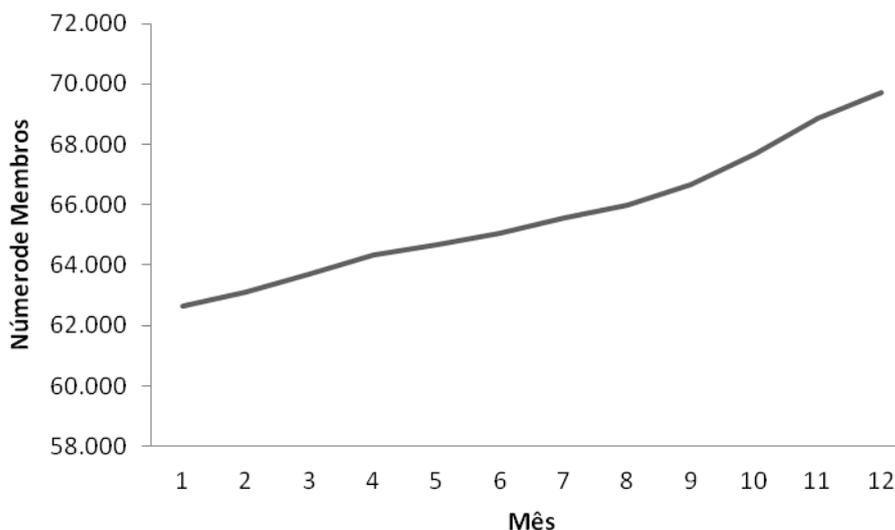


**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

A comunidade “a JUSTIÇA é cega, eu NÃO!!!” possui uma característica particular frente as demais comunidades. Tal comunidade, dentro da categoria “Governo e Política”, é destinada aos bacharéis do curso de Direito. Tem como dono Willian Silva, 38 anos, residente na capital mineira. Define-se com orientação religiosa cristão/católico, possui em média 60 amigos e faz parte de 18 comunidades. Essas são as únicas informações que o criador da comunidade disponibilizou em seu perfil do Orkut.

A comunidade criada em 22 de agosto de 2006, possuía em abril de 2009, 62,651 membros e no final da coleta de dados o número era de 69,716 membros, como podemos observar no gráfico a seguir.

**Gráfico 8: da distribuição do número de membros da comunidade “a Justiça é cega, eu NÃO!!!” ao longo de 12 meses.**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

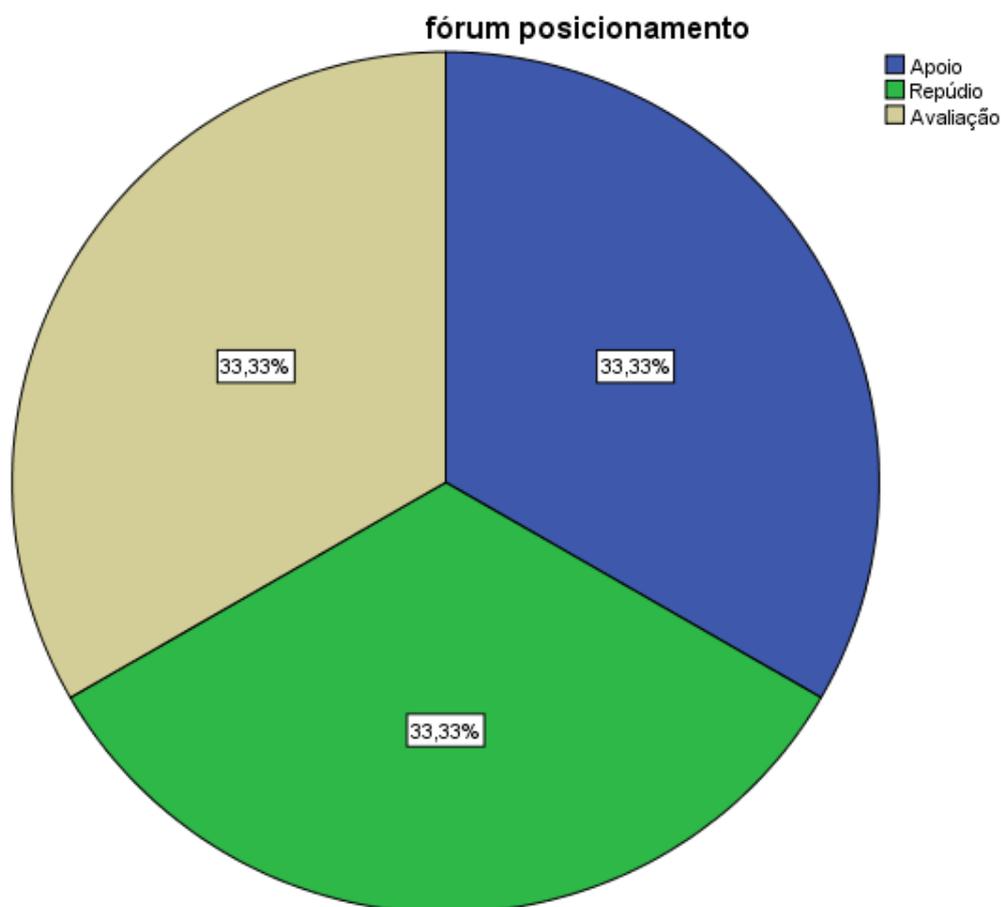
Com um posicionamento também equilibrado frente às orientações de participação (figura 36) a comunidade “a JUSTIÇA é cega, eu NÃO!!!” se define como uma comunidade que foi criada

para TODOS os bacharéis em Direito ou que ainda estão fazendo o curso, que TÊM ou TIVERAM o ideal e a consciência de que podem fazer algo de concreto por este nosso sofrido país. Vamos renovar a esperança e discutir propostas. JUNTOS FAZEMOS A DIFERENÇA... Afinal, é nossa responsabilidade!!!! (sic) (Orkut – Acesso em abril de 2006).

A definição da comunidade traz ainda excertos de pensamentos de Ruy Barbosa, Montesquieu e Carlo M. Martini. É do tipo “pública”, “aberta para não membros” e não

tem moderador. Os fóruns de discussão mais frequente são “PSDB ESTA PLANEJANDO NOVO GOLPE MILITAR?”, “[PENA DE MORTE]”, “PSDB ESTA PLANEJANDO NOVO GOLPE MILITAR?”, “Ficha limpa!”, “DILMA ROUSSEFF-A SARGENTONA CHAVISTA-CUIDADO”, “ASSINE PARA ACABAR COM A CORRUPÇÃO” (sic).

**Figura 36: Posicionamento do fórum da comunidade “a Justiça é cega, eu NÃO!!!” em relação a participação**

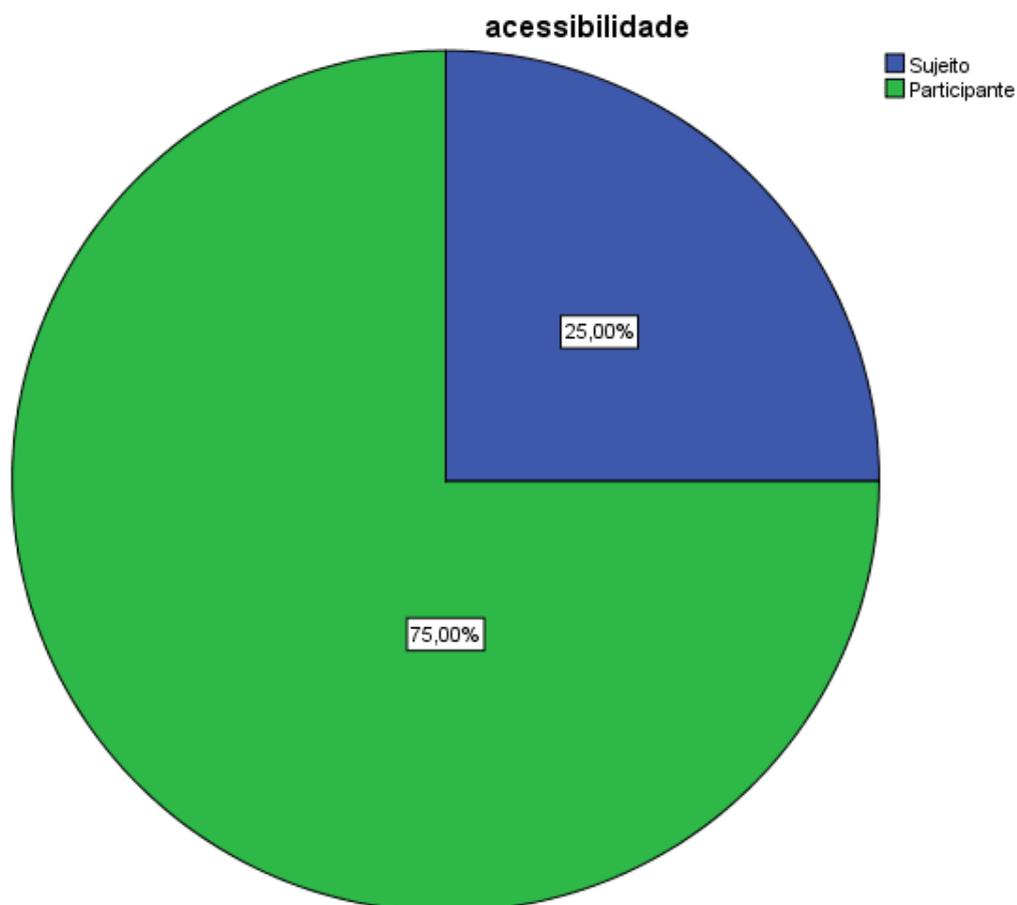


**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

O critério de acessibilidade (figura 37) mostrou-se significativamente participativo (75,0%) em detrimento de “sujeito” (25,0%), tal posicionamento indica, segundo o critério DAIA, um nível cultural e de escolaridade elevado. Podemos evidenciar a sobreposição de tal posicionamento, com o fórum “ASSINE PARA ACABAR COM A CORRUPÇÃO” que estava sendo divulgado em julho de 2010. Tratava de uma petição para assinar em prol do fim da “corrupção no Brasil”. O chamado a participar cunhava em um endereço eletrônico para tal intervenção.

“A Lei Ficha Limpa irá remover das eleições candidatos que cometeram crimes sérios como desvio de verba pública, corrupção, assassinato e tráfico de drogas. Estamos preparando um ato para ‘limpar a política’ em frente ao Congresso Nacional para entregar a petição. Nós ajude a conseguir. Para assinar esta petição acesse o link: [http://www.avazz.org/po/brasil\\_ficha\\_limpa](http://www.avazz.org/po/brasil_ficha_limpa)” (Orkut – Acesso em julho de 2010).

**Figura 37: Posicionamento do fórum em relação à acessibilidade da comunidade “a Justiça é cega, eu NÃO!!!”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Em relação a interatividade temos 66,67% das discussões no fórum como sujeitos, 25,0% como participantes e 8,33% como paroquiais (figura 38). Um tema bem polêmico que trouxe a possibilidade de analisarmos a superação das formas monologias foi o tema da pena de morte. Nesse fórum, vários foram os posicionamentos. A proposta era de que argumentos fossem apresentados. O tema foi um dos mais debatidos durante a coleta de dados, como podemos ver um recorte a seguir:

“[PENA DE MORTE] 1) ESTUPRO, 2) PEDOFILIA, 3) HOMICÍDIO DOLOSO, 4) SEQUESTRO, 5) CORRUPÇÃO POLÍTICA” EM QUAIS CASOS A FAVOR? EM QUAIS CONTRA? ARGUMENTEM!”

“Já fui detetive profissional e um amigo delegado sempre me contratava para descobrir se um suspeito era inocente ou culpado. O que descobri foi que quando se prende um sujeito e coloca-o numa prisão falando para os demais detentos que o novo ‘amigo’ deles é um estropador de crianças, na maioria das vezes o sujeito acaba morto e sodomizado. Tentei alertar meu amigo delegado de pelo menos 3 inocentes indo para cadeia. Ele até sabia que eu estava certo, mas a justiça julgou os pobres culpados. Depois de mortos e que os verdadeiros culpados apareceram. Conclusão: Com as falhas da nossa justiça, só iriam pro paredão pobre, preto e puta.”

“a lei é igual para todos. Mas, não podemos deizer o mesmo da ‘justiça’”.

“Sou a favor da pena de morte”

“só isso? Sem mais argumentos? Pois ‘sou contra. lei é igual para todos. Mas, não podemos deizer o mesmo da ‘justiça’, ‘só iriam pro paredão pobre, preto e puta’ Disseram tudo”

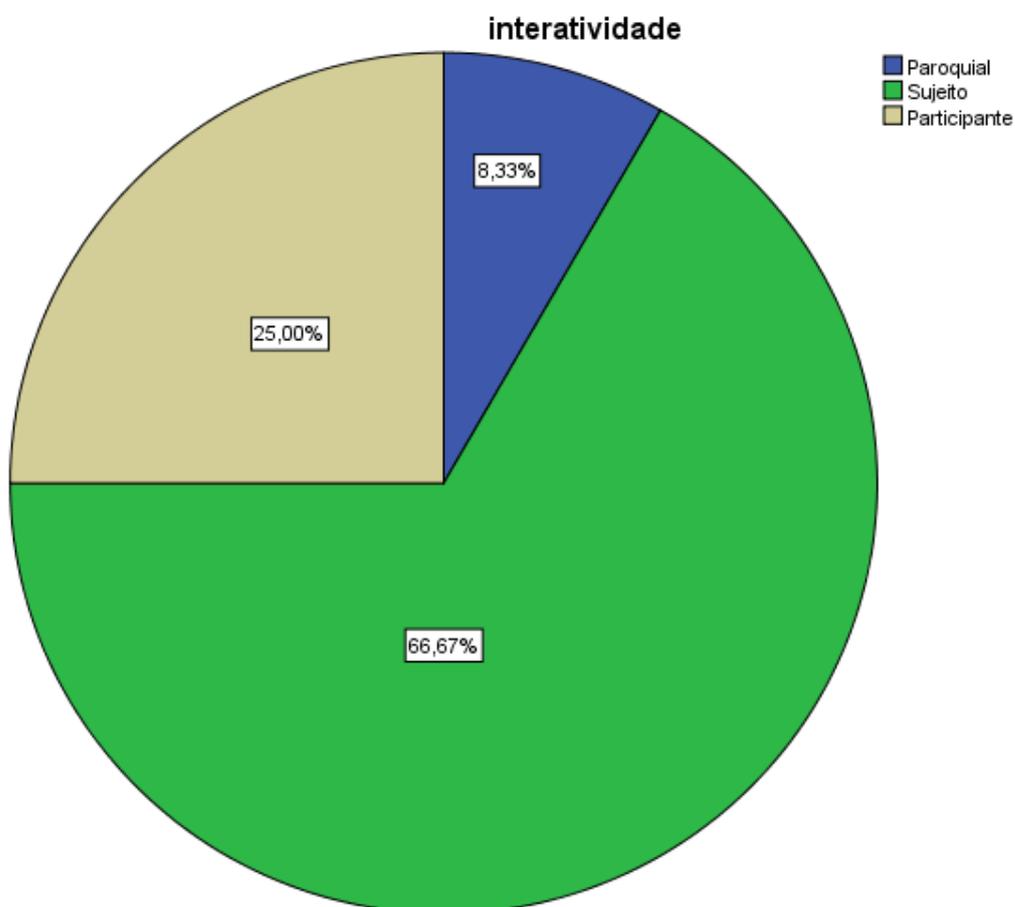
“Sou a favor desde que, a nossa ‘Justiça’ fosse remodelada ...e passasse a punir de forma igual, ricos, pobres, negros e brancos!!!”

“Em um país que se consegue eleger Tiririca como Deputado e Dilma como presidente não tem como falar de pena de morte, cada um tem o que merece, o Brasil com certeza não está preparado para tal feito nem para falar em pena de morte e muitas outras coisas”

“CONTRA SEMPRE... e pra quem for a favor recomendo algumas obras simples porem de grande importancia a este deficitario ramo do direito em crise. Cesare beccaria, Dos Delitos e das Provas, Vigiar e Punir...Michel Foucault”

“a favor em parte...(...) mudar o sistema judiciario que é um caos. Sistema presidiário teria que passar por uma grande reforma, afinal o que é para ‘resocializar’ acaba ‘doutorando’ os marginais...sou a favor da pena de morte para crimes hediondos, como estupro, sequestro, corrupção (pq não?)” (sic) (Orkut – Acesso dezembro de 2010 e janeiro de 2011).

**Figura 38: Posicionamento do fórum em relação à interatividade da comunidade  
“a Justiça é cega, eu NÃO!!!”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

As comunidades “Governo e Política” do Orkut como agência de socialização política, 2012.

No posicionamento em relação a alteridade os membros do fórum tiveram uma participação como “sujeitos” (100%) . Muita discussão foi realizada tendo como pauta o partido PSDB com a possibilidade de um golpe militar durante as eleições para presidente. Os internautas participam se pautando pela mídia tradicional, postando links do youtube e endereços de blogs.

“PSDB ESTA PLANEJANDO UM NOVO GOLPE MILITAR? [...] se eu postar aqui todos os casos envolvendo o Serra e seus aliados políticos o universo acabaria antes de eu terminar de digitar”

“ACHO QUEM VAI DAR O GOLPE É O PTE DE LULA, JÁ É UMA DITADURA DISFARÇADA, SEJA BEMVINDOS OS MILITARES...TOMARA QUE TENHA UM GOLPE MILITAR NESSA PORRA DE PAÍS. NINGUEM AGUENTA MAIS, MUITA CORRUPÇÃO E ROUBALHEIRA, SEM ANISTIA”

“Os PSDBestasDEMoniacos são cegos, ou tapados mesmos????”

“(...) melhor que isso tudo, só mesmo um governo MILITAR!!!”

“Parabéns pra todos nós...que bela democracia!!!”

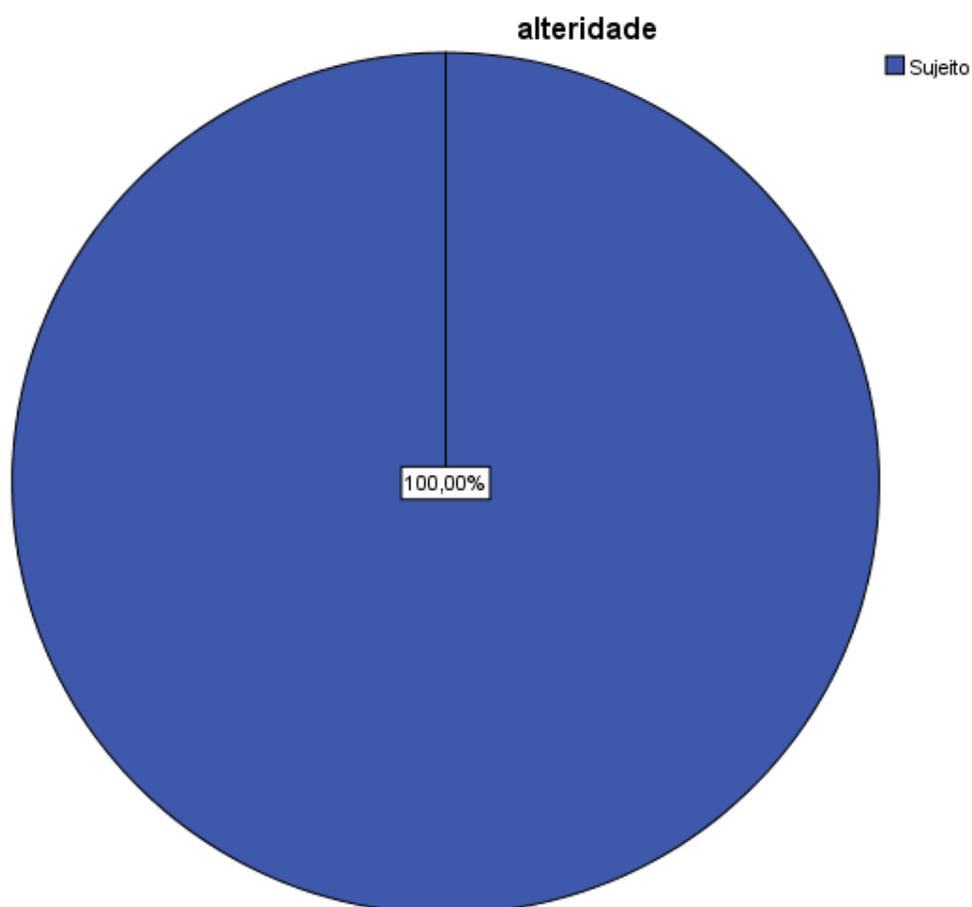
“CAIU A CASA DO PSDB ‘REVISTA CARTA CAPITAL’ leiam a revista, vocês estão desesperados, se fazendo de vítimas, mas nem com a ajuda da imprensa vocês conseguem enganar o povo com promessas ridículas e medianas sem fundamento e mentirosas impossíveis de serem cumpridas, o Serra esta fazendo papel ridículo, ele está falando para o povo em sua propaganda política que vai resolver todos os problemas delse e do mundo”

“VIVAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAA DILMAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAA”

“Vice do serra é expulso da rocinha <http://www.youtube.com/watch?v>”

“TEMPO! Eu aprendi que tudo como tempo tem tempo. Mas, o que eles (militares) fizeram mesmo após o período que assumiram o Brasil? Snih, snif, snif!...quem sabe faz a hora não espera acontecer.....o que faremos nós?????????????” (sic) (Orkut – Acesso em novembro de 2010 e marco de 2011).

**Figura 39: Posicionamento do fórum em relação à alteridade da comunidade “a Justiça é cega, eu NÃO!!!”**



**Fonte:** Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

Essas foram às comunidades que coletamos os dados, os mesmo são muitos e procuramos neste trabalho dar um recorte netnográfico, com um olhar mais pontual em relação ao objetivo da pesquisa.

## 5 Conclusões

Um dos critérios de seleção das comunidades “Governo e Política” da rede social Orkut deu-se pela descrição em relação às discussões, as crenças e os valores políticos, tanto individuais como compartilhadas pelos membros em um sistema político. A seleção aconteceu levando em consideração o “apoio”, a “avaliação” e o “repúdio” dos internautas diante dos títulos propostos pelas comunidades. A nossa hipótese inicial era de que essas comunidades virtuais, com seus fóruns e enquetes colaborariam como agências de socialização política. Um dos critérios categorizados para evidenciar a participação dos internautas nas comunidades foi o processo de *inputs* e de *outputs* apresentado por Almond (1972) cuja análise permite uma classificação das pessoas (internautas) como “paroquiais”, “sujeitos” e “participantes”. Para além desta categorização, a busca por uma qualidade da participação nestas comunidades foi realizada em considerações a um conjunto referências progressivas de uma avaliação do uso das tecnologias em termos de seu uso democrático (SIGNATES, 2005). Esta gradação conta com as etapas de “disponibilidade”, “acessibilidade”, “interatividade” e “alteridade”, como uma proposta válida para a avaliação qualitativa da democracia na comunicação.

Oito comunidades selecionadas envolvendo a categoria “Governo e Política” foram acompanhadas no período de maio de 2010 a abril de 2011. Essas comunidades sobre subdivididas em categorias de análises sendo estas as “comunidades de avaliação”, “as comunidades de avaliação a repúdio” e as “comunidades de avaliação e apoio”.

As comunidades de avaliação foram “Vota Brasil ¿Eleições 2010?”, “PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ”, “Eu converso sobre política” e “Fiscaliza Brasil”. A

maioria das comunidades desta categoria apresentou um aumento de seus membros durante o período de investigação. Somente a comunidade “Vota Brasil ¿Eleições 2010?” não sustentou e nem acresceu o número de seus membros após o pleito presidencial<sup>23</sup>.

A sustentação da comunidade que trazia em discussão a eleição presidencial perdeu força após o pleito mostrando que a participação neste tipo de comunidade foi circunstancial. Os membros desta comunidade se mostraram em relação à alteridade com um comportamento de sujeitos, tais quais tem um entendimento do processo de *inputs*, mas não estão necessariamente interessados no processo de *outputs*. A preocupação da comunidade esteve muitas vezes enviesada por discursos partidários divulgados, sobretudo pela mídia tradicional, não sendo assim um espaço alternativo de discussão política, no sentido *strito senso* do termo.

A comunidade “Eu converso sobre política” se apresentou de forma participativa também com o enfoque de “sujeitos” possuindo um bom entendimento, esclarecimento e respeito à opinião do outro em relação ao sistema político. Já a comunidade “Fiscaliza Brasil”, com uma descrição tão sugestiva em relação ao posicionamento político se mostrou pouco participativa e no gradiente “alteridade” mostrou-se de maneira paroquial, com pouco ou nenhum entendimento do sistema político.

Na segunda categoria de análise de comunidade de “avaliação a repúdio” conta das comunidades “Eu odeio a política no Brasil” e “Repúdio a ignorância política”. Em relação ao número de membros podemos perceber que as comunidade embora com diferentes número de participantes foram comunidades em que o número de adeptos se mantiveram estáveis durante todo o tempo da pesquisa.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Ver dados tabulados em anexo- gráfico 10.

<sup>24</sup> Dados em anexo - gráfico 11.

A comunidade “Eu odeio a política do Brasil” se mostrou em relação ao gradiente máximo de uma avaliação democrática na comunicação, sendo esta a alteridade, com uma participação voltada mais para sujeitos e paroquiais, em detrimento da forma participativa. A comunidade “Repúdio a ignorância política” também seguiu este formato no gradiente “alteridade” com uma participação em que as porcentagens se somavam somente sujeitos e paroquiais.

A terceira e última categoria era composto pelas comunidades “a JUSTIÇA é cega, eu não!!!” e “Eu gosto de política” ambas dentro da categoria de “avaliação e apoio”. Em relação ao aumento e/ou a manutenção dos membros das comunidades estas se mostraram crescentes.<sup>25</sup>

É interessante notar que nesta categoria de “apoio” aparece em relação ao gradiente de avaliação máximo de democracia na comunicação, membros “participantes” e “sujeitos”. O que demonstra que o posicionamento permeado por sentidos de valores positivos, de ligações e de apoio e debate ao sistema político, corrobora para uma participação com um fortalecimento de uma cultura política mais democrática.

Assim sendo podemos pontuar que, a participação dos membros das comunidades em questão, corroborou como um espaço de discussão e aprendizado em prol de um debate democrático, mas que os mesmos estiveram por muitas vezes pautadas por um debate derivado da mídia tradicional, o que nos possibilita afirmar que as comunidades virtuais embora agenciem discussões políticas não se apresentam ou se apresentam com poucas discussões alternativas em relação à tradicional. Em relação a participação de seus membros estes se posicionam mais como espectadores internautas do que membros participantes.

---

<sup>25</sup> Dados tabulados em anexo - gráfico 12.

É fato que a democracia em nosso país está legitimada, porém uma participação *on line* mais substantiva deve acontecer para que façamos jus às comunidades virtuais como uma possibilidade de participação e aprimoramento do sistema democrático como preconiza os ciberotimistas.

## 6 REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Televisão e formação. In: **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALDÉ, A.; BORGES, J. **Ataques na Internet nas eleições de 2002** (ou como os sites dos candidatos pautaram a cobertura da imprensa). Paper apresentado no Seminário Temático 09 “Democracia, comunicação política e eleições”, XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 26-30/10/2004. Caxambu, MG.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**. Princeton, Princeton University Press, 1963.

ALMOND, G. A.; POWELL JR., B. **Uma teoria de política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

AZEVEDO, F. A. Imprensa, cobertura eletrônica e objetividade: a eleição de 2000 na capital paulista. In: **Opinião Pública**, vol VII, Nº 2, Campinas: CESOP/ UNICAMP, 2001.

BAQUERO, M. **O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil**: Um estudo preliminar de socialização política. Porto Alegre: Evangraf, 1997.

BUCHSTEIN, H. Bytes that bite: the internet and deliberative democracy. **Constellations**, 4 (2), 1997, p. 248-263.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1999.

CHAIA, V. **As novas formas de participação política e as comunidades on-line**: um estudo do orkut. Paper apresentado na área temática Meios de comunicação e política: hegemonia e contra-hegemonia, 3º Congresso Latino Americano de Ciência Política, 04-06/09/ 2006, Campinas-SP.

COSTA, R. D. **A cultura digital**. São Paulo: Publifolha, 2008.

COSTA, P. D.; BIANCHINI, D. Caracterização da demanda futura de usuários da internet no Brasil: uma contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas governamentais de inclusão digital e acesso a internet. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistema de Informação**. Vol. 5, n.1, 2008, p. 135-162

DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

DAVIS, R. Tecnologias de la comunicación y democracia: El factor Internet. **Cuadernos de Información y Comunicación – Ciberdemocracia**. Madrid, Universidad Complutense, 2000.

DONSBACH, W. Contenidos, utilización y efectos de la comunicación política. In: Munõz-Alonso, A. y Rospir, J. L. **Comunicación Política**. Madrid, Ed. Universitas, S.A., 1995, pp. 41-67.

ERCILIA, M.; GRAEFF, A. **A internet**. São Paulo: Publifolha, 2008.

FERNANDES, Â. V. M. **Entre o texto e o contexto**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

FIGUEIREDO, M. **A Decisão do Voto** - Democracia e Racionalidade. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1991.

GITLIN, T. Public sphere or public sphericules? In: **Media, ritual, and identity**. Londres: Routledge, 1998.

GOMES, W. Opinião Pública na internet: uma abordagem ética das questões relativas à censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. **Anais da COMPÓS**, 2001.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. Unisinos, vol. VIII, n. 3, 2005.

GOMES, W. Comunicação e democracia: Problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, W. Democracia digital: que democracia? In: **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

GOMES, W. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: **Internet e participação política no Brasil**. Orgs. Rousiley Celi Moreira Maia, Wilson Gomes, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IASULAITIS, S. Internet, democracia e eleições: as cibercampanhas presidenciais brasileiras em 2006. (**Dissertação de mestrado em Ciências Sociais**) Ufscar - São Carlos, 2008.

IASULAITIS, S. Internet e campanhas eleitorais: experiências interativas nas cibercampanhas presidenciais do cone sul. (**Tese de doutorado em Ciência Política**) Ufscar - São Carlos, 2012.

KERSTENETZKY, C. L. Sobre associativismo, desigualdade e democracia. In: **RBCS**, v.18, n.53, 2003.

KOZINETS, R. On netnography: initial reflections on consumer research investigation of cyberculture. In: **Advances in consumer research**, vol 25, Provo, UT: Association for consumer research, 1998. Disponível em <http://acrwebsite.org/volumes/display.asp?id=8180>. Acesso em 18 de fevereiro de 2010.

KOZINETS, R. The field behind the screen: using netnography for marketing research in online communities. In: **Journal of marketing research**, 39, 2002.

LANDTSHEER, C., KRASNOBOKA, N. e NEUNER, C. La facilidad de utilización de las “web sites” de partidos políticos. Estudios de algunos países de Europa del este y Occidental. Cuadernos de Información y Comunicación- Ciberdemocracia, Madrid, Universidad Complutense, 2000.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed.34, 1999.

LÉVY, P. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

KUCINSKI, B. Mídia e democracia no Brasil. In: **Mídia e tolerância: a ciência construindo caminhos de liberdade**. São Paulo: EDUSP, 2002, p.39-50.

MANCINI, P. and SWANSON, D. L. **Politics, media and modern democracy: an international study of innovations in electoral campaigning and their consequences**. Westport, London: Praeger, 1996.

MATSUK, E. **Saiba quais são as cinco redes sociais mais acessadas do Brasil**. Disponível em: [www.ebc.com.br/tecnologia/2012/09saiba-quais-sao-as-cinco-redes-sociais-mais-acessadas-do-brasil](http://www.ebc.com.br/tecnologia/2012/09saiba-quais-sao-as-cinco-redes-sociais-mais-acessadas-do-brasil). Acesso em: 25 de janeiro de 2013 as 13h.

MAZZOLENI, G. La revolución simbólica de Internet. **Cuadernos de Información y Comunicación – Ciberdemocracia**. Madrid, Universidad Complutense, 2000.

MCCOMBS, M. E; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, Chicago, n.36, 1972. P.176-187.

MILL, J. S. **O governo representativo**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-política da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, J. A. (org.) **Democracia e confiança: porque os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Edusp, 2010.

MONTEIRO, M. A. **Universidade Pública e Cultura Política**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras- UNESP/Araraquar-SP, 2007.

NAZZARI, R. K. **Juventude brasileira: capital social, cultura e socialização política**. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2006.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, V.B; NETO, C.S; COSTA, M.F; BEZERRA, F.M.P; SOBRINHO, H.C. CYSNE, M.R.F. Netnografia: uma abordagem para estudos de usuários no ciberespaço. Disponível em: [www.badinfo.apbad.pt/congresso/com90pdf](http://www.badinfo.apbad.pt/congresso/com90pdf). Acessado em 18 de março de 2010.

OLIVEIRA, R. S.; RODEGHERI, L.B. Ciberdemocracia: análise dos desafios e possibilidades de iniciativa popular via internet no Brasil. In: **Soc. e Cult.**, vol.15, n.1, 2012. P121-133.

PATTERSON, T. E. Serão os media noticiosos actores políticos eficazes? **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 27, p. 75-96, fev. 2002.

PRZEWORSKI, A; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. Democracia: uma visão não culturalista. **Lua Nova**, n. 58, 2003. p. 9-35.

PUTNAM, R. **Bowling Alone: The collapse and revival of American community**. New York: Simon e Schuster, 2000.

PUTNAM, R. D. **Participação e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RHEINGOLD, H. **The virtual community: homesteading on the electronic frontier**. Cambridge, MA: MIT Press, 1993.

ROTHBERG, D. Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. **Opinião Pública**, vol. 14, n.1, junho, 2008.

ROSE, R. Medidas de democracia em *surveys*. In: **Opinião Pública**, Revista do Cesop, Vol. VIII. Nº. 1, Campinas, 2002.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

SANTOS, M. B. P; PENTEADO, C.L.C; ARAÚJO, R.P.A. Metodologia de pesquisa dos blogs de política: análises das eleições presidenciais de 2006 e do movimento “cansei” In: **Revista de Sociologia e Política**. Vol. 17 n.34, Curitiba-PR, 2009.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SIGNATES, L. O critério DAIA: uma sugestão para se avaliar a democracia na comunicação. In: **INTERCOM - XXV Congresso de Ciências da Comunicação-Salvador-Bahia**, 2002.

SWANSON, D. L. El campo de la Comunicación Política – la democracia em los Médio. In: Muñoz-Alonso, A. y Rospir, J. L. **Comunicación Política**. Madrid, Ed. Universitas, S.A.,1995, pp. 3-24.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo nos século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRIVINÕS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, Atlas, 1987.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna- teoria social critica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN DIJK, J, A.G.M. Models of democracy and concepts of communication. In: VAN DIJK, J; HACKER, K. (orgs). **Digital emocracy, Issues of theory and practice**. University of Twente, The Netherlands: Sage Publications, 2000.

WOLTON, Dominique. Pensar a internet. In: **Revista FAMECOS**, n.15, Porto Alegre, 2001.

## **Bibliografia complementar**

BRAGA, S. S. Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, n.1, junho, 2007.

BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A. A internet como objeto de estudo no Brasil: balanço da literatura e uma agenda de pesquisa. **Seminário Nacional Sociologia & Política**: repensando desigualdades em novos contextos, Curitiba, UFPR, 2011.

BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A. SAMPAIO, R.C. Internet e política em análise: levantamento sobre o perfil dos estudantes brasileiros apresentados entre 2000 e 2011. **COMPÓS**, XXI Encontro anual da Compós, Universidade Federal de Juíz de Fora, 12 a 15 de junho de 2012.

DIZZARD, W. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ECHEGARAY, F. Dimensões da cibercultura no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. IX, n.2, Outubro, 2003, PP. 20-45

FERREIRA, D. E. S. Participação e qualidade da deliberação pública: análise comparada do OP digital de Belo Horizonte e da etapa digital do OP Recife. **Seminário Nacional Sociologia & Política**: repensando desigualdades em novos contextos, Curitiba, UFPR, 2011.

LEMOS, A. **Cidade digital**: portais, inclusão e redes no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

MACHADO, E.; PALACIOS, M. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Edições GJOL; Calandra, 2003.

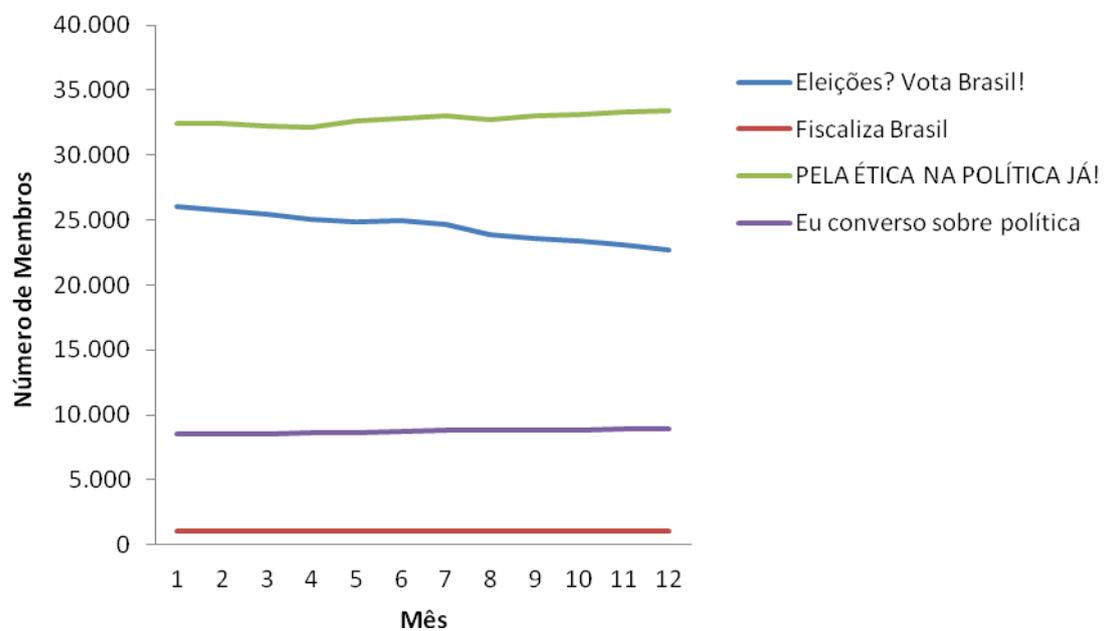
MELLO, G. R.; SLOMSKI, V. Índice de governança eletrônica dos estados brasileiros (2009): no âmbito do poder executivo. **Revista da Tecnologia e Sistema de Informação**, Vol. 7, n. 2, 2010, p.375-408.

NORRIS, P.. A tese da “nova clivagem” e a base social do apoio à direita radical. In: **Opinião Pública**, Vol. VII, Nº. 1, Campinas 2005.

PINHO, J. B. **Jornalismo na internet**: planejamento e produção da informação on-line. São Paulo: Summus, 2003.

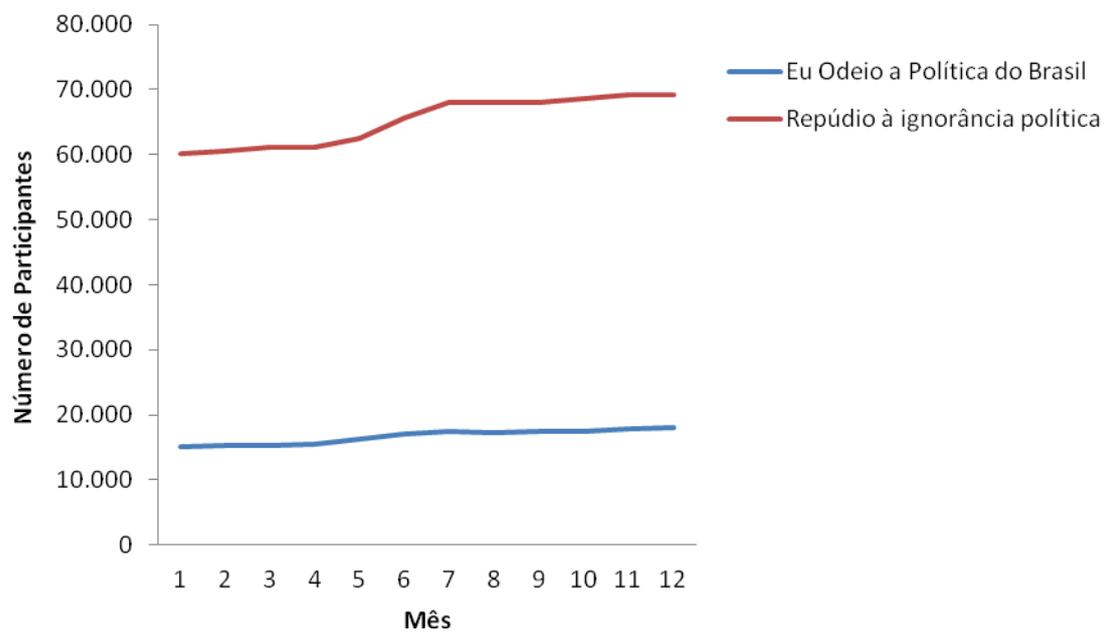
SILVEIRA, S. A. D. Novas dimensões da política: protocolos e códigos na esfera pública interconectada. In: **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, 2009.

## Anexo

**Gráfico 9: Comparativo do número de membros das comunidades de avaliação**

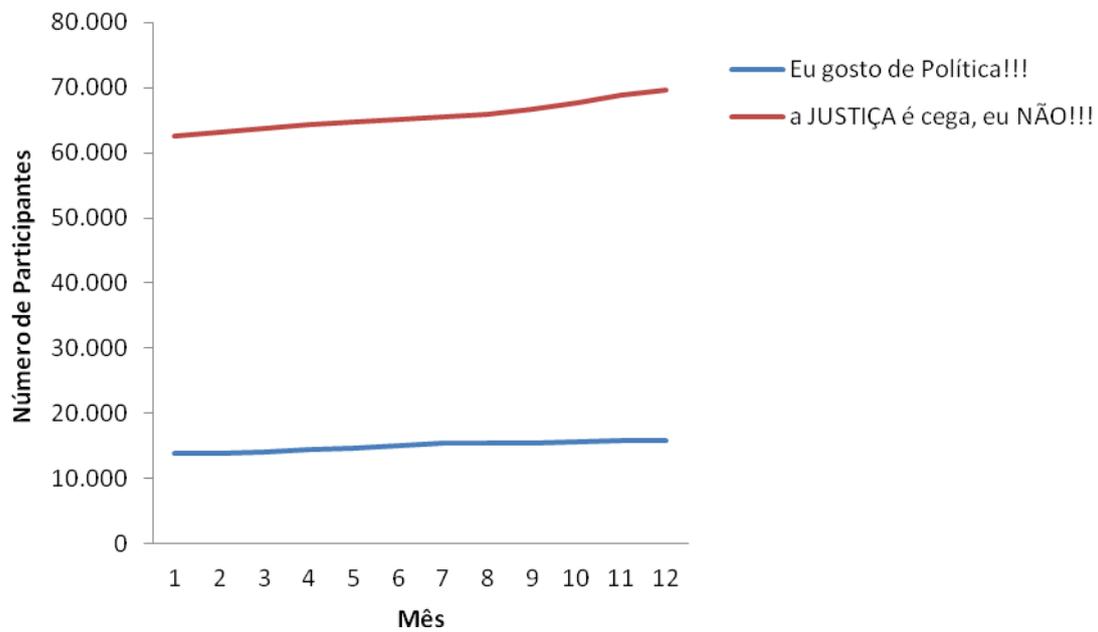
Fonte: Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

**Gráfico 10: Comparativo do número de membros das comunidades de avaliação a repúdio**



Fonte: Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.

**Gráfico 11: Comparativo do número de membros das comunidades de avaliação e apoio**



Fonte: Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate, 2013.